

ANPOCS

ISSN 0100-199X

bib

**BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

40

Neste Número:

Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória

As Ciências Sociais no Brasil

A Sociologia do Trabalho na América Latina

RELUME



DUMARÁ

Colaboram neste número:

Cecilia Montero é pesquisadora do Centre d'Analyse et Interventions Sociologiques, do Centre National de Recherche Scientifique — CADIS-CNRS.

Laís Abramo é pesquisadora do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social, Santiago do Chile.

Luiz Werneck Vianna é professor e pesquisador do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro — Iuperj e professor do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Agrário da Universidade Rural do Rio de Janeiro — CPDA/UFRRJ.

Manuel Palacios Cunha Melo é professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora — UFJF, e doutorando em Sociologia do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro — Iuperj.

Maria Alice Rezende de Carvalho é professora e pesquisadora do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro — Iuperj.

Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória^[*]

Não sou uma pessoa que goste de estar falando de si mesma. Eu gosto mais de falar de assuntos coletivos, coisas que têm interesse comum. E, principalmente, de luta política. Ficar me voltando para o começo da minha vida, dos meus estudos, é uma coisa difícil.

Devo dizer que sou uma pessoa de origem modesta. Minha mãe era uma portuguesa imigrante, empregada doméstica, e eu tive de interromper o curso primário no meio. Comecei a trabalhar com pouco mais de seis anos e só voltei a estudar, organizada-mente, no curso de madureza, em 1938, com 17 anos e meio. Isso não significa que eu tenha interrompido a leitura. Por um acaso feliz, os livros sempre estiveram ao meu lado. Nos lugares em que trabalhei, bares, restaurantes, por exemplo, havia pessoas cultas, delegados de ensino, farmacêuticos, que sempre me deram livros de presente. Assim, eu estudei muito sozinho. Quando resolvi fazer o curso de madureza, já tinha uma bagagem razoável, o que me ajudou muito.

Vendo o passado à distância, pode-se ter a idéia de que houve uma série de coisas encadeadas, predeterminadas, como se eu tivesse querido fazer uma coisa e tivesse conseguido. Mas, na verdade, foi uma sucessão de acasos, acasos felizes para mim.

Quando terminei o madureza, trabalhava como vendedor de artigos dentários.

Vivia da porcentagem dos artigos que vendia, para ter tempo, para poder estudar. Nessa época, havia o célebre *Artigo 100*, que permitia à pessoa que fizesse o curso de madureza concorrer ao exame colegial, que antigamente era feito na própria universidade e chamava-se pré. E permitia também fazer o exame de habilitação, isto é, concorrer diretamente à área que se pretendesse cursar. Eu, naturalmente, fiz os dois exames, e consegui me classificar nos dois.

O que eu queria fazer mesmo era Engenharia Química. Não pude fazer porque era um curso que exigia tempo integral, e eu só podia fazer cursos que exigiam tempo parcial. Eu tinha de me sustentar, sustentar minha mãe. A escolha foi feita, então, entre os que sobravam. Podia ser Filosofia, Letras, Geografia, História... Qualquer coisa em mim, porém, despertou uma convicção de que Ciências Sociais estava muito próximo de socialismo. Uma ilusão de que aquilo respondia a uma segunda escolha. São motivos totalmente diversos, não é? Depois é que eu fui ver que não respondia. Mas, de qualquer forma, foi um acaso feliz, porque eu tinha potencial e talento suficientes para aproveitar aquela chance, aquela oportunidade.

O curso de Ciências Sociais tinha 30 vagas. Havia 29 candidatos e foram aprovados seis. Eu era um deles. Depois fizeram exame

[*N.E.] Depoimento concedido pelo professor Florestan Fernandes, falecido em agosto de 1995, à equipe do projeto de pesquisa História da Antropologia no Brasil, coordenado pela professora Mariza Correa, na Universidade Estadual de Campinas, em 29 de março de 1984. O referido projeto de pesquisa contou com o apoio do CNPq, FAPESP e FAEP. O texto original, revisto pelo autor, foi posteriormente editado por Patrícia Campos de Sousa. O título deste trabalho foi retirado, pela Editoria, das palavras do próprio autor nesse depoimento.

de segunda época e entraram mais dois. Dois pediram transferência, de modo que o que ficou foi um grupo de seis estudantes. Éramos uns privilegiados: professores de alta qualidade, vindos de vários lugares do mundo; turmas pequenas, bem assistidas. O estudante era uma pessoa considerada dentro da escola e conseguia uma aprendizagem regular. Para o Brasil, a melhor que existia. Mas nós encontrávamos algumas dificuldades, já que, com exceção dos alemães, os professores davam aula nas suas línguas. Tínhamos ao menos de aprender o italiano e o francês para entender o que eles diziam — não para escrever ou falar. Apesar de tudo isso, minha carreira não sofreu um atraso: com 21 anos eu estava começando o curso de Ciências Sociais na USP, com 23 eu me bacharelava e, com 24, fazia o curso de licenciatura, que foi separado, em 1943, do curso de bacharelado. Quer dizer, praticamente eu estava fazendo uma carreira em condições normais. Em 1945-46 fiz pós-graduação na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, porque na USP não havia, e em 1947 defendi o grau de mestre com o livro *A Organização Social dos Tupinambá*. Enfim, acho que não houve atraso; ao contrário, houve uma rapidez muito grande na minha carreira.

A distância cultural entre professores e estudantes na Universidade era realmente enorme. As aulas em francês ou em italiano, enfim, a aula em uma língua estranha não era tão difícil. O mais difícil era o nosso atraso cultural. O professor [Jean] Maugüé, por exemplo, dava um curso sobre Hegel em 1941. Ora, eu saí do curso de madureza sem fazer pré; de Filosofia, só conhecia a *História da Filosofia* de Will Durant, um livro que li por causa da minha curiosidade, e de repente me vejo fazendo um curso monográfico sobre Hegel dado em francês! Por aí se vê que houve uma reviravolta muito grande. Parece que nós pegamos, não um bonde andando, mas um helicóptero andando. Era muito difícil embarcar no veículo em movimento. Mas talvez a dificuldade tenha sido importante. Talvez o fato de sermos postos em uma situação difícil tenha exigido de nós

uma tentativa de fazer o que podíamos para aproveitar aquela oportunidade.

No meu primeiro ano na Universidade fiz esse curso sobre Hegel, dado pelo professor Maugüé, um curso do professor Galvani, que era um estatístico matemático, dado em italiano, difícil de acompanhar, e os cursos dos professores Arbousse Bastide, Roger Bastide e [Paul] Hugon. Era um elenco de trabalho muito grande para estudantes que não vinham de um ambiente de tradição universitária européia. Os europeus nunca se deram ao trabalho de pensar qual a distância cultural que poderia existir entre o Brasil e a França, ou entre o Brasil e a Itália, o Brasil e a Alemanha. Provavelmente estavam envolvidos em uma tarefa civilizatória: nós éramos os coloniais e, provavelmente, era mais agradável ser colonialista na América do Sul do que na África ou na Ásia. De qualquer maneira, eles estavam colonizando, e nós estávamos recebendo um produto cultural transplantado.

Os fundadores da Universidade não tinham pensado sobre isso. Não se pensou que uma inovação supõe certas condições. Aquilo foi estabelecido e se embarcou diretamente na experiência. Cada professor entendia que o estudante *era seu*, que o trabalho que ele tinha de fazer era um trabalho de alto nível, como se se tratasse de um estudante francês, italiano ou alemão. Para se ter uma idéia, o professor Roger Bastide, o Bastidinho, no primeiro semestre de 1941, pediu-nos um trabalho com este título: “A crise da explicação causal na Sociologia”. Ora, se um aluno de pós-graduação de hoje, ao receber uma tarefa dessa, já sai pela janela, imagine a nossa situação. Eu tive de ler muito para escrever o trabalho. O professor Bastide me deu nota 4 ou 4,5, não me lembro, após comentar que havia pedido uma dissertação e não uma reportagem. É duro, não? E, realmente, o que eu podia fazer? Fazendo a reportagem, eu já estava fazendo muito. A distância era realmente terrível.

Nesse ano de 1941 o professor Bastide deu cursos semestrais. No primeiro semestre, deu Patologia Familiar, um curso mais

ou menos montado dentro da linha da Escola de Le Play. No segundo semestre... Eu não me lembro mais o que ele deu no segundo semestre. Não foi um curso de Sociologia Geral, pois este quem deu foi o professor Arbousse Bastide, que ficava discutindo conosco, em termos quase metafísicos, se a Sociologia é uma ciência ou não, o que é técnica, o que é método, o que é processo. Ele falava em francês e parecia uma locomotiva. É claro que não tínhamos base nenhuma para acompanhar aquilo, mas fomos aprendendo. Enfim, entre as coisas que eu tive de fazer na cadeira — apesar de os cursos serem semestrais — do professor Roger Bastide estava um estudo do folclore de São Paulo, para ser feito ao longo do ano. Na cadeira do professor Hugon, Economia e História das Doutrinas Econômicas, também tive de fazer um trabalho anual, sobre a evolução do comércio exterior no Brasil, desde a Independência até 1940. Não é brincadeira!

O trabalho que se destinava à cadeira do professor Roger Bastide era um trabalho bem dentro do que eu poderia fazer. Pois eu era sobretudo um homem que saía da cultura de *folk*. Eu vivi nos bairros pobres de São Paulo: no Bexiga, no Bosque da Saúde, na Penha. Eu vivi com aqueles bandos de crianças. Aqueles bandos ainda existiam na minha época. A urbanização não foi tão rápida, nem tão destrutiva a ponto de acabar com todas as coisas. Ou seja, havia uma ponte entre eu e a cultura de *folk* que sobrevivia, e, na Universidade, um acaso me pôs em contato com o que eu era, aquilo que eu fora há poucos anos atrás.

Eu sabia que tipo de pesquisa fazer, embora não tivesse aprendido a fazer pesquisa. As assistentes do professor Bastide não ensinavam a fazer pesquisa. Os franceses não ensinavam a fazer pesquisa. Eles colhiam material para eles. Pediam para nós colhermos material mas não se preocupavam com as técnicas de investigação, com os processos de trabalho com o material, nem com os problemas lógicos da explicação. O professor Arbousse Bastide, quando falava de técnica, processo, método, estava lidando

com idéias abstratas. A professora Lavínia Vilela, que dava o cursinho de folclore como alguma coisa subordinada ao trabalho do professor Roger Bastide, não tinha passado do Saintyves, do Sebillot — quer dizer, dos folcloristas. No entanto, com o professor Arbousse Bastide eu tinha penetrado no estudo de Durkheim, da escola sociológica francesa; com Roger Bastide, no estudo de Gaston Richard, de Maunier, Mauss, [Maurice] Halbwachs; enfim, tinha travado contato com um pouco do que se fazia na Universidade de Chicago, com o que os alemães fizeram. Não era difícil para mim, portanto, trabalhar com um tema desses sem saber as técnicas.

Quando cursava o madureza, fiz amizade com colegas que viviam no Bom Retiro, um bairro onde os grupos de crianças, as “trocinhas”, estavam em plena atividade. Assim, quando foi suscitado o trabalho, eu sabia onde colher: no Belenzinho, onde eu morava naquele momento; na Penha, onde eu tinha morado pouco antes; na Bela Vista, onde tinha vivido uma grande parte da minha infância; no Bom Retiro e na Luz, onde eu tinha convivido com as famílias Mezariana, Soncine etc. Foi fácil, pois, fazer um amplo levantamento de todos os aspectos do folclore. *Folclore e Mudança Social em São Paulo* é uma monografia geral, que depois eu piquei em pequenos ensaios.

A professora Lavínia não estava preparada para o meu trabalho. Quando eu lhe entreguei o estudo, no fim do ano, ela levou um susto: “Mas eu não pedi nada disso!”. De fato, eu entreguei um negócio enorme. Ela leu o trabalho e depois veio discutir comigo. Disse que eu tinha feito uma coisa muito ousada, que ela não sabia se era possível fundir o trabalho dos folcloristas com o dos sociólogos, que achava tudo muito ousado e que não assumia a responsabilidade de aprovar o que eu tinha feito. Esse foi um dos trabalhos.

O outro trabalho, sobre a evolução do comércio exterior, foi feito em bibliotecas. As bibliotecas eram, então, ricas: a Biblioteca da Faculdade de Direito, a Biblioteca Pú-

blica de São Paulo, que ficava ali, na rua Conselheiro Crispiniano, a própria Biblioteca da Faculdade de Filosofia... Eu podia ir a várias bibliotecas, trabalhar com vários autores. Então, fiz muitos quadros, muitas tabelas, gráficos, e entreguei o trabalho datilografado ao professor Hugon. Ele ficou com esse trabalho, que não possuo em sua forma final e completa (a não ser os manuscritos, nos quais não constam os gráficos, as tabelas, os quadros). Nesse texto, para surpresa minha, encontro muitas idéias que iriam ser trabalhadas depois.

É isso o que eu chamo de *chance*. Quando Max Weber fala em *chance*, é no sentido de oportunidade. E o que é oportunidade? A “capacidade de uma pessoa enfeitar o seu destino”, como diz Thomas Mann, é uma coisa que depende da oportunidade. Se a pessoa nunca tem oportunidade, não enfeita o seu destino. Na minha pesquisa sobre os negros descobri homens de muito talento, mulheres inteligentíssimas, mas que nunca tiveram oportunidade. Essas pessoas não podiam enfeitar o seu destino: só podiam sofrer a miséria, as dificuldades. Eram talentos perdidos. Mas eu tive a oportunidade. E a oportunidade surge com esses dois trabalhos, logo no primeiro ano.

O professor Roger Bastide, como todo bom professor francês, ia à Europa todo fim de ano e voltava só em março. Quando ele retornou, no início do ano letivo de 1942, fui falar com ele: “Eu quero saber quais são as suas críticas ao meu trabalho. Eu fiz o trabalho, ganhei nota nove e o trabalho não foi discutido comigo. Eu não estou questionando a nota; estou questionando a falta de atenção para comigo, porque eu queria ver o trabalho discutido”. E ele: “Mas existe um trabalho sobre folclore em São Paulo?”. “Existe”, eu respondi. “Bom, mas eu não conheço isso. Eu quero ler esse trabalho”. Afinal, eu entreguei o trabalho e ele marcou um encontro comigo na casa dele. E aí começa uma história pessoal diferente. Ele ficou sabendo quem eu era, como eu vivia, e queria publicar o trabalho.

A primeira idéia que ele teve foi me le-

var ao professor Emílio Willems, de origem alemã, que era assistente do professor Fernando de Azevedo. O professor Willems levou um susto: “Eu não posso publicar isso na revista *Sociologia*. Tomaria mais de um número anual”. Mas ficou com o trabalho para ler. Bastidinho me levou também ao Sérgio Milliet, para ver se ele me arranjava um emprego na Biblioteca Municipal, porque ele achava que eu não devia continuar fazendo o que eu fazia (nessa época eu já estava fazendo propaganda de dois remédios, Iodobisman e Tropholipan). Eu achava que o que eu fazia era uma excelente ocupação, porque eu tinha de fazer oito visitas diárias e só numa manhã, em um hospital, fazia 15, 20 visitas. Aquilo era uma mina para um estudante. Eu ganhava mais que um assistente na Faculdade de Filosofia e dispunha de mais tempo que ele para trabalhar para mim, para estudar. Bom, mas quando o professor Bastide pediu o emprego para mim, na minha frente, eu fiquei totalmente envergonhado. Se eu pudesse me enfiar embaixo do tapete eu me enfiava. E o Sérgio Milliet, muito amigavelmente, disse: “Florestan, não queira ser funcionário público. Eu posso arranjar um emprego para você aqui na Biblioteca, e já. Mas lhe dou um conselho: não queira ser funcionário da Biblioteca. Você arranja um emprego e acaba com a sua vida. Eu lhe ofereço um coisa melhor: você vai colaborar n’*O Estado de S. Paulo*. Tendo necessidade, nós descontamos os artigos com antecedência. Você pode escrever mais artigos que outros colaboradores, e por aí você resolve os seus problemas”. Eu agradei. De repente, eu tinha a oportunidade de escrever no jornal *O Estado de S. Paulo*.

E não ficou só nisso. O professor Willems logo me chamou para um encontro a fim de decidirmos o que fazer com aquele meu trabalho. Ele então fez a crítica da minha investigação. Foi a primeira vez que vi um profissional falar sobre a natureza de um trabalho de pesquisa; realmente, foi então que descobri os erros que eu cometera: erros na coleta do material, na elaboração do trabalho. Depois, concluiu: “Eu não posso

publicar tudo de uma vez. Você divide os assuntos e nós vamos publicando pequenos trabalhos na revista *Sociologia*”.

No ano seguinte, por acaso, fui fazer uma pesquisa para o professor Willems em Sorocaba (SP). (Foi aí que eu acabei fazendo um estudo sobre o João de Camargo.) Foi o primeiro contato que tive com manifestações de preconceito racial. Estudei o passeio público em Sorocaba: como negros e brancos eram separados nesse passeio. No decorrer do trabalho de campo, alterei as regras que Willems tinha estabelecido. Na volta, fui discutir com ele audaciosamente. Ele ficou vermelho e disse: “Florestan, você tem razão. Você fez bem em revisar minhas orientações”. Isso é que é *élan*, a pessoa estar envolvida no trabalho, identificada com ele. É um salto tremendo.

Eu tive um outro lucro imprevisto. O professor Fernando de Azevedo, naturalmente, era leitor da revista *Sociologia*. Ele nunca foi meu professor mas, um dia, de repente, recebi um telefonema dele me convidando para conversar. Ele soube que eu era um estudante de talento, que tinha dificuldades, e por isso punha à minha disposição a biblioteca dele, a orientação dele e, se eu precisasse, os recursos dele. Eu agradei tudo, mas o que se deve fazer em relação a favores é não usá-los se possível, o que tornou a nossa relação mais agradável, para ele e para mim. Isso me deu a oportunidade, quando terminei o curso, de ser convidado para ser assistente do professor Fernando de Azevedo.

O professor Hugon também veio discutir o trabalho comigo: “Aqui nós temos o ponto de partida de uma tese. O senhor vai fazer seu doutorado comigo sobre esse assunto. E vai ser meu assistente”. Enfim, parecia que estava chovendo maná, não é? Eu, que tinha pensado em ser professor secundário — pois toda a minha ambição se resumia a ser professor de ginásio ou de escola normal —, de repente me vejo, já no início de minha vida universitária, diante de duas oportunidades de fazer carreira. Fernando Azevedo, numa conversa comigo, disse que

eu tinha amplas oportunidades de fazer uma carreira. Eu, muito astuciosamente, disse-lhe: “É, professor, mas as portas de uma carreira são muito difíceis de serem abertas”. Ao que ele respondeu: “Bom, mas elas podem ser abertas”. Quer dizer, estava mais do que claro que as portas iam ser abertas por ele. Enfim, eu, ainda no segundo ano, já era conhecido pelos professores, convivia com eles. Porque o professor Hugon também me levou para a casa dele, para discutir com ele, para ver o que eu devia fazer. Em suma, houve um acaso que eu soube aproveitar e um esforço que foi bem-sucedido.

Escrevendo para *O Estado de S. Paulo*, eu também acabei escrevendo para a *Folha da Manhã*. Eu tinha um amigo, que foi meu colega no curso de madureza, o Jussieu da Cunha Batista, que trabalhava na *Folha*. Eu o visitava sempre no jornal e, após o convite do Milliet, fui correndo lhe contar: “Olha, eu vou escrever para o *Estado*!”. E o Jussieu: “Puxa, como é que você conseguiu isso?”. “Eu não consegui. Foi um negócio assim, assim, assim” — expliquei. O Sacchetta, que era secretário de redação, ouviu e disse: “Ah! Você vem aqui toda semana e quando se trata de ser colaborador de jornal você vai ser lá no *Estado de S. Paulo*?”. Eu me justifiquei: “Eles é que me ofereceram”. “Bom, mas você vai escrever para nós também”. Então, com 22 anos, eu escrevia na revista *Sociologia*, no *O Estado de S. Paulo* e na *Folha da Manhã*. Naquela época São Paulo era uma cidade um pouco rústica. O fato de alguém publicar um artigo no *Estado* ou na *Folha da Manhã*, ou então publicar nos dois de uma vez, era como se tivesse ido à Lua e voltado. Isso dava à pessoa uma notoriedade que ninguém, naquele momento, ganharia ao longo de uma carreira de 20 ou 30 anos, nem publicando três teses. Hoje estamos vivendo uma situação, como dizem os comunicólogos, de “cultura de massa”. Os intelectuais perderam muito prestígio, os professores também, já não há mais “carisma literário”. Mas naquele tempo havia. Quando eu ia aos consultórios, o médico que me recebia como propagandista ficava embaraça-

do, porque me julgava uma pessoa mais importante que ele. E eu ali, fazendo propaganda de Iodobisman e Tropholipan... E era o intelectual, o homem que escrevia para *O Estado de S. Paulo*, a *Folha* etc.

Por aí se vê como o acaso me ajudou e como eu não posso falar mal da minha sorte. Recebi mais do que havia dado. Em 1944 havia sido convidado para ser assistente de dois professores, Fernando de Azevedo e Hugon. Naturalmente, eu preferia trabalhar com o Fernando de Azevedo. Ele era mais arejado, era uma pessoa de centro, um radical burguês, um socialista, reformista, defensor de uma social-democracia civilizada na periferia. Eu tinha uma boa convivência com ele, uma boa abertura — a palavra “abertura” hoje está muito em moda —, uma certa afinidade política. O Hugon era um professor metódico — ele era tão metódico que o professor Maugüé dizia que ele era o professor *petit a, petit b* —, bem-informado e esclarecido, mas tinha o mal de ser extremamente conservador em política. Por isso eu preferia o convite do professor Fernando de Azevedo. Isso levou o professor Hugon a ir à casa dele, disputar a minha colaboração: “Olha aqui: nós estamos interessados na mesma pessoa. Mas veja bem: o Florestan pode fazer uma carreira importante na Economia. Para a Universidade será mais importante que ele trabalhe na Economia. Tem muita gente na Sociologia”. E o Hugon me oferecia, como ponto de partida, ser o seu segundo assistente, um emprego na Associação Comercial — eu seria chefe de uma divisão lá — e um lugar na Faculdade de Ciências Econômicas, que estava em véspera de ser criada. Quer dizer, quando eu rejeitei essa oportunidade, eu estava rejeitando algo grande em troca de uma preferência, por assim dizer, “vocacional”. Tratava-se de uma vocação de trabalho, uma vocação de liberdade, de auto-realização.

Quando eu comecei a cursar a Escola de Sociologia e Política, em 1945, eu já era assistente na Faculdade de Filosofia. Não fui o primeiro assistente da Faculdade de Filosofia a fazer cursos lá. Antes, teve a profes-

sora Lucila Hermann, a professora Gioconda Mussolini e vários outros. Mas a Escola não os recebia com alegria. Nos recebia seletivamente, com dissimulada resistência. Tanto que tentei entrar em 1944 e, sob o argumento de que eu não tinha um bom inglês, não fui admitido. Foi tudo um artifício. Eu então decidi fazer um curso de inglês e, dessa vez, realizei um exame melhor. Foi com a professora Lucille Robson, se não me engano. Ela me disse: “Puxa, Florestan, eu numa conheci ninguém na minha vida que soubesse tantas palavras em inglês mas, ao mesmo tempo, soubesse fazer tão pouco com elas”. Mas eu sabia tantas palavras em inglês que ela ficou impressionada. Era uma pessoa simpática. Depois veio outro professor, cujo nome não me lembro. Era um inglês magrinho. Ele tinha a peculiaridade de trazer um monte de livros e de pô-los na cabeça ao subir as escadas daquele antigo prédio da Escola de Sociologia, no Largo de São Francisco. A grande mania dele era dar chutes nos estudantes, na canela, por baixo da cartira. Era um taradinho.

Mas o fato é que eu fui recebido na Escola de Sociologia e Política com uma resistência muito grande. O que não impediu que o professor Donald Pierson procurasse entrar em boas relações comigo. Afinal, eu escrevia na *Folha*, escrevia no *Estado*. Ele ficou sabendo que eu tinha a idéia de fazer uma pesquisa sobre as relações de índios com portugueses no século XVI em São Paulo e propôs que eu recebesse uma bolsa da Escola de Sociologia, naquela ocasião com dotação de 800 mil réis, para fazer esse levantamento. O Maurício Segal foi um dos elementos da minha equipe. Ao todo, a equipe contava com dois monitores e uns cinco ou seis auxiliares de pesquisa. Mas as minhas relações com o professor Pierson não caminharam muito bem. No início do curso enfrentei um conflito porque rejeitara dois programas que ele considerava como créditos obrigatórios. Eu vinha de um trabalho intelectual na Faculdade de Filosofia, talvez demasiado orgulhoso. Disse-lhe: “Não, não vou fazer esses cursos”. Dei as razões e elas

eram muito vigorosas. No fim, ele esclareceu: “Bom, se o senhor não fizer o senhor não pode completar os créditos”. Ao que retruquei: “Se o senhor me obrigar, vou escrever no jornal por que eu me recuso a fazer os cursos”. Desse jeito mesmo. Resultado: não fiz aqueles cursos e ganhei aquela bolsa.

No trabalho, entrei em outro conflito vigoroso com o professor Pierson porque as nossas concepções de trabalho de pesquisa eram inconciliáveis. Na Faculdade de Filosofia não se aprendia a fazer pesquisa, mas já se sabia que uma coisa essencial era construir um universo empírico e só começar a fazer afirmações depois de estabelecido materialmente esse universo empírico. O professor Pierson queria o contrário: que eu montasse hipóteses em função de dados esparsos. Eu retrucava: “Não! Isso não é hipótese. Isso parece o que o Monteiro Lobato chama de olhómetro. Eu não aceito”. A tensão se encaminhou de maneira tão violenta que, no fim, tivemos um conflito explosivo. Naturalmente, a pesquisa se interrompeu.

Por essa época eu fazia um seminário com o professor Herbert Baldus. Era um seminário sobre índios no Brasil que, na verdade, constituía uma espécie de tribuna livre. A gente discutia as idéias de Trotski, os desenhos de Walt Disney ou qualquer coisa viva, importante. O antropólogo é o homem que se interessa por tudo e que tem uma mente aberta, crítica, não é? Podíamos debater um romance, por exemplo, ou então, eventualmente, quando eu precisava conhecer certo livro em alemão, o professor Baldus encarregava Jürgen Philipson de ler o livro e expor tais e tais capítulos no seminário. Ele fazia a exposição e nós discutíamos. Eram seminários fantásticos. Discutia-se tudo. Por exemplo: existe educação no Brasil? O professor Baldus dizia: “Não existe educação no Brasil. Na Alemanha me davam uma ordem e eu tinha de fazer. Eu era soldado. Se eu tinha um furúnculo, cortavam, espremiam, jogavam iodo, eu berrava e ninguém prestava atenção. Isso é educação!”. E eu: “Não, isto é brutalidade”. A questão era: o que caracteriza a educação? Qual é a diferença entre

um sistema repressivo de educação e um sistema educacional mais fluido, que talvez tenha alguma coisa a ver com o passado indígena brasileiro. Os Tupi, por exemplo, não violentavam as crianças. Não estavam também culturalmente distantes das crianças. Não havia estratificação de classes, não havia uma distância cultural que tornasse o adulto diferente da criança ou do jovem. Eram temas de fato importantes. Se aprende mais Antropologia desse modo. Também o meu trabalho sobre as “trocinhas” foi objeto de discussão. O professor Baldus, que viu nesses seminários qual era a minha envergadura, acabou brigando no Conselho de Professores da Escola para que a minha bolsa não fosse eliminada, para que ela continuasse comigo e eu fosse trabalhar ao seu lado. Não perdi aquela fonte de renda tão importante para mim naquele momento por interferência dele.

Na pós-graduação o acaso ajudou-me de novo. Os alunos eram obrigados a fazer dois trabalhos de aproveitamento. Eram trabalhos muito difíceis. Na Faculdade de Filosofia não havia, então, ensino aprofundado de Antropologia, nem de Etnologia brasileira. Na Escola de Sociologia e Política, que tinha uma estrutura mais moderna, mais anglo-norte-americana, essas matérias tinham uma importância relativa maior. O que eu poderia fazer? Porque não contavam somente os debates, os seminários; precisávamos descobrir alguma coisa que fosse específica dentro da matéria. E o Baldus sugeriu-me: “Você não quer discutir o livro do Gabriel Soares?”. Eu disse: “Ótimo, eu tenho o livro”. E me incumbi de fazer uma análise sociológica do conteúdo do livro. Se alguém quisesse estudar a sociedade tupi, qual seria a contribuição do livro? Fiz o trabalho com ardor, trabalho que mais tarde tive o bom senso de rasgar, para não ser incentivado a publicá-lo. Quando Baldus leu o trabalho teve um faniquito: “Mas, Florestan, o Métraux não viu nada! Se é verdade o que você diz aqui, o que há de mais importante para fazer sobre os Tupinambá não foi feito”. Eu concordei: “É, eu também estou pensando isso”.

Eu já conhecia, naturalmente, os livros do [Alfred] Métraux, por causa do trabalho sobre o livro do Gabriel Soares. Baldus quis saber se as outras fontes eram tão ricas e eu tive de admitir, modestamente: “Não sei. Eu não conheço as outras fontes. O que nós podemos fazer é um outro trabalho de aproveitamento. Vamos escolher outra fonte”. Então, discutimos a fonte, se seria uma fonte francesa ou uma fonte de outra natureza, outro português etc. Ele achava que deveria ser o Hans Staden: “O Staden é bem diferente de todos os outros e as descrições dele são descrições de quem viveu ali com os índios, dentro das malocas, dentro do grupo local. E são descrições mais concisas. Se o livro mantiver a mesma importância, então é possível fazer um trabalho sobre a sociedade tupi”. E lá fui eu ler o Hans Staden, que estava traduzido para o alemão moderno e do alemão moderno para o português, com uma boa edição em português.

Quando terminei esse trabalho, recebi de Baldus a incumbência de fazer um estudo sobre os índios tupi, dentro daquele programa a que me ligava a bolsa da Escola de Sociologia, abandonando de vez o meu projeto inicial sobre o contato cultural no século XVI. Trabalhei sistematicamente com as fontes, fiz um pequeno arquivo, que está lá em casa até hoje, fichei os textos. Eu próprio inventei as técnicas de organização do material. Não tinha treino para isso mas fiz uma coisa que era fácil para mim. E já coligi o material com a idéia de explorar o estudo da organização social, o estudo do contato com os brancos, o estudo da guerra e da religião de uma perspectiva diferente daquela que o Métraux desenvolveu. Elaborei o trabalho e ele foi apresentado como tese de mestrado. O professor Pierson me procurou para dizer que era um desperdício, que eu não devia entregar aquele trabalho para mestrado, que eu devia fazer doutorado na Filosofia com ele e que, provavelmente, qualquer um dos capítulos serviria para mestrado, ficando eu livre para fazer o doutorado com toda a monografia. Mas firmei pé: “Não! Eu decidi que isso vai ser mestrado e vai ser mestrado

mesmo. E quanto ao doutorado, já estou trabalhando sobre os sírios e libaneses, e portanto vou fazer isso”.

Na defesa da tese, recebi duas críticas negativas da Banca. Uma foi do professor Mário Wagner Vieira da Cunha, que achava que eu não devia ter integrado a documentação. No seu entender, eu devia ter dado um tratamento particularizado — os Tupi no Rio de Janeiro, os Tupi na Bahia, os Tupi no Pará e Maranhão — e depois fazer como os americanos: uma espécie de *cross-crossing* dessas conclusões. Mas eu fui para cima dele, porque tinha a impaciência do jovem pobre, que não pode ser detido. Eu arrasei logo: “Essa reflexão é típica de quem não quer fazer nada. Se eu ficasse discutindo se vou fazer o trabalho assim ou assado eu não faria trabalho nenhum”. Este foi um golpe sério, porque ele gostava de pensar no pró e no contra, como aquele que fica: atravesso ou não atravesso? Ele era meu amigo, mas ali ele era meu examinador. Na verdade, eu havia começado com aquela técnica, e portanto foi fácil para mim dar razões positivas para o fato de tê-la eliminado. Porque havia um interesse da crítica de fontes, crítica interna de fontes, de conhecimento do universo empírico, em fazer o tratamento unificando e fundindo todo o material.

Outro examinador que defendeu postura negativa foi o professor Willems. Ele disse que eu não devia fazer um trabalho de reconstrução histórica de uma civilização tribal sem antes ter tido contato direto com grupos indígenas. O professor Baldus, que realmente endossou o meu trabalho sem ter acompanhado a sua elaboração e dispensou-me de suas críticas, saiu como a galinha que defende o pintinho. Disse, com sotaque alemão: “Ah! Que bobagem Willems. Bem se vê que você nunca viu um índio!”. Quer dizer, acabou com a história ali, no nascedouro. Eu não precisei sequer responder. O mestrado estava feito. Novamente eu tive muita sorte, não é? O acaso me pôs diante de um trabalho que tinha grandes perspectivas.

Na Faculdade de Filosofia, no doutorado, eu queria fazer uma pesquisa sobre acul-

turação de sírios e libaneses. Eu tinha o prestígio de ser o *enfant terrible* do Departamento, e lá um projeto de pesquisa tinha de ser mais complexo. De fato, a minha pesquisa para o doutorado não tivera uma origem empírica ou ocasional, mas uma origem teórica: eu quis pôr em teste a hipótese de Malinowski sobre a dinâmica da mudança cultural, segundo a qual, numa situação de contato, a transformação não se dá em itens e instituições isoladas, mas como parte de um complexo total. Tudo está inter-relacionado nesse processo de mudança. Essa era a hipótese. Quando relatei ao professor Willems a idéia dessa pesquisa ele ficou deslumbrado. Foi falar para o professor Fernando de Azevedo que eu era um talento na pesquisa. Essa é a origem teórica da pesquisa.

Havia um estudante chamado Jamil Sady que se tornou um colaborador permanente e entusiasta do meu trabalho. Ele desempenhava o papel ativo de um terceiro entrevistador. Junto com ele colhi muito material sobre os sírios-libaneses, estudando a religião, a carreira dos indivíduos, a família. Mas fui descobrindo um universo que não me atraía, um mundo que estava muito distante do meu universo de garoto pobre, de pessoa de origem humilde. Quando conhecia uma pessoa que tinha uma condição igual, de pequena classe média, ou alguém que não tinha tido êxito, logo descobria uma carga emocional tremenda por trás. Reações de inveja, de rancor. Vinham discutir comigo se era justo que os pais tomassem as decisões, que os filhos não tivessem liberdade para isso ou para aquilo, e eu tinha de dizer: "Sou um pesquisador, não um sacerdote, ou um psicanalista". Certa ocasião, fui à casa de um rapaz que fora meu colega no curso de Didática, muito amigo meu, e me senti tão mal na sala de visitas, por causa do luxo (sua família morava na Vila Mariana), que logo ele percebeu e me disse: "Florestan, eu sei o que está acontecendo com você. É o que acontece comigo. Vamos para o meu quarto". O quarto dele era um quarto modesto, como o de uma empregada. O luxo da casa era opressivo. Enfim, eu escolheu o tema sem

levar em conta a minha condição humana. É uma mentira pensar que um pesquisador pode fazer tudo que ele queira. O pesquisador não é uma máquina, não é um robô. Ele é um ser humano. É preciso que haja um mínimo de relação emocional com os sujeitos da pesquisa para que o trabalho possa se desenrolar com uma certa regularidade e produtividade. Senão não há respeito mútuo. E o fato é que ficara difícil para mim continuar aquela pesquisa.

Nesse ínterim, elaborei o questionário que deveria ser aplicado. A elaboração de um questionário, como se sabe, é um processo complexo. É preciso saber o que se pretende, escolher as perguntas, fazer o teste do questionário, eventualmente reformulá-lo. Assim, quando entreguei o questionário pronto e acabado ao doutor Fernando de Azevedo, que era o orientador da tese, ali estava o produto final de um longo e paciente trabalho criativo. Infelizmente, ele acabara de receber a visita do professor Milton [Silva Rodrigues], de Estatística. Os dois estavam conversando e o doutor Milton quis saber o que eu estava entregando. Ambos começaram a brincar com o meu questionário. Foi realmente uma brincadeira de gato e rato. E eu que sou uma pessoa agressiva absorvi aquela situação como uma afronta. Discuti o assunto com eles mas botei de lado a idéia de fazer pesquisa de campo para o doutorado. Resolvi voltar aos Tupi e fazer a tese sobre a função social da guerra na sociedade tupinambá. Com isso eu me punha ao abrigo de qualquer pressão. Parecia-me que a nossa tradição ainda se limitava ao terreno histórico. Nele os brasileiros se sentiam bem. As pesquisas mais importantes do passado tinham sido estas, não é? Tirando Euclides da Cunha, se pegamos o Oliveira Vianna, o Gilberto Freyre, o próprio Fernando de Azevedo com *Um Trem Corre para Oeste* e *Canaviais e Engenhos na Vida Social do Brasil*, descobrimos uma continuidade, historicamente. O terreno parecia-me sólido. Era o que sabíamos fazer. Decidi: "Vou me plantar nesse terreno. Vou fazer o trabalho aí mesmo!". Depois de certo tempo o professor

Fernando de Azevedo me chamou: "Que diabo! Você não veio mais falar da sua pesquisa". Eu respondi: "Eu mudei. Estou fazendo a tese sobre a guerra na sociedade tupinambá". E ele: "Mas, como? Você nem me consultou". "Não precisava. Eu sou o candidato. O senhor é o orientador. O senhor brincou com o meu questionário. O senhor sabe o que é um questionário? O senhor já elaborou um questionário alguma vez em sua vida? O senhor e o doutor Milton brincaram comigo e eu então encerrei o assunto. E o senhor só vai ver o meu trabalho quando ele estiver pronto". Assim, acabei fazendo o doutorado sobre os índios tupi.

O que interessa nisso tudo? Aquele acaso do curso na Escola de Sociologia, de ter lido Gabriel Soares, de ter lido Hans Staden, de ter descoberto um tipo de trabalho que podia ser feito. Produzi uma das teses mais complexas que já foi escrita no Brasil, em termos de "trabalho acadêmico". *A Organização Social dos Tupinambá* foi a única tese efetiva que eu elaborei.

Para defendê-la não tive de enfrentar muitos problemas. Na Escola de Sociologia, no mestrado, a banca era: Baldus, presidente, e Willems, Mário Wagner e Donald Pierson, examinadores. Tinha mais gente assistindo, ao estilo norte-americano (quem quiser assistir entra, ouve e discute). Não me lembro mais se tinha uma quinta pessoa argüindo. Eu acho que não: eram só os quatro. Aliás, argüição propriamente dita não houve. Já no doutorado, na Faculdade de Filosofia, se fazia argüição, e uma argüição dura. O professor Plínio Ayrosa, por exemplo, disse que minhas reconstruções eram malfeitas. Eu o provoquei: "Dê um exemplo". E ele: "A sua reconstrução da paliçada, do grupo local". Eu aí fiquei quieto, mas quando chegou a minha vez de falar dei o troco: "Professor, o senhor agora revelou ter uma idéia de senso comum a respeito dos indígenas brasileiros. O senhor pensa que eles são pessoas rústicas, 'primitivas' e tão ingênuas que, em vez de a paliçada ser um meio de defesa, seria um alcapão, expondo-os a ficar à mercê dos adversários que vinham atacá-

los? Virariam caça do inimigo por pura estupidez?". Aí foi um delírio, algo tão estrondoso... Foi uma gargalhada geral. A Congregação estava cheia, porque toda vez que havia uma defesa de tese era uma enchente. Sob a gargalhada geral, ele ficou vermelho como um pimentão. Enfim, foi uma argüição nesse estilo, de luta. A minha mãe, por exemplo, assim viu as coisas. Ela era uma mulher da cultura de *folk* e que não saiu da cultura de *folk*. Quando lhe perguntaram a respeito ela disse: "Eu estou muito nervosa, estou com dor de cabeça. Havia cinco homens lá; eram todos contra o Florestan. Eles atacavam o Florestan e o Florestan os atacava. Era uma luta entre eles. E eu fiquei muito nervosa, porque eles queriam destruí-lo". Foi assim a argüição. Um médico português que assistiu a tudo, e que depois ficou meu amigo, assim comentou o ocorrido: "Só ficou faltando, para ser uma argüição em Portugal, que a banca jogasse a tese aos pés do candidato. É como se faz lá em Portugal. Depois que o examinador argüí, ele joga a tese aos pés do candidato". Felizmente, para nós faltou esse complemento. Quanto a mim, tornara-me "doutor pela USP".

Além de Plínio Ayrosa, na banca do doutorado estava o Fernando de Azevedo, que antes havia feito certas críticas ao trabalho que eu recusei. Eu então lhe dissera: "Não aceito as suas críticas, professor. O senhor não conhece as fontes e está querendo que eu introduza modificações que não são verdadeiras, não são consistentes. O que o senhor falou que tinha sentido eu aceitei, e eram coisas mais de exposição do que de reconstrução e de interpretação de fatos. Agora, as questões de interpretação de fatos eu discuto com o senhor em público. O senhor fez as críticas e eu não as aceitei. Então, o senhor as repete e eu respondo. Não vou me dar ao trabalho de responder duas vezes". E ele não o fez.

A argüição do professor Baldus só teve um ponto duro, que foi sobre a bibliografia. A tese ostenta uma bibliografia que me deixa até envergonhado. Naquela época, uma boa tese também implicava uma boa bibliografia.

Esta devia ser “completa”. No entanto, o Baldus sugeriu umas fontes que não constavam, e eu resisti: “Professor, eu lamento, mas já acho a bibliografia grande demais. Eu quero saber qual foi a questão que foi tratada de modo insuficiente por causa da ausência desses livros. Eu cometi algum erro de descrição, de interpretação?”. E ele: “Não, não tem nada. Está tudo bem-feito”. “Então, por que e para que o senhor queria mais esses livros?”. Foi a única coisa. Apesar do choque com o professor Plínio Ayrosa, eu tive 10 com distinção e louvor.

Mas, afinal, qual era a essência do meu trabalho: Antropologia ou Sociologia? Aí é que está o ponto. Na Escola de Sociologia havia ensino básico de Antropologia, de Etnologia brasileira. Na Faculdade de Filosofia não havia. Mas na Filosofia havia aquela ponte com os franceses, uma influência grande de Durkheim, de Le Play, de Mauss, Gaston Richard, Lévi-Bruhl. Para a tradição francesa era irrelevante separar a Antropologia da Sociologia. Tudo dependia do modo de tratar. Durkheim escreveu *A Divisão Social do Trabalho*, *O Suicídio*, que ninguém chamaria, naquele momento, de estudos antropológicos, mas escreveu *As Formas Elementares da Vida Religiosa* que, na boa tradição europeia e norte-americana, seria um trabalho de Antropologia. Mauss também escreveu trabalhos que podiam ser de Antropologia ou de Sociologia, ou até de Etnografia Material. Não havia essa preocupação.

O ensino de Antropologia na Faculdade de Filosofia começa realmente com o professor Willems, que, apesar de ter sido aluno de Thurnwald — Baldus também foi aluno de Thurnwald —, não era antropólogo, mas sociólogo — embora, no Brasil, tenha feito um trabalho sobre aculturação que, do ponto de vista norte-americano, seria trabalho de antropólogo. O professor Mário Wagner havia ido para os Estados Unidos aprender Antropologia e, ao voltar, deveria ensinar Antropologia, não como matéria independente, mas como disciplina. No ínterim, enquanto ele foi e voltou, o diretor foi substituído: o professor Alfredo Ellis caiu e o professor

Fernando de Azevedo subiu. Fernando de Azevedo decidiu, então, atribuir aquele lugar a Willems, seu assistente. Ele foi o nosso primeiro professor de Antropologia. Isso em 1943. A turma de 1941, que já estava no terceiro ano, foi obrigada a fazer o curso. Alegou-se que nós não tínhamos a aprovação nesse curso e, portanto, devíamos fazê-lo. O professor Willems ministrava o curso acompanhando as grandes linhas do livro de Ralph Linton, *O Homem*, que naquele momento ainda não existia em português. A orientação básica inicial provinha desse livro, uma obra didática notável.

Eu nunca me indaguei muito se o que eu fazia era Sociologia ou Antropologia. O que é importante é que acabei lidando com técnicas de reconstrução que obrigavam a trabalhar com relações de concomitância. Não se tratava de uma civilização vista ao longo de sua evolução de dois, três séculos, ou mesmo de um século. Tratava-se de índios tupi, em dados momentos, focalizados pelos cronistas, pelos jesuítas, pelos documentos oficiais, pelos viajantes. Ou tratava-se de folclore. Daí eu ter acumulado um conhecimento amplo sobre a técnica e o processo de lidar com análise funcional de relações de concomitância (ou “uniformidades de coexistência”).

O primeiro seminário que eu dei na Filosofia, em 1945, foi sobre *As Regras do Método Sociológico*. Retornando a esse texto, se vê que a preocupação de Durkheim é com a explicação causal: a análise funcional e a explicação funcional entram no quadro de referências em termos da repetição da causa. Dadas certas condições, certas ocorrências se reproduzem. Então, a causa se repete e nós estamos diante de “fins úteis”, “efeitos úteis”. Eu trabalhei nessa direção, com um pouquinho mais de sofisticação. Porque eu estava tentando, por meio da análise funcional, chegar à explicação causal. Durkheim, no esquema dele, trabalhando com tipos médios, podia remontar da causa para o efeito e descobrir as funções. Eu, da minha parte, só podia conhecer as funções: qual é a função da guerra, qual é a função da onça (uma das

coisas que impressionou a professora Gioconda Mussolini foi a onça no universo dos índios tupi, tal como relato em *A Organização Social dos Tupinambá*, a função do grupo local? E me vi compelido a tratar delas em termos de relações de coexistência. Eu conhecia as funções e tinha de chegar às causas para poder fazer uma tese de doutorado, senão me esmagavam. Eu tive muita sorte porque já conhecia vários livros na área de métodos e teorias da ciência, entre outros, o livro de Simpson, o biólogo. Baseado em um livro dele sobre Arqueologia, havia me proposto o problema da seleção das funções, a distinguir as funções selecionadas das funções potenciais e a conciliar, por aí, história e função. Essas possibilidades são encantadoras em uma “sociedade simples” como a dos Tupinambá, da qual nada se sabe a respeito da seleção das funções na vida social concreta e das alternativas perdidas com as funções potenciais eliminadas, mas que permite a exclusão de reducionismos empiristas de teor mecanicista, porque a totalidade aparece com todo o vigor nas relações dos homens entre si e com a natureza.

Na Faculdade de Filosofia o que prevalecia era a tradição sociológica de Roger Bastide, de Arrousse Bastide, ou mesmo de Fernando de Azevedo, dentro de óticas francesas. Emílio Willems ampliara essas óticas com os autores alemães e norte-americanos que faziam parte do seu repertório. Na Escola de Sociologia o que prevalecia era a ótica de Chicago, complementada pela Antropologia inglesa e por autores alemães que alimentavam a imaginação etnosociológica de Baldus (e também de Willems). A volta de Mário Wagner e de Octávio da Costa Eduardo deu maior densidade a correntes especificamente antropológicas, consideradas teoricamente ou à luz do estudo da aculturação e do Novo Mundo. Era possível estabelecer uma adaptação provisória, como uma espécie de ponto de partida precário. E a adaptação acabou sendo estabelecida segundo critérios que prevaleciam mais na Escola de Sociologia, pela combinação da tradição alemã com a tradição norte-americana:

o que caracteriza a abordagem sociológica é o estudo da sociedade; o que caracteriza a abordagem antropológica é o estudo da cultura. Ou seja, um branco e preto. Um branco e preto que, naturalmente, já naquele momento, não tinha validade nas grandes universidades, mas que para nós era um bom recurso adaptativo.

Willems, partindo do livro do Linton, simplificava as coisas e submergia nesse universo, porque até os sistemas sociais, as instituições, tudo em Linton é parte da cultura. Aquilo que o sociólogo estuda como objeto acaba desaparecendo no tratamento que Linton dá à cultura, absorvido pelo objeto da Antropologia. Por sua vez, Roger Bastide operava uma reversão, pois a Sociologia diluía o antropólogo e o antropológico, surgindo como a ciência das civilizações, do homem como ser social civilizado em todas e quaisquer situações históricas possíveis. Naturalmente, para mim, as alternativas extremas ainda interessavam pouco. Eu trabalhava numa cadeira de Sociologia e não precisava justificar o fato de meus trabalhos poderem ser encarados como “trabalhos de Antropologia”, embora algum colega ou outro tenha me apoquentado por causa disso: “Você não está trabalhando como sociólogo; você está trabalhando como antropólogo”. Eu pouco me preocupava, pois não achava isso relevante. O que me preocupava mais eram as lacunas de formação. Lacunas que eram terríveis para quem tinha freqüentado aquelas duas escolas.

Na Faculdade de Filosofia havia um alto nível de exigência abstrata, muito mais que teórica, e ao mesmo tempo as condições de trabalho permitiam uma reflexão muito pouco madura, porque todos trabalhavam tanto que dispunham de pouco tempo para pensar. O professor Maugüé, por exemplo, não admitia que um aluno citasse uma fonte indiretamente. Eu me lembro de um assistente da Faculdade de Filosofia, hoje um professor conhecido, que foi chamado por ele em público, no exame oral de fim de ano: “O senhor é um burríssimo!”. Não era burro: era burríssimo. Por quê? Porque ele ci-

tou Schelling. “Aonde o senhor leu Schelling?”, Maugüé perguntou. Ele havia lido na nossa Bíblia, a *História da Filosofia* de [André] Lalande. E o Maugüé continuou: “Onde o senhor leu Herder?”. “No Lalande”. “Onde o senhor leu Shoppenhauer?”. “No Lalande”. E ele então disse: “Mas o senhor não lê os autores? O senhor é um burríssimo!”. Enfim, havia uma exigência fundamental quanto ao estilo de trabalho acadêmico, mas esse trabalho era feito de maneira um tanto precária, de acordo com as nossas possibilidades. Por exemplo, o professor Arbousse Bastide, no terceiro ano do seu curso de Ciência Política, quis saber o que nós tínhamos lido. Ele estava descobrindo que o horizonte intelectual do estudante brasileiro era muito ralo. Então, perguntou-me: “O senhor leu Durkheim?”. Eu disse: “Sim, eu li Durkheim”. E ele: “O que o senhor leu de Durkheim?”. Eu comecei a responder: “*As Regras do Método Sociológico*, que, aliás, eu li no bonde...”. “Leu no bonde? Ah, leu Durkheim no bonde...”. Foi um escândalo. Onde já se viu um supra-sumo da tradição universitária francesa sendo lido no bonde? Pois todo dia eu ia da Praça da Sé à Penha, uma viagem de 40 minutos, a uma hora da madrugada, lendo no bonde. Era muito bom ler no bonde. Havia menos barulho que na Praça da República.

No ápice, prevalecia um sofisticado refinamento, sustido por uma baixa realização. É óbvio que no centro da minha angústia estava a Sociologia, não a Antropologia. Depois de quatro anos de estudos, eu não sabia o que era a Sociologia, como a Sociologia se relacionava com outras ciências, como ela poderia ser dividida etc. Não por Durkheim, não por Tönnies, não pela escola do Le Play, não por Mannheim, cuja leitura me impusera desde 1943. Meu problema era: como é que nós poderíamos definir o objeto e dividir o campo da Sociologia naquele momento. Resultado: entrei em pânico, pânico real, a ponto de acusar-me: “Sou um ignorante

muito grande”. Aliás, foi o que disse a Fernando de Azevedo na hora em que se concretizou o convite para ser seu segundo assistente: “Olha, a responsabilidade é do senhor. O senhor não esqueça de que está convidando um aluno. Eu acabei de me formar. Sou um aluno. Não sei como eu vou ser como professor. Eu não tenho nível intelectual de assistente”. Eu chamei a sua atenção com tal vigor que ele levou um choque. E não fosse a presença de Antônio Cândido, que foi providencial, eu teria perdido aquela oportunidade de emprego e teria de ir trabalhar com o professor Hugon. O Antônio Cândido salvou-me brincando: “É, professor. Nós sabemos que o Florestan é muito ignorante, não é?”. Aí o doutor Fernando deu uma gargalhada e tudo se encerrou. Mas ele ficou com a responsabilidade. Eu poderia falhar à vontade que a responsabilidade seria dele. Visto de longe, aquele era um pânico psicológico total.

Eu aceitei o convite e o professor Azevedo me obrigou a um programa de leituras. Um programa típico não de quem saíra graduado de uma universidade, mas típico de um autodidata. Um autodidata de tipo novo, um sujeito que fez, antes, cursos universitários de alto nível, que aprendera a fazer e a ler a sua bibliografia e que, além disso, era capaz também de criticar as suas leituras. Esse era o programa de trabalho que eu iria desenvolver de maneira intensa, durante um ano e meio, dois anos, ou mais, trabalhando nas várias bibliotecas mas, principalmente, na Biblioteca Municipal. Foi um período muito marcante, que me ajudou a superar as limitações da herança que eu recebi como aluno de uma universidade de origem recente e precária. Revelava-me o produto de uma escola improvisada, de uma universidade criada de repente, com professores de vários lugares do mundo, com critérios conflitantes de trabalho. Punha a nu as qualidades e os defeitos que se tornaram meus também, e me obrigava a corrigi-los, a trabalhar duro

[*] André Lalande, *Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie*.

para corrigir ao menos as limitações identificadas.

Uma delas era o ecletismo. A característica principal do ensino dos franceses ou dos alemães era o caráter eclético dos cursos. Nunca só Durkheim, ou só Mauss, ou só Radcliffe-Brown, ou só Marx. Não havia uma Bíblia. Na Escola de Sociologia eu iria descobrir um tipo de ensino básico que eu não conhecera anteriormente, voltado para a aprendizagem dos conceitos fundamentais ou das técnicas e métodos de investigação. Sem a devida prática no uso das técnicas, mas com um treinamento rudimentar no emprego dos conceitos e das técnicas dado pelo professor Pierson. Para alunos de graduação, isso era uma grande coisa. Depois nós procuramos introduzir transformações análogas na Faculdade de Filosofia, só que procurando associar a aprendizagem à prática. A elaboração de um pequeno questionário, a realização de uma entrevista etc. Além disso, desenvolvemos também o estudo dos modelos de análise e de explicação, o que é um passo a mais e igualmente necessário.

Na minha vida houve um acidente muito importante, que não tem nada a ver com o ensino; tem a ver com a cidade de São Paulo. A cidade de São Paulo é responsável pela probabilidade da existência de uma universidade, de uma Faculdade de Filosofia ou de uma Escola de Sociologia e Política com professores estrangeiros. Naquele momento aquilo parecia impossível. A Universidade do Distrito Federal, a qual pertenceram Anísio Teixeira, Gilberto Freyre e os franceses Émile Bréhier, Pierre Deffontaines e Henri Hauser, teve de fechar pouco depois de sua criação. É sabido que a ditadura de Vargas foi um terrível período de repressão. E, naturalmente, na época em que fui para a Faculdade de Filosofia, a luta contra a ditadura já era elaborada e começava a ganhar vida, pois a insatisfação dos estudantes já se projetava. As classes burguesas, ao contrário do que acontece sob a ditadura atual, promoviam ativamente certas resistências a Vargas, tanto que a ditadura varguista procurou apoiar nas classes trabalhadoras, não só nos milita-

res. Vargas fez uma demagogia com os pobres, com os trabalhadores. É claro que nós poderíamos ter apoiado Vargas, se tivéssemos nos sentido seduzidos por esse “populismo”, mas aquele era um momento em que intelectuais estavam presos, Prestes estava na prisão. A luta pela liberdade era decisivamente importante. O estudante era fatalmente levado para a ação clandestina contra a ditadura, ação que encontrava suporte e tolerância na burguesia, que tinha eclosão, possuía suas vias de manifestação. De outro lado, o Partido Comunista mantinha seus quadros ilegais em atividade clandestina, viabilizando a ação oculta, a ação contestadora dissimulada. Foi mais fácil, naquele momento, lutar contra a ditadura contemporânea do que seria, posteriormente, contra o presente regime. É claro que, em 1941, em 1942, eu ainda estava muito próximo do estudante ardente: não tinha sido plenamente adotado pela Universidade, nem havia me imiscuído na vida subterrânea da luta política. Mas, por escrever em jornais, por ter contato com outras pessoas, por ter maior notoriedade, também os colegas que estavam na ação clandestina revelaram interesse por mim. Eu repeli de imediato a vida nos grêmios. Achava que era um desperdício de tempo ir aos grêmios. Tinha de ganhar a minha vida, tinha de estudar, de sustentar minha mãe. O grêmio, para mim, representava uma devastação de tempo e de energias. Um estudante do grêmio era um estudante que eu não respeitava. Havia razões, porque sob a ditadura o grêmio não era uma coisa séria, não era a espinha dorsal da luta política, como se tornou mais tarde. A espinha dorsal da vida política estava em outras esferas.

O fato é que me vi arrastado para a ação clandestina contra a ditadura. Os contatos mais instrumentais para isso foram os colegas que estavam na *Folha da Manhã*, o Sacchetta e outros. Acabei indo diretamente para a extrema esquerda, para o grupo trotskista, um grupo filiado à IV Internacional. Deixei, portanto, de gravitar pelo centro. Não sofri as seduções da esquerda moderada: fui direto para extrema esquerda daquele

momento, que era uma extrema esquerda séria porém fraca — um grupúsculo.

O trabalho de luta política era um trabalho de “agit-prop” (agitação e propaganda), não era um trabalho teórico. Nossas reuniões eram reuniões com operários, com operárias — muito poucos, a bem da verdade. Elaborávamos alguns números de um jornal clandestino, que era mimeografado na minha casa, distribuídos precariamente aos militantes do movimento e também a alguns colegas da Faculdade de Filosofia, a um ou outro estudante. Não obstante, essa iniciação foi importante para o meu batismo político.

Fiquei vinculado a esse grupo alguns anos, até 1950 ou 1951, não me lembro direito, mas chegou o momento em que ficou claro que eu tinha potencialidades de auto-realização que não podiam ser satisfeitas dentro do grupo. De outro lado, a rotina do meu trabalho universitário interferia nos meus deveres de militante. Nós não tínhamos partidos revolucionários propriamente ditos, capazes de oferecer ao intelectual uma oportunidade equivalente à que ele encontra na Universidade. Se se considera, por exemplo, a situação da Rússia revolucionária, um Bukarin, um Lênin, um Trotski, ou mesmo um Stalin, quem quer que fosse podia ser um intelectual do partido. Veja a Rosa de Luxemburgo. Seu curso sobre Economia, dado aos militantes do Partido, podia ser publicado como livro de real importância científica. O Partido era um ambiente no qual o intelectual podia ter papéis específicos e criar uma contribuição própria. No Brasil não existia (como ainda não existe) nada disso. Em resumo, eu era um intelectual, mas o que eu fazia no movimento qualquer indivíduo poderia fazer. Se eu estivesse no Partido Socialista, no qual prevaleciam os italianos, ou no Partido Comunista, aconteceria a mesma coisa. Se eu pertencesse a algum grupo burguês de ação democrática a realidade seria a mesma.

Uma exceção, nesse quadro, foi o convite dos companheiros trotskistas, que haviam criado uma editora chamada Flama, para traduzir a *Contribuição à Crítica da Econo-*

mia Política de Marx, trabalho que conduzi com muita dificuldade, porque trata-se de um livro complexo. Eu tinha estudado alemão mas não podia arcar com a tradução. Para se ter uma idéia, para traduzir uma página de Alfred Weber, eu e Alice Canabrava investimos o tempo de que dispúnhamos para estudar alemão durante uma semana. Ficou uma boa tradução, mas é impossível trabalhar assim, não é? A tradução do livro de Marx foi feita de três línguas: inglês, francês e espanhol. A melhor edição era em espanhol. Minha maior dificuldade estava em reconstruir a linguagem de Marx. De outro lado, minha ignorância do marxismo impedia o domínio correto da terminologia marxista. Portanto, nesse ponto a tradução era precária. Minha grande aventura foi a leitura e o primeiro estudo que fiz do Posfácio. Naquela época eu andava muito preocupado com a explicação na ciência. De repente, descobria Marx ali, toda a sua rica e original fundamentação da explicação materialista-dialética na ciência social. A leitura do livro não foi irrelevante; o trabalho era pioneiro em muitas coisas e nele aparecem preocupações e descobertas que foram exploradas por Weber e outros autores nos célebres e infundáveis “diálogos com Marx” — inclusive a respeito do entesouramento, da relação entre protestantismo e a acumulação primitiva, e várias outras coisas. Mas, de repente, eu encontrava no Posfácio um Marx que estava falando diretamente conosco. Mais do que os professores com quem eu aprendera, mais do que os livros que eu vivia lendo. Para mim foi uma descoberta extraordinária. Eu já ficara impressionado com a primeira parte de *A Ideologia Alemã*, que estava entre os clássicos cuja leitura eu me impusera. E com o Posfácio se desvendava toda uma nova linha de trabalho, que na Universidade eu havia trabalhado muito mal.

Como eu disse, o ecletismo dos professores europeus obrigava-os a lidar simultaneamente com Comte, Simmel, Marx, Durkheim, Spencer etc. Quer dizer, nós sabíamos um pouco de tudo. O intelectual da Faculdade de Filosofia era como um xerox: você ou-

via um, ouvia todos. Assistir a um concurso de professores licenciados para a Escola Normal era o mesmo que desvendar um padrão: o que variava era a capacidade de saturar o padrão. Mas, nesse padrão, Marx nunca entrou de corpo inteiro. Por exemplo, o professor Hugon dava uma grande atenção a Marx, mas para em seguida demolir Marx. Já o professor Bastide dava atenção a Marx simplesmente para pôr em equação uma nova explicação do estético em que entra o materialismo histórico, porque é preciso considerar a infra-estrutura etc. e tal. Marx mesmo, de corpo e alma, não comparecia. Assim, ao fazer a tradução, descobri por minha conta o verdadeiro Marx. E, com isso, completo um circuito intelectual em minha formação.

A Escola de Sociologia, com sua ênfase na pesquisa empírica sistemática, no trabalho da Escola de Chicago — que naquele momento ainda era importante, pioneiro —, com os antropólogos da linha inglesa, com as correntes emergentes da ecologia humana, da psicoetnologia, da antropologia cultural, da psicologia social, contribuiu para alargar o painel dentro do qual a influência de Marx iria conduzir-me por novos caminhos. Assim, quando iniciei o meu trabalho como professor, propus-me uma saída diferente: não repetir este ou aquele autor, mas procurar delimitar as diferentes orientações básicas dentro da Sociologia. No curso que desenvolvi sobre a indução na Sociologia, publicado na ocasião, estão todas essas orientações, com destaque para Weber, com o qual trabalhei ordenadamente num dos seminários com o professor Bastide (eu dedicara a Weber um semestre inteiro de estudo extensivo e intensivo). Mannheim foi outro autor que me encantou e com o qual dialoguei reiteradamente. Freyer, Sombart, Tönnies, Maunier, Simiand, Park e tantos outros faziam parte de incursões obrigatórias que eu levava aos estudantes. Nas tentativas de caracterização da explicação sociológica em esquemas menos abrangentes, trabalhava com Weber, Durkheim e Marx. Quando explorava esquemas mais amplos, usava outros autores: para a

problemática original da Sociologia descritiva ou da Sociografia, Le Play; para toda a problemática da Sociologia comparada, Comte, Spencer e, principalmente, Durkheim; para a problematização da Sociologia histórica ou diferencial do método dialético, Marx; para a Sociologia aplicada, os autores que eu comecei a explorar a partir do curso de Patologia Social de Roger Bastide, mas que reformulei com os sociólogos e os patologistas sociais norte-americanos e ingleses e os autores marxistas (aliás, a Sociologia aplicada foi uma área à qual me dediquei intensamente, por causa dos meus interesses práticos, por causa da minha posição socialista e da esperança de que a Sociologia aplicada poderia ser muito importante para nós). Discutia também os campos e os problemas da Sociologia Geral, que derivavam principalmente da divisão durkheimiana (e permitem colocar os problemas epistemológicos e metodológicos da ciência), conciliando a evolução histórica das disciplinas com a necessária fundamentação lógica. Eu fazia um elenco e, com isso, estabelecia um ponto de partida bem diferente daqueles que nós tínhamos herdado. Não repetia simplesmente a divisão da Sociologia de Mannheim, que era a que eu considerava a mais orgânica, consistente e lógica. Conseguia, num país em situação de dependência cultural, definir as relações com o exterior num plano multívoco e situar-me como sociólogo fora e acima das precariedades dos “autores da moda” e da imitação colonial.

Quem leu Marti (naquela época eu ainda não tinha lido Marti) deve se lembrar de um conselho famoso: “Se é para depender de literatura externa, então é melhor ler todas do que ler só uma”. Ou seja, se é para depender de correntes na Sociologia, na Antropologia, ou na Física, na Química ou na Biologia, é melhor absorver todas as influências e selecionar aqui aquelas que são importantes para nós. Quais são as nossas condições de trabalho? O que elas permitem fazer? Que salto criativo podemos dar? Foi exatamente o que eu tentei fazer na cadeira de Sociologia I. Tentei desenvolver um

trabalho criativo no sentido de nos concentrarmos principalmente nos campos da Sociologia diferencial ou histórica e, como é inevitável, da Sociologia descritiva. Lidar com os problemas do subdesenvolvimento e da dependência (que, naquela época, eu chamava heteronomia, conceito que aparece em Marx e é generalizado por Max Weber). Não se tratava de fazer uma “Sociologia brasileira”, mas de aproveitar estrategicamente os recursos de que dispúnhamos — muito pobres e limitados — na investigação sociológica do Brasil e da América Latina.

Embora a Antropologia não fosse o centro do meu trabalho, acabei fazendo uma pesquisa para a Unesco sobre relações raciais. Uma pesquisa na qual eu, de início, não quis entrar. É uma longa história. Quando o Métraux veio para São Paulo, como emissário da Unesco, com a idéia de fazermos o trabalho, ele já tinha ido a Pernambuco, a Salvador, ao Rio de Janeiro. Ele trazia ao todo cinco mil dólares, pelo que nos informou, e dispunha-se a investir três mil dólares na pesquisa de São Paulo. Primeiro ele falou com o professor Roger Bastide. Este não quis fazer a pesquisa mas sugeriu o professor Pierson. Métraux, então, foi à Escola de Sociologia comigo e teve uma conversa elucidativa com o professor Pierson. Este provavelmente supôs: “Unesco, pesquisa de relações raciais... Isso deve ter uma dotação fantástica”. E excluiu todos do campo com uma habilidade incrível: “Fulano não pode. Poderia, mas, por isso, por aquilo...”. Enfim, o único que poderia fazer a pesquisa era ele. Aí veio: “Com quanto se conta?”. “Cinco mil dólares, sendo que dois mil já estão alocados”. Imediatamente, então, o professor Pierson refez o percurso com a mesma habilidade: repôs todos e tirou o corpo fora. Métraux teve, assim, de voltar à Faculdade de Filosofia e recorrer ao professor Bastide, que era um homem de grande humildade intelectual, incapaz de dizer não e de pensar sobre pesquisa como “sociólogo profissional”. Fomos à Confeitaria Vienense e lá Métraux consumou com sagacidade a submissão de Bastide aos seus desígnios. A

pesquisa iria ter Bastide como coordenador central e os três mil dólares seriam divididos da seguinte maneira: mil dólares iriam para Virgínia Bicudo e Aniela Ginsberg, que se encarregariam de duas pesquisas psicológicas; mil dólares caberiam ao professor Oracy Nogueira, que deveria estudar as relações raciais em Itapetininga, comunidade que ele já estava investigando, e mil dólares caberiam ao professor Bastide. Não ficamos com um tostão desse dinheiro: ele foi aplicado, como retribuição simbólica, a dois pesquisadores: a doutora Lucila Hermann e o professor Renato Jardim Moreira, por tarefas especiais de que se incumbiram. Paulo Duarte, que era muito amigo do Reitor da Universidade de São Paulo, conseguiu que esta doasse 60 ou 80 contos à revista *Anhembi*, para financiar a publicação dos trabalhos em um grosso volume, que reuniu todas as monografias.

Por que estou dando tanta atenção a isso? Para que se avalie as condições e os valores que orientavam concretamente o nosso trabalho intelectual. Eu estava trabalhando sobre os Tupinambá e não tinha tempo para me envolver em um projeto que caía abruptamente do céu. Respondi até com uma certa má-criação ao professor Bastide quando ele me convidou para dividir com ele a responsabilidade da pesquisa sociológica sobre relações raciais na cidade de São Paulo. Eu já trabalhava com ele (embora ainda pertencesse à cadeira do doutor Fernando de Azevedo) e ele era o “meu” professor, amigo provado e querido. Além disso, antes de partir para a Europa, no fim do ano letivo de 1950, ele convocara o Departamento para esclarecer que, ao me escolher para seu assistente, ele também escolhia seu substituto, pois achava que o substituto dele deveria ser eu, o que de fato sucedeu. Eu lhe devia muito, quase tudo, desde os bancos escolares, mas mantive-me firme na recusa, porque estava empenhado com afinco na elaboração da tese para o doutoramento. O que fez o Bastide me convencer? Ele foi à sala na qual eu trabalhava para insistir de novo e eu fui peremptório: “Não, de jeito nenhum! O se-

nhor não me convence”. Af ele foi saindo, já ia fechar a porta, quando meteu a cabecinha entre o vão e me disse: “Professor, eu colho todo o material. O senhor só trabalha nos dados. O senhor aceita?”. Eu confesso que então chorei. Foi uma emoção forte demais. Aquele homem, do qual eu tinha sido aluno quatro anos, que fizera tudo por mim, de repente faz isso, exige a minha colaboração, levando a sua dedicação a esse ponto. Ele faria tudo e eu só teria de trabalhar na fase de interpretação. Então, me levantei e anuí: “Bom, o senhor venceu. Eu faço a pesquisa com o senhor”.

Elaborei o projeto de pesquisa com vistas a acertar os ponteiros, já que muita coisa ele via de um jeito e eu via de outro. Elaborando o projeto tornava-se possível unificar as nossas perspectivas. Ele leu o projeto com cuidado e a única coisa que ele sugeriu modificar dizia respeito às críticas feitas ao professor Pierson. A versão publicada, nesse ponto, é muito atenuada. Realmente ela ficou palatável; o que eu havia escrito no trabalho original não era. Essa pesquisa foi uma revolução na minha vida intelectual e é também uma revolução em termos de interpretação do Brasil. Ela permite conhecer a sociedade brasileira de outra forma, permite combinar Sociologia, Antropologia, Psicologia e História como nunca se fizera antes. Em Wright Mills encontra-se essa exigência teórica de estabelecer uma ligação, fundir pelo menos a Psicologia, a Sociologia e a História, e ele realizou tal intento em suas principais investigações, embora a Psicologia tenha uma importância central em seu esquema interpretativo. Em nosso trabalho, e em particular em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, a fusão se faz na reconstrução das situações de vida e ao nível da teoria implícita na explicação dos processos psicossociais e histórico-culturais considerados. Tanto que a iniciativa de publicar o livro em inglês partiu do professor Charles Wagley, exatamente por causa disso. Ele me disse: “É o primeiro trabalho no qual há uma tentativa explícita de cruzar as coisas, de fun-

dir pontos de vista tidos como especiais e exclusivos”.

Quando aceitei colaborar no projeto, pensava em usar duas técnicas que aprendera por acaso. O professor Pierson, nos seus cursos, falava em uma técnica de observação que foi posta em prática na Inglaterra durante a guerra, de observação em massa. Por outro lado, ao estudar o trabalho do pessoal de Chicago, descobrira que o uso do documento pessoal pode ser explorado de maneira muito mais sofisticada do que se fez em outras correntes nos Estados Unidos. Há toda uma teoria sobre o “estudo de caso” que foi desenvolvida por Robert E. Park e seus discípulos (consulte-se, por exemplo, Vivien Palmer, *Field Studies on Sociology*, e Pauline Young, *Scientific Social Surveys and Research*). Um livro de Zorbaugh, *A Costa do Ouro e as Favelas*, havia me impressionado pelo amplo e meticuloso aproveitamento sociológico de documentos pessoais em profundidade. Supunha que poderíamos explorar essas técnicas em nossas condições de pesquisa.

Explorei a técnica de observação de massa em situações concretas, aqui e ali, ao sabor do contato com as pessoas ou do registro de ocorrências raciais reveladoras. À medida que ia surgindo o assunto negro, eu ia pondo o preto no branco. E colhi um imenso material. A sondagem do cotidiano é muito rica. É só ficarmos alertas para discriminar o que acontece e fazermos o registro. O uso de documentos pessoais, no entanto, revelou-se pobre. O questionário teve um desenvolvimento relativamente rico mas, em si mesmo, era pobre, voltado para uma sondagem de superfície. As lacunas eram cobertas pela entrevista focalizada e pela elaboração de alguns estudos de caso. O afluxo de documentos pessoais relevantes e profundos, porém, escapava ao nosso controle. É claro que o documento pessoal exigia uma tradição intelectual de ler e escrever, tradição que era pouco difundida e pouco densa no meio negro. Algumas pessoas podiam ser definidas como intelectuais e passaram a colaborar conosco nessa condição. Mas a maioria sofria

das limitações do que o passado escravista e a pseudoliberalidade impingiram ao negro.

Realizamos a primeira reunião na Biblioteca Municipal e decidimos empregar a taquigrafia para o registro do material. Graças ao prestígio que o professor Bastide possuía no meio negro, a afluência foi grande: 200 a 300 pessoas. As outras reuniões foram feitas na Congregação da Faculdade de Filosofia, com o afluxo médio de 120 a 150 pessoas. Nelas nós pescávamos gente para entrevistas, localidades e outros tipos de dados. Ficou patente que as mulheres tinham maior maturidade, talvez por causa das condições de existência do negro e da pressão psicológica e social que elas enfrentam. Pela própria posição que desempenham na sociedade e na família negra, as mulheres se revelaram como um elemento estratégico da investigação. Inventamos o “seminário das mulheres”, que eu fazia às sextas-feiras à noite. Projetamos também, em alguma sala de trabalho da Faculdade de Filosofia, um seminário com os intelectuais negros, que era feito numa sociedade cultural negra, na rua Formosa, aos sábados à tarde. Ali eles apresentavam os resultados de suas experiências pessoais e observações sobre vários tópicos.

O documento pessoal, porém, acabou sendo uma área pobre. Era impossível repetir os experimentos de Chicago. Sabem como surgiu a solução? Lembrei-me da afluência que nós tivemos na Biblioteca Pública, das reuniões tribais na África e dos índios tupi. Na verdade, primeiro me lembrei dos índios tupi. Quando eu escrevi sobre eles, tive curiosidade de ver como se desenrolavam as reuniões dos conselhos de chefes em outras tribos, inclusive africanas. A palavra falada é um instrumento rico na descrição e na comunicação de povos que não têm escrita. Então, discuti com o professor Bastide: “O que não podemos fazer individualmente com as pessoas podemos fazer em situação de grupo. É só repetir na Faculdade de Filosofia essas reuniões e nós vamos ter os relatos das experiências críticas que desejamos”. E foi exatamente o que aconteceu. Ele apenas ponderou: “Será que eles vão?”. Eu disse:

“É claro que vão. O senhor tem prestígio entre eles”. E foi assim que nós colhemos um material riquíssimo, porque, na situação de grupo, dar a palavra não era problema. O problema era interromper o relator no ponto em que a exposição perdia contato com o objetivo da coleta de dados. Eu já tivera uma experiência anterior com entrevista a três. Um trabalho que escrevi e que publiquei em colaboração com Ranzia Gattás mostra a importância de a entrevista ser não só uma entrevista do pesquisador, mas também de uma pessoa da comunidade que colabora com o pesquisador. Com essa terceira pessoa operando como o “advogado do diabo” era possível colher o material e questionar o entrevistado, recapitular coisas que ele não queria dizer e sulcar criticamente a sua memória e o comportamento dos outros. Na situação de grupo acontecia a mesma coisa. O problema era calar as pessoas, porque depois que tomavam a palavra o impulso era para falar, falar, falar.

Lembro-me de um médico que vinha da Bahia, o doutor Edgar Santana, homem inteligente e culto, mas que sustentava a visão tradicional: “Não existe preconceito no Brasil. Eu sou médico na Bahia e sou igual aos outros”. Ele quase foi linchado. Dentro de pouco tempo, porém, ele conheceria a realidade e o que os negros de São Paulo pensavam sobre ela. Logo ele descobriu que, como médico, era realmente discriminado e passou a rever as suas experiências na Bahia, que não eram bem o que ele percebia no contexto psicossocial em que vivera. O doutor Santana passou por uma reveladora metamorfose, chegando mesmo a escrever um pequeno livro no qual procede ao desmascaramento da situação do negro. Em suma, a situação de grupo proporcionou um vasto material e abriu as portas para o aprofundamento perceptivo e cognitivo do negro sobre sua condição humana. Técnicas de trabalho que seriam, por assim dizer, antropológicas encontravam ressonância e utilidade no estudo sociológico do preconceito e da discriminação raciais, bem como de uma sociedade de classes multirracial. É como se estivés-

semos fazendo a típica pesquisa de campo, só que numa sociedade metropolitana. Foi uma pesquisa realmente muito rica, uma pesquisa que nos lançou para o passado, porque, naturalmente, era preciso conhecer todo o passado do negro.

O primeiro e o segundo capítulos de *Negros e Brancos em São Paulo*, que coube a mim redigir, são capítulos que apresentam uma longa evolução da situação racial, do passado remoto até o presente. É toda uma análise de como a sociedade paulistana se tornou o que é, revelando que, ao deixar de ser escravo, nem por isso o negro chega a ser cidadão. Ele se defronta com todos os problemas que surgem mediante uma modalidade de preconceito racial que não é análoga à que aparece nos Estados Unidos, na África do Sul, na Rodésia etc., mas que não conduz tampouco à igualdade racial e à democracia racial.

Além desse livro, em colaboração, tanto o professor Bastide quanto eu exploramos os nossos dados e descobertas em outras direções, escrevendo outros livros e ensaios. Eu próprio suplinentei a pesquisa por minha conta, em 1954, especialmente com referência ao conteúdo da imprensa negra e à história do movimento de rebelião negra. No conjunto, a pesquisa sobre relações raciais em São Paulo permitiu-me rever toda a história brasileira, toda a sociedade escravista, como ela se desagrega, como se dá a revolução burguesa, qual é a importância do fazendeiro e do imigrante, o significado do negro na construção e dinâmica da nova sociedade de classes etc. Acusam-me (e também ao professor Bastide) de identificação psicológica e moral com o negro. Esse é, de fato, o grande dilema do meu trabalho: eu enfrento as interpretações da realidade como se eu fosse negro. Seria eu o supernegro, porque percebo e vejo as coisas do ângulo do negro? Com efeito, eu me situo historicamente do ângulo do homem que surgiu como excluído, viveu no cortiço, que sabe que o preconceito é de classe mas é de raça também, que é capaz de perceber, na superposição do preconceito de classe ao preconceito de raça, que

este pode configurar-se como uma barreira específica e insuperável. É claro que não vou repetir aqui o conteúdo desse livro. Só me cabe assinalar que ele me permitiu rever as interpretações da sociedade brasileira, do nosso passado, do nosso presente e do nosso futuro.

Nesse trabalho, a perspectiva antropológica já aparece como uma dimensão interpretativa básica: não se trata de um estudo de relações raciais típico dos Estados Unidos; é o estudo de uma sociedade concreta, vista em termos de posição de raça dominante e raça dominada, classe dominante e classe dominada, luta de classes e luta de raças. Um estudo de como a raça subalternizada, a classe que foi posta para fora do regime estamental, sob a escravidão, não se integra rapidamente na classe. De como o preconceito, a discriminação e a segregação vão servir para banir o negro do regime de classe e de como o negro vai lutar de uma forma dura, terrível, para varar tais barreiras e se classificar como proletário, para subir socialmente, embora pareça incrível que alguém queira se classificar como proletário. Mas é uma diferença específica. Algo separa o homem que não pode trabalhar, quer dizer, o negro que sai da escravidão, que rejeita um tipo de trabalho, porque acha que aquilo o tornaria um equivalente do que ele foi. Pois não havia, para ele, diferença entre a escravidão e o trabalho livre. De repente ele se percebe na condição de homem livre, que vende o trabalho como mercadoria... isso é uma ascensão social. É um processo de classificação. Tudo isso é discutido: como esse processo vai atingir, depois, proporções mais amplas; como o negro de classe média e o novo negro vão agir em relação a tal situação e, principalmente, a análise sociológica de dois fenômenos que nunca foram bem estudados: a relação social assimétrica, inerente ao sistema de dominação escravista, e, de outro lado, a reação do negro, a tentativa do negro de criar com suas mãos e por seus meios uma segunda abolição, e como ele não obtém êxito. Os movimentos sociais eclodem mas não vencem o muro do isolamento, da segregação.

Essa é uma pesquisa de grande envergadura, que combina História, Psicologia e Antropologia na compreensão do presente como totalidade.

Posteriormente, com os projetos que foram expandidos na cadeira de Sociologia I, surgiram novos trabalhos sobre relações raciais. Eu estimei o Fernando Henrique Cardoso, o Renato Jardim Moreira, o Otávio Ianni a trabalharem no Sul. Foi feito um *survey* em Santa Catarina, Florianópolis. Eles escolheram os casos. Fernando Henrique escolheu Porto Alegre; Otávio Ianni, Curitiba. Fizeram o doutorado sobre isso. Depois nós tentamos projetos mais amplos e ambiciosos, projetos sobre a empresa industrial que, por sua vez, acabaram sendo o principal projeto do CESIT [Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho] (o projeto está transcrito em *Sociologia numa Era de Revolução Social*), e outro projeto, *Economia e Sociedade no Brasil* (igualmente transcrito naquele livro), que nos levou a fazer do Brasil o nosso laboratório de pesquisa, naturalmente, compreendido no contexto histórico da América Latina. Combinando os resultados dessas investigações com o que eu aprendera graças à pesquisa sobre o negro, avancei no trabalho teórico e na visão da tarefa do sociólogo como investigador. Isso, é claro, me obrigou a fazer novas leituras, a aprofundar a análise da contribuição dos cientistas sociais etc. *A Revolução Burguesa no Brasil* situa aonde cheguei por essa via, completando o circuito que se desenha graças e por meio das descobertas proporcionadas pelo trabalho em colaboração com Bastide.

Eis aí um esboço da trajetória que percorri. Nós não podíamos suprimir o imperialismo. Nós não podíamos criar uma revolução nacional. O sociólogo, ou qualquer outro cientista social, defronta-se inexoravelmente com um alcance limitado para realizar o seu trabalho. Mas nós podíamos fazer um trabalho que alcançasse maior sentido, com maior possibilidade de ser original dentro do nosso país. E, então, definimos as áreas de trabalho, que por sua vez nos encaminharam para a América Latina. Havia o projeto, por

exemplo, de estender a análise da empresa industrial para a Argentina e o México. Enquanto o Fernando Henrique fazia a pesquisa aqui, Pedro Paulo Popovic já ia à Argentina, já ia ao México colher material comparativo. O trabalho do Ianni no projeto *Economia e Sociedade no Brasil* era sobre o Estado brasileiro, mas ele estendia o estudo da ditadura Vargas e de sua crise, inquirindo outras ditaduras e formas de populismo em outras partes da América Latina. O transbordamento para a América Latina se fez a partir de projetos concretos de pesquisa.

Havia essa ênfase criadora quando, em 1964, configuraram-se as pressões repressivas que iriam se tornar uma rotina. E em 1969 vieram as primeiras cassações. Eu estava na primeira lista; o Otávio e o Fernando Henrique na segunda, e uma parte do grupo é então expulsa da USP. O CESIT desaparece e muitas promessas são interrompidas ou se redefinem. Ainda assim, o grupo continuou e os trabalhos se perpetuaram. Mas isso já é outra história.

Como todos sabem, o homem é um produtor de mitos. O mito é inerente à imaginação humana. Assim, logo surgiu e difundiu-se o mito da chamada “escola de Sociologia paulista”. Ele se tornou mais forte nos Estados Unidos, talvez porque os Estados Unidos nos quisessem rebater à Europa, ressuscitar na América Latina uma tradição europeia do século XIX. Mas isso não tem sentido. Eu não sou um sociólogo com capacidade teórica para criar uma escola. Não sou um Durkheim, não sou um Marx, não sou um Weber. Sou apenas um professor que conseguiu atingir um certo êxito em um país onde todos são cegos e quem tem um olho é rei. Se eu tivesse de enfrentar uma competição mais intensa, é provável que ficasse num limiar mais modesto. Não tenho, portanto, nem a envergadura, nem a capacidade inventiva, tampouco a vontade de ser um “chefe de escola”. Ser “chefe de escola” exige um certo despotismo, um certo egotismo, um certo grau de certeza. O próprio Marx não alimentava essa ambição, pois dizia: “Quanto a mim, felizmente sei que não sou marxis-

ta”. Enfim, não há essa intenção de minha parte de ser “chefe de escola”; de outro lado, seria inconcebível pensar que um Fernando Henrique Cardoso ou um Otávio Ianni quisessem seguir e obedecer um “chefe de escola”. Pode ser que no nosso grupo houvesse pessoas que aceitassem isso. Eu acredito que o professor Luis Pereira, por exemplo, ou o Roberto Cardoso, que trabalhou comigo como estudante, fossem mais tímidos, mas eles também recusariam o que no passado europeu se convencionou chamar de “chefe de escola”. Pode ser, se eu tivesse tentado, que eu pudesse imprimir uma marca maior do que aquela que realmente ficou. Contudo, não havia essa disposição (em mim e nos outros). Os que poderiam tentar essa relação pretendiam realizar trabalhos independentes. Quanto a mim, a minha preocupação era procurar pessoas de notório valor, que pensassem de acordo com certos critérios comuns, mas que se realizassem dentro de parâmetros muito variáveis, flexíveis e muito amplos. Não havia interesse nenhum em moldar “mentes e corações”.

O Otávio, num dado momento, ficou muito preocupado com o fato de haver muita pesquisa sobre relações raciais: “O senhor está dando uma orientação muito ruim para nós. O senhor faz uma pesquisa sobre a relação entre negros e brancos em São Paulo e nós vamos fazer o mesmo no Sul. Quer dizer: nós vamos ter de competir com o senhor. Isso não é bom. Nós nos concentramos demais”. Mas o projeto era muito importante, por acabar com muitos mitos que existiam a respeito da natureza da sociedade brasileira. Era preciso provar até que ponto o que se descobriu em São Paulo não era uma coisa específica de São Paulo. Porque se dizia, no tempo da escravidão, que a escravidão nunca foi tão dura em outros lugares do Brasil, uma vez que São Paulo surge num momento tardio, em que não há mais capacidade de renovar o braço escravo. Daí a escravidão em São Paulo ter sido uma escravidão mais intensa, em que a exploração é organizada para render mais (especialmente no Oeste paulista). Aí se separa a casa-

grande da senzala: o fazendeiro vai morar na cidade, uma cidade do interior ou mesmo a cidade de São Paulo. Enfim, poderiam existir certas peculiaridades que não seriam apenas produto da imensa massa de estrangeiros que não se repetia em outras áreas de escravidão dominante. Mais tarde eu iria tirar a prova, também comparativamente, em um estudo de caráter estatístico que toma como ponto de referência a década de 50.

Mas o fato é que eu não sobrecarregava os assistentes com os meus problemas; o que eu exigia deles eu também exigia de mim. Era decisivo descobrir as matrizes de nossa formação, até que ponto aquilo que se evidenciara em São Paulo era o Brasil mesmo. Mas por aí não se define uma “escola”. Não havia, insisto, na minha intenção a idéia de fazer uma escola. Não havia na intenção das pessoas que colaboravam comigo a idéia de ser meros repetidores ou seguidores. Cada qual procurou explorar o seu caminho. E se existem certas atitudes, certas avaliações, certas aspirações comuns, isso nasceu da nossa convivência. Não se pode pôr o Florestan Fernandes acima dos outros. O trabalho é um trabalho de grupo, um trabalho de equipe. Se eu ficasse sozinho, não teria feito nada, ou teria sido somente o professor cate-drático tradicional.

Aliás, sempre fui um anticatedrático. Muito antes de estar na cátedra eu já combatia a cátedra. Essa virtude eu tive. Na Congregação, e por escrito, combati a cátedra com a maior desenvoltura. Assistente ou professor contratado, combati a cátedra e enfrentei pressões violentas dentro da Universidade. Era uma audácia da minha parte.

Não só combati a cátedra como fiz coisas ainda mais graves. Durante a crise que ameaçou a Universidade de São Paulo, no governo Jânio Quadros, o Conselho Universitário chegou a fazer um levantamento da situação da Universidade. Fernando Henrique era membro dessa comissão, que abrangia o professor Monteiro e o professor Zeferino Vaz. Um dia, eu estava em casa, na rua Nebraska, quando o Fernando Henrique, que era meu vizinho, jogou uma coisa em ci-

ma da minha mesa e disse: "Professor, isso aqui é uma vergonha! Não se pode trabalhar aqui!". O que havia ocorrido? A comissão do Conselho Universitário tinha elaborado um levantamento que demonstrava a situação calamitosa da Universidade e o reitor proibiu a divulgação dos dados. Eu disse ao Fernando: "Esqueça isso e esqueça que você me mostrou esse levantamento". E ele: "Está muito bem!". Naquele ano, eu devia fazer um discurso como paraninfo. Embora só fosse professor contratado, relatei tudo aquilo em público. O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou o meu discurso na íntegra. O Conselho Universitário então se reuniu. Queriam me punir. Zeferino Vaz, que não era trouxa, ponderou: "Não podemos. Porque o Florestan fez o que nós devíamos ter feito. Se nós fizermos isso vai ser uma vergonha para nós, não para o Florestan. O assunto deve ser encerrado". Aí todos entenderam.

Enfim, a minha questão é a seguinte: como e para que criar nesse ambiente, com o nosso grau de desenvolvimento cultural, sob esse estado de espírito, uma escola? Uma escola seria algo muito pobre. Seria algo que nos poria para trás. Nós andaríamos

na direção da Europa do passado e não da América Latina que entrou na era de Cuba e da revolução socialista. A América Latina que fermentava em nossa imaginação era revolucionária. Não tinha sentido pensar em escola. Que escola? Isso é um mito, um mito que precisa ser rejeitado e repostado. Havia um projeto de se fazer Sociologia como ciência, de se criar autonomia cultural. O que é lamentável é que hoje essa ambição tenha periclitado e não adquira a mesma solidez que teve naquele momento. Porque, realmente, é isso que nós precisamos fazer na ciência. O cientista não é um imitador. Não interessa imitar grandes cabeças dos Estados Unidos ou da Europa, ou do Japão, ou da União Soviética. Não há interesse nisso. Nós devemos nos informar; não devemos ser provincianos. Devemos ser conscientes do que os outros estão fazendo, mas devemos principalmente saber o que devemos fazer. Devemos almejar o que é produtivo para a investigação científica aqui e agora, o que pode ser produtivo para um povo que depende da pesquisa científica e tecnológica para avançar na direção da revolução nacional, da revolução democrática e da transformação do mundo pela ação humana.

As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa*

Luiz Werneck Vianna
Maria Alice Rezende de Carvalho
Manuel Palacios Cunha Melo

*A José Murilo de Carvalho, pelo estímulo
à nossa pesquisa sobre as Ciências Sociais.*

Introdução

Este texto foi concebido no âmbito do Laboratório de Sociologia dos Intelectuais e Institucionalização da Ciência, do Iuperj, a partir de um programa de pesquisas iniciado em 1992 sobre o processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e sobre os efeitos desse processo na formação, na atuação profissional e na forma de inscrição pública do cientista social. A pesquisa de campo teve curso ao longo dos anos de 1992 e 1993, compreendendo estudantes de graduação, de pós-graduação e professores de 15 instituições de ensino, localizadas em nove cidades brasileiras — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — PUC-

Rio, Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro — UFRRJ, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro — Iuperj, Fundação Educacional Unificada Campograndense (RJ) — FEUC, Universidade Federal Fluminense — UFF, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-São Paulo, Universidade de São Paulo — USP, Universidade Estadual de Campinas — Unicamp, Universidade do Estado de São Paulo (Campus Araraquara), Unesp-Araraquara, Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG, Universidade de Brasília — UnB, Universidade Federal do

* A elaboração deste artigo não teria sido possível sem a colaboração de inúmeras pessoas que, ocupando posições de relevo nas agências de fomento, interromperam suas atividades para atender às nossas solicitações. A todos os funcionários e dirigentes da Capes, do CNPq e da FAPESP, que atenciosamente nos receberam, queremos manifestar nosso agradecimento. Em particular, registramos a inestimável colaboração da Profa. Delzuita Maria Brito Lima, chefe da Divisão de Organização e Tratamento da Informação da Capes, que nos facultou o acesso a todos os dados disponíveis sobre os cursos de pós-graduação em Ciências Sociais. Também somos gratos à Profa. Tereza Rocha, chefe da Divisão de Bolsas e Auxílios no Exterior, e à Profa. Zena Martins, chefe da Divisão de Apoio Setorial, que gentilmente concederam informações sobre os bolsistas da Capes no Brasil e no exterior. Por fim, Catarina Glória A. Neves, da Assessoria de Comunicação e Documentação, colocou à nossa disposição todo o material estatístico relativo à atividade da Capes durante os últimos anos. No CNPq, fomos carinhosamente recebidos pela Profa. Maria Lucia Vilhena, coordenadora de Ciências Sociais e Educação, que nos forneceu detalhadas informações a respeito das atividades da agência em nossa área de trabalho. Na FAPESP, somos gratos a Edgar Alves pela atenção com que fomos recebidos e a Hermas Franco, coordenador de sistemas, que interrompeu seu atarefado cotidiano para solicitar aos computadores a expedição, em tempo recorde, dos relatórios de que necessitávamos. O Iuperj, por meio do seu antigo diretor, Prof. Renato Boschi, e do seu diretor atual, Prof. Renato Lessa, muito especialmente nas gestões da Diretoria de Pesquisa dos Profs. Edmundo Campos, Neuma Aguiar e da atual diretora Maria Regina Soares de Lima, tem dado seguro apoio institucional à pesquisa que desenvolvemos sobre as Ciências Sociais no Brasil. Ainda no âmbito do Iuperj, não podemos deixar de registrar nosso agradecimento ao Prof. Charles Pessanha, editor-científico do *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB* e de *Dados - Revista de Ciências Sociais*, que sempre nos animou para que convertêssemos relatórios de pesquisa em material para publicação. Cabe também mencionar o apoio da Finep e do CNPq, que vêm financiando, com aportes de recursos e a concessão de bolsas a alguns pesquisadores, a investigação em curso, sem o que ela não seria possível. Desejamos, ainda, expressar nosso débito para com Paulo César Navarro, responsável pela digitação dos dados.

Rio Grande do Sul — UFRGS, Universidade Federal de Pernambuco — UFPE. Os primeiros resultados produzidos dizem respeito ao perfil do estudante de graduação em Ciências Sociais e foram publicados em 1994 sob o título "Cientistas Sociais e Vida Pública — O Estudante de Graduação em Ciências Sociais" (Werneck Vianna, Carvalho e Melo, 1994).

Na fase atual de desenvolvimento do programa, quando estão sendo tabulados os dados relativos aos estudantes de pós-graduação, considerou-se oportuna a divulgação de várias informações concernentes ao sistema nacional de ensino e pesquisa em Ciências Sociais que não são, em geral, do conhecimento da maioria dos profissionais da área. Nesse sentido, o presente texto traduz a intenção de fornecer à comunidade interessada e aos tomadores de decisão algo próximo a um balanço das Ciências Sociais no país, tendo como modelo a avaliação empreendida pelo físico Sérgio Rezende (1993) do seu campo disciplinar. Seu principal objetivo, portanto, não é o inventário minucioso das características e dos problemas atuais do sistema, mas a produção de um mapa de alternativas políticas a ser enfrentadas pelos cientistas sociais em face dos novos tempos, as quais poderão incluir desde alterações nas grades curriculares dos cursos de graduação e de pós-graduação, até a fixação de políticas explícitas de recrutamento e de socialização profissional, num óbvio movimento de auto-avaliação e de redefinição do quadro institucional contemporâneo.

As informações referidas neste texto foram obtidas em 1994-95, junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do Ministério de Educação e Cultura (MEC), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), e à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), agências onde sabidamente se concentra o principal da pesquisa e do ensino pós-graduado no país. São informações que permitem dimensionar a comunidade

nas três disciplinas que a compõem — Sociologia, Ciência Política e Antropologia —, além de fornecerem um panorama da titulação dos cientistas sociais, da sua atividade em pesquisa, das linhas temáticas que lhes são preferenciais, das características regionais do sistema e, afinal, dos investimentos públicos destinados às Ciências Sociais brasileiras. Optou-se, ademais, pela simples apresentação do material coligido, sem o levantamento da literatura existente no país sobre o tema e sem o concurso de uma bibliografia internacional comparada.¹

A principal conclusão que se pode extrair das informações trazidas agora a público refere-se à baixa institucionalização da atividade de pesquisa na área de Ciências Sociais, o que torna o sistema fortemente comprometido com a idéia de ensino e mercado por uma estratégia de expansão limitada à Universidade. Sem desconhecer os efeitos contemporâneos das decisões que, no passado, orientaram a institucionalização das Ciências Sociais no país, e que resultaram na bem-sucedida implantação nacional dos cursos de graduação e de pós-graduação em um curto período de tempo, estima-se que, hoje, a opção por formar quadros qualificados para a reprodução do sistema universitário tenha encontrado o seu limite. Serão, brevemente, cerca de cem doutores em Ciências Sociais a se titularem anualmente, buscando inscrição profissional em um sistema de ensino onde predominam as universidades públicas federais que já possuem programas de pós-graduação e que, portanto, poderão incorporar apenas marginalmente os recém-titulados. A oportunidade desta publicação deriva, por isso, de uma percepção dos limites estruturais do atual formato institucional do sistema nacional de ensino e pesquisa em Ciências Sociais.

As informações que serviram a esse diagnóstico são as que comparecem aqui, dispostas em três seções. A primeira seção tem a finalidade de apresentar um breve histórico das Ciências Sociais no Brasil, desde o seu nascimento, às vésperas da ditadura estadonovista, até o momento forte da sua ins-

titucionalização, entre as décadas de 1960 e 1980, em plena vigência da ditadura militar. Visa-se, com isso, apresentar as vicissitudes de uma área de conhecimentos que, embora vocacionada para a intervenção social, conheceu, no Brasil, uma trajetória distinta, construída a partir de estratégias que se demonstraram eficazes em um contexto de supressão das liberdades mas que, hoje, precisam ser revistas.

A segunda seção, dedicada ao sistema nacional de ensino pós-graduado, apresenta alguns dados referentes à expansão da rede de instituições responsáveis pela formação de mestres e doutores em todo o país. Discute-se, ali, o desempenho atual do sistema e as políticas públicas que o informam.

A última seção apresenta uma avaliação da atividade de pesquisa entre os cientistas sociais, para o que concorreram os dados extraídos do recente *Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil*, elaborado pelo CNPq. Os principais aspectos abordados nessa seção referem-se à heterogeneidade dos grupos de pesquisa em atividade no país, à ausência de critérios para o investimento em pesquisa na área de Ciências Sociais e ao caráter efêmero dos programas de investigação, sugerindo a precariedade da atividade de pesquisa no quadro institucional das Ciências Sociais brasileiras.

As Ciências Sociais no Brasil

A história das Ciências Sociais no Brasil, contrariando a trajetória da reflexão social em países capitalistas centrais — onde migrou da sociedade civil para os bancos universitários —, teve início na Universidade, com pouquíssima ou nenhuma atenção para as vicissitudes da sociedade brasileira e inteiramente divorciada do tema da reforma social, inclusive pela situação de repressão às liberdades imposta pelo Estado Novo (Wernneck Vianna, Carvalho e Melo, 1994, pp. 357-403).

Nascida em um contexto de ditadura, a hora estratégica de institucionalização universitária das Ciências Sociais como disciplina científica não seria diferente, pois, como

se sabe, foi durante o regime militar que se constituiu um sistema nacional de ensino e pesquisa na área. Para que se ateste a veracidade dessa afirmação, observe-se, na Tabela 1, que, dos 43 cursos de mestrado ainda em funcionamento entre 1991 e 1993, mais da metade foi criada entre os anos de 1971 e 1984, segundo dados obtidos junto à Diretoria de Avaliação da Capes/MEC em 1994.

TABELA 1
Ano de Início dos Cursos de Mestrado em Ciências Sociais*

Ano	N.º	%
Até 1970	7	16,3
De 1971 a 1984	25	58,1
1985 ou posterior	11	25,6
Total	43	100,0

Fonte: Diretoria de Avaliação, Capes/MEC, Resumo da Pós-Graduação Brasileira: Triênio 1991-1993, relatório emitido em 1994.

* A Tabela 1 refere-se ao ano de início dos programas de mestrado, perfazendo um total de 43 cursos. Destes, três não registram ingresso de novos alunos nos últimos anos e por esse motivo foram excluídos das tabelas e quadros seguintes.

Esse paradoxo — o de uma ciência que requer como condição para a sua constituição a democracia e que se cria e expande no Brasil sob a égide de duas ditaduras — parece indicar o sucesso da estratégia adotada pelos intelectuais da área, tanto no que se refere à extração de recursos junto às agências governamentais para um tipo de conhecimento que pouco poderia valer para regimes políticos de exceção, quanto no que diz respeito à capacidade de atrair numerosa clientela para os seus cursos universitários, a despeito do desprestígio social da atividade e da ausência de um mercado profissional promissor.

O êxito extraordinário dessa aventura dos cientistas sociais na institucionalização de uma área de conhecimentos e de um papel para si, num contexto quase indiferente

às suas realizações e possibilidades de uso social, mede-se em números. São, hoje, cerca de 13 mil estudantes de graduação, aproximadamente 500 doutores titulados em Ciências Sociais em atividade nos centros de pós-graduação, e uma média recente em torno de 250 novos mestres e 50 novos doutores titulados a cada ano no Brasil, excluídos, portanto, os doutores que se titulam no exterior

e sobre os quais não se tem estimativa. Sabe-se, entretanto, que o ingresso anual de doutorandos bolsistas em instituições de ensino no exterior aproxima-se de 25, ao passo que no Brasil registrou-se, em 1993, o ingresso de 147 novos alunos em programas de doutorado em Ciências Sociais. A Tabela 2 fornece elementos para uma comparação com as demais áreas do conhecimento.

TABELA 2
Titulados por Área do Conhecimento — 1991

Áreas do Conhecimento	Mestrado	Doutorado
Ciências Exatas e da Terra	1.011	254
Ciências Biológicas	629	219
Engenharias	1.189	181
Ciências da Saúde	795	300
Ciências Agrárias	928	127
Ciências Sociais Aplicadas	701	117
Ciências Humanas	1.154	200
Linguística, Letras e Artes	332	79
Total	6.739	1.477
Ciências Sociais	248	43

Fonte: Dados obtidos junto à Capes/MEC, 1994.

Nota-se que os doutores em Ciências Sociais correspondem a aproximadamente 1/5 dos titulados, em 1991, na área de Ciências Humanas. Além disso, as Ciências Sociais ocupam o primeiro lugar em dotação de bolsas de pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais do CNPq, bem acima da dotação concedida, por exemplo, aos psicólogos, aos economistas, aos educadores, historiadores ou comunicadores sociais (ver Tabela 3).

Mais significativos, entretanto, são os dados sobre a expansão das Ciências Sociais quando comparados àqueles de uma área de perfil institucional tão definido quanto a de Física. Em 1992, foram registrados cerca de 700 doutorandos em Física no país, marca que se apresenta próxima à registrada no

mesmo ano para os doutorandos da área de Ciências Sociais, em torno de 500.

É claro que comparações dessa natureza podem encobrir diferenciações importantes. É possível que o número maior de bolsas de pesquisa concedidas pelo CNPq aos cientistas sociais *vis-à-vis* os economistas, por exemplo, seja devido a pressões da demanda, considerando-se que profissões orientadas para o mercado tornam os seus titulares menos afetos às agências governamentais de estímulo à pesquisa. De forma análoga, a equiparação entre o número de matriculados nos cursos de doutorado das áreas de Física e de Ciências Sociais pode estar associada a uma permanência mais prolongada dos cientistas sociais nos cursos (Rezende, 1993).

TABELA 3
Bolsas de Pesquisa Normal por Área
do Conhecimento/CNPq *

Área do Conhecimento	N.º
Antropologia	58
Arqueologia	10
C. Política	34
Sociologia	95
Total C. Sociais	197
Psicologia	140
Educação	122
Letras	119
Economia	109
Linguística	105
História	103
Filosofia	78
Comunicação	61
Geografia	50
Administração	49
Artes	45
Serviço Social	28
Direito	27
Planej. Urb. e Reg.	26
C. da Informação	23
Arquitetura e Urb.	22
Demografia	13
Teologia	1
Total	1.318

Fonte: Dados obtidos junto à Superintendência de Ciências Humanas e Sociais do CNPq/MCT, 1994.

* Pagamentos realizados em maio de 1994.

De qualquer modo, dados numéricos comparados são expressivos, exatamente porque as facilidades para a institucionalização das profissões intelectuais no Brasil foram muito desiguais. Assim, por exemplo, os físicos, como *intelligentzia*, ao se anteciparem à sociedade, postulando uma ciência em prol

do desenvolvimento do país, encontraram no Estado e nas suas preocupações com a “soberania nacional” e com a “autonomia científica” um interlocutor e parceiro ativo da institucionalização da sua atividade. Em sentido oposto, a institucionalização das Ciências Sociais não pôde contar com as facilidades que poderiam advir de uma identidade do Estado com a problemática social. A ingerência estatal na trajetória de institucionalização dessa área deve-se mais à tentativa de intervir na vida intelectual do país do que, propriamente, de definir uma agenda social com o concurso da ciência vocacionada para isso. Mais grave, entretanto, é que nem mesmo a sociedade contribuiu para a institucionalização da reflexão sobre si — ainda hoje os atores sociais não reconhecem nas Ciências Sociais uma necessidade ou uma aliada para os seus propósitos. Portanto, a já longa história de afirmação das Ciências Sociais brasileiras como disciplina atesta a vitória de uma estratégia possível num quadro mental, social e político adverso. Recursos públicos para circunscrevê-la no espaço acadêmico, entretanto, não faltaram, e os novos cientistas sociais formam-se em massa.

O fato é que o sucesso dessa estratégia de reprodução das Ciências Sociais no país produziu também, em contrapartida, algumas das suas marcas negativas, do que é exemplo a sua contenção intramuros da Universidade. Assim, como se demonstrará na próxima seção, os limites à expansão das Ciências Sociais no âmbito do ensino universitário estão dados.

A Formação de um Sistema de Ensino Pós-Graduado

Esta seção trata da formação de um sistema nacional de ensino e pesquisa em Ciências Sociais e tem como sugestão a de que políticas de atendimento ao mercado universitário foram as principais causas da extraordinária expansão dos cursos de mestrado e de doutorado na área. Em resumo, foram as políticas públicas orientadas para a formação de docentes — em particular das universidades

públicas — que levaram a que os programas de pós-graduação em Ciências Sociais alcançassem, em pouco mais de duas décadas, todas as regiões do país, distribuindo-se, atualmente, em instituições de ensino de 13 estados da Federação, além do Distrito Federal.

Sabe-se que a política de formação de docentes — atribuição específica do Ministério da Educação — desenvolve-se em duas frentes: (a) concedendo bolsas de estudo para os cursos de mestrado e de doutorado no país e no exterior; e (b) implantando um regime de carreira para os professores das universidades federais, cujos critérios de titulação têm incentivado a chegada de novos contingentes de profissionais aos programas de pós-graduação e gerado, em consequência, a multiplicação desses cursos.

Embora seja óbvio o extraordinário êxito da implantação do sistema nacional de ensino e pesquisa em Ciências Sociais, atenta-se aqui para o fato de que o móvel original do sistema — a formação de docentes — não parece facultar mais o mesmo movimento expansivo para a área. Afinal, os pós-graduados deveriam atender a um mercado universitário que, para os cientistas sociais, se restringe às universidades federais e estaduais, além de algumas poucas instituições de ensino comunitárias — do que são um exemplo as universidades católicas —, cujas situações funcionais parecem se aproximar do equilíbrio. O problema da exigüidade do mercado só não é mais dramático porque, em virtude de razões conjunturais que logo serão dissipadas, há uma acentuada renovação dos quadros universitários.

Questões relativas à atividade de pesquisa entre os cientistas sociais serão tratadas mais adiante. Por ora, destaca-se apenas que o crescimento do número de doutores e o acirramento da competição por recursos públicos deverão produzir novos critérios para a avaliação dos grupos de pesquisa, dissociando o fomento à pesquisa da excelência formativa dos centros de pós-graduação. Isto significa que a redefinição do papel da investigação científica no país e dos procedimen-

tos para a avaliação dos seus resultados poderá deslocar o tema da capacitação docente do núcleo de prioridades definidas pelas políticas públicas setoriais.

As Instituições de Ensino e a Expansão da Pós-Graduação

Segundo a classificação da Capes, o que aqui se designa como Ciências Sociais — os cursos de Sociologia, Ciência Política e Antropologia — insere-se na área de Ciências Humanas. Ademais, todos os cursos não-especializados, como, por exemplo, o doutorado em Ciências Sociais da Unicamp, além de outros tantos orientados para estudos regionais brasileiros e latino-americanos, são classificados pela Capes sob a rubrica de Sociologia. O curso de Arqueologia, oferecido exclusivamente pela USP, fica compreendido na rubrica de Antropologia.

Com essas ressalvas, registre-se que, em 1994, segundo a Diretoria de Avaliação da Capes, eram oferecidos 54 cursos de Ciências Sociais no país. Desses 54 cursos, são 27 os de Sociologia (20 programas de mestrado e 7 de doutorado), 13 os de Ciência Política (11 programas de mestrado e 2 de doutorado) e 14 os de Antropologia (9 programas de mestrado e 5 de doutorado). A Tabela 4 lista os cursos em funcionamento com as respectivas instituições e níveis.

São 22 as instituições de ensino superior a abrigar esses cursos de pós-graduação em Ciências Sociais. Excetuando-se o IUPERJ, no Rio de Janeiro, os cursos são oferecidos exclusivamente por universidades públicas e comunitárias — como é o caso das universidades católicas de São Paulo e do Rio de Janeiro —, distribuídas regionalmente segundo a Tabela 5.

TABELA 4
Relação de Cursos de Pós-Graduação por Subárea no Triênio 1991-93*

1. Sociologia**		
Instituição	Curso	Nível
UFPA	Planejamento do Desenvolvimento	ME
UFCE	Sociologia	ME
UFRN	C. Sociais	ME
UFPB	C. Sociais	ME
UFPB	Sociologia Rural	ME
UFPE	Sociologia	ME
UFBA	Sociologia	ME
UFRJ	Sociologia	ME
UFRRJ	Desenvolvimento Agrícola	ME
IUPERJ	Sociologia	ME/DO
UFMG	Sociologia	ME
UFSCAR	C. Sociais	ME
USP	Sociologia	ME/DO
USP	Integração da América Latina	ME
UNICAMP	Sociologia	ME
UNICAMP	C. Sociais	DO
UNESP	Sociologia	ME/DO
PUC-SP	C. Sociais	ME/DO
UFSC	Sociologia Política	ME
UFRGS	Sociologia	ME
UNB	Sociologia	ME/DO
UNB	Estudos Comparados América Latina e Caribe	DO
CURSOS: 27		
2. Ciência Política		
Instituição	Curso	Nível
UFMA	Políticas Públicas	ME
UFPE	Ciência Política	ME
PUC-RJ	Relações Internacionais	ME
IUPERJ	Ciência Política	ME/DO
UFMG	Ciência Política	ME
USP	Ciência Política	ME/DO
UNICAMP	Ciência Política	ME
UFRGS	Ciência Política	ME
UFMS	Ciência Política	ME
UNB	Relações Internacionais	ME
UNB	Ciência Política	ME
CURSOS: 13		
3. Antropologia		
Instituição	Curso	Nível
UFPE	Antropologia	ME
UFRJ	Antropologia Social	ME/DO
USP	Antropologia Social	ME/DO
USP	Arqueologia	ME/DO
UNICAMP	Antropologia Social	ME
UFPR	Antropologia Social	ME
UFSC	Antropologia Social	ME
UFRGS	Antropologia Social	ME/DO
UNB	Antropologia	ME/DO
CURSOS: 14		

Fonte: Diretoria de Avaliação da Capes/MEC, *Resumo da Pós-Graduação Brasileira: Triênio 1991-93, relatório emitido em 1994.*

* Em Werneck Vianna, Carvalho e Melo (1994, p. 529) foi publicado um quadro dos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais, com dados extraídos de relatório da Capes editado em 1991. Não constavam desse relatório os cursos de mestrado de Relações Internacionais da PUC-Rio, de Políticas Públicas da UFMA, de Ciência Política da UFRS, de Antropologia da UFPR, e os programas de doutorado da UFRGS, em Antropologia, e da UNESP, em Sociologia. Com a exceção do curso da PUC-Rio, todos os outros iniciaram suas atividades a partir de 1991. Constatou-se também que os dados obtidos junto à Diretoria de Avaliação da Capes, relativos aos anos 1991-1993, não mencionam o curso de mestrado da Universidade Federal de Viçosa — UFV, em Sociologia Rural, e o da PUC-RS, em Sociologia, citados na publicação anterior da Capes.

** Os dados computados pela Diretoria de Avaliação da Capes sugerem o encerramento das atividades de três cursos de mestrado da subárea de Sociologia, os quais não foram incluídos na tabela acima. São eles: o curso de mestrado em Sociologia Rural da UFRGS, que não registrou o ingresso de novos alunos em 1992 e 1993 e para o qual também não constava a existência de alunos matriculados em dezembro de 1992 e 1993; o curso de mestrado em Sociologia e Política da PUC-Rio, e o de Estudos de Problemas Brasileiros da UERJ, que não registraram o ingresso de novos alunos entre 1991 e 1993, sendo que o curso da UERJ não contava com alunos matriculados em 1993 e o da PUC-Rio, desde 1992.

TABELA 5
Distribuição Regional das Instituições de
Ensino Pós-Graduado de Ciências Sociais

Região	Número de Instituições
Norte	1
Nordeste	6
Sudeste	10
Sul	4
Centro-Oeste	1
Total	22

Fonte: Diretoria de Avaliação da Capes/MEC, Resumo da Pós-Graduação Brasileira: Triênio 1991-93, relatório emitido em 1994.

Em pesquisa anterior, sobre o ensino de graduação em Ciências Sociais, observou-se que, com exceção dos antigos territórios federais do Norte — Rondônia, Roraima, Amapá — e dos estados de Tocantins, Alagoas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, todos as demais unidades da Federação oferecem cursos de bacharelado na área, em geral em instituições públicas de ensino. O estímulo à qualificação do corpo docente das universidades públicas — derivado do vínculo que se estabeleceu entre a progressão funcional do professor e a sua titulação em cursos de pós-graduação — parece estar na origem da expansão, por todo o país, do ensino pós-graduado em Ciências Sociais. É possível, ainda, que esse mesmo motivo siga proporcionando, por mais algum tempo, as condições para que os departamentos de Ciências Sociais retardatários postulem a criação de novos programas. Entretanto, salvo mudanças muito expressivas — de resto, pouco prováveis —, uma eventual expansão das Ciências Sociais, se referida exclusivamente ao ensino, contará com poucas universidades públicas e alguns poucos centros de ensino superior particulares tradicionais por onde se desenvolver. Nesse sentido, não

constitui um exercício de prognóstico ariscado apontar que se avizinha o fim do contexto em que proliferaram os centros de pós-graduação, cabendo, no máximo, a criação de novos cursos em programas de centros já estabelecidos. Exemplo disso são, entre outros, o doutorado de Ciência Política da UFMG e o de Desenvolvimento Agrícola do CPDA da UFRRJ, criados a partir de 1993, como resultado da consolidação dos cursos de mestrado.

As Tabelas 6 e 7 apresentam a dimensão regional da expansão das Ciências Sociais no país e a velocidade com que esse processo se deu. Pois, como se verá, dos 54 cursos de pós-graduação atualmente existentes, apenas 17 cursos de mestrado e 3 de doutorado haviam iniciado as suas atividades em 1975.

Uma análise um pouco mais detida das características regionais do sistema nacional de centros de pós-graduação em Ciências Sociais permite projetar sua configuração futura.

Até 1975, o Nordeste dispunha de apenas um curso de mestrado: o da Universidade Federal de Pernambuco, criado em 1967. Na década de 70, sucederam-se os programas das universidades federais do Ceará (1976), da Paraíba (1977) e do Rio Grande do Norte (1979). Bahia e Maranhão inscrevem-se tardiamente no sistema, com cursos que datam de 1990 e 1993, respectivamente. Dos estados da região, apenas Piauí, Alagoas e Sergipe não contam com cursos de mestrado na área de Ciências Sociais. E desses, apenas o de Alagoas não possui um curso de graduação em Ciências Sociais no âmbito de sua universidade federal.

Excetuando-se Pernambuco, que dispõe de cursos de mestrado nas três disciplinas consideradas — Sociologia, Ciência Política e Antropologia —, os demais programas, sobretudo os mais recentes, tendem a assumir, desde a origem, uma orientação para estudos regionais ou especializados. São exemplos o mestrado em Desenvolvimento Regional da UFCE, o de Políticas Públicas da UFMA, e o de Sociologia Rural da UFPB.

TABELA 6
Ano de Início do Mestrado

Ano \ Região	CO	NE	NO	SE	SU	Total
até 1975	2	1		11	2	16
de 1976 a 1980		5	1	2	1	9
de 1981 a 1985	2	1		2	2	7
de 1986 a 1990		1		4		5
1991 ou posterior		1			2	3
Total	4	9	1	19	7	40

Fonte: Diretoria de Avaliação da Capes/MEC, Resumo da Pós-Graduação Brasileira: Triênio 1991-93, relatório emitido em 1994.

TABELA 7
Ano de Início do Doutorado

Ano \ Região	CO	SE	SU	Total
até 1975		3		3
de 1976 a 1980		3		3
de 1981 a 1985	3	2		5
de 1986 a 1990		1		1
1991 ou posterior		1	1	2
Total	3	10	1	14

Fonte: Diretoria de Avaliação da Capes/MEC, Resumo da Pós-Graduação Brasileira: Triênio 1991-93, relatório emitido em 1994.

No Nordeste, caso venham a ser criados novos programas de pós-graduação, é muito provável que, acompanhando a recente tendência regional, assumam um formato orientado para pesquisas locais e se beneficiem de formas de intercâmbio e linhas de colaboração estreitas com outros centros já consolidados. De qualquer modo, a criação de cursos de pós-graduação nos estados do Piauí, de Alagoas e Sergipe não deverá alterar a atual configuração institucional das Ciências Sociais na região, onde estão presentes tanto os programas vocacionados para a formação

geral, como é o caso do pioneiro mestrado da UFPE, quanto os de especialização mais evidente, segundo se constata contemporaneamente.

Na região Norte, dados da Capes informam que apenas a UFPA oferece um curso de mestrado na área de Ciências Sociais, embora conste do último relatório de avaliação do CNPq a implantação de um programa de pós-graduação em Antropologia na mesma universidade.

As universidades federais do Amazonas e do Acre, que já oferecem cursos de bacha-

relado em Ciências Sociais, têm, em princípio, todas as condições para desenvolver programas de formação e pesquisa orientados para as singularidades locais, para não mencionar o potencial de desenvolvimento dos estudos antropológicos. O Norte é, portanto, a região do país onde se podem vislumbrar maiores possibilidades de expansão institucional das Ciências Sociais.

No Centro-Oeste, a UnB oferece os únicos cursos de pós-graduação na área de Ciências Sociais. Ainda que muitos dos seus programas sejam orientados para atender a uma demanda típica da administração federal — como é o caso dos cursos de Relações Internacionais e de Estudos Latino-Americanos —, a atratividade exercida pela UnB na região é notória. Além dela, apenas a UFGO oferece curso de graduação na área.

Na região Sul, todos os estados possuem cursos de pós-graduação em Ciências Sociais. No Rio Grande do Sul, a UFRGS oferece cursos nas três disciplinas que compõem a área e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) implantou, em 1991, um curso de mestrado em Ciência Política. A cidade de Pelotas conta também com uma universidade federal — a UFPel — em que é oferecido apenas o curso de graduação em Ciências Sociais.

Santa Catarina e Paraná também já inauguraram, nas suas respectivas universidades federais, as atividades de pós-graduação em Ciências Sociais, a primeira em 1985 e a segunda, em 1991.

Por fim, o Sudeste é a região onde se concentra o maior universo de ensino pós-graduado na área de Ciências Sociais do país. À exceção do Espírito Santo, todos os demais estados da região possuem centros de pós-graduação na área.

Em São Paulo, as três universidades estaduais e a PUC-SP oferecem cursos de mestrado e doutorado. O mais recente é o doutorado em Sociologia da UNESP, localizado na cidade de Araraquara. A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) também dispõe de um mestrado em Ciências Sociais.

No Estado do Rio de Janeiro, o Iuperj

constitui um caso único no país: um centro de pós-graduação isolado, vinculado a uma instituição de ensino superior privada. De fato, trata-se de uma trajetória muito singular, que dificilmente poderá ser repetida. A UFRJ oferece cursos de mestrado em Sociologia e Antropologia e a UFRRJ, cursos de mestrado e de doutorado em Desenvolvimento Agrícola — este último a partir de 1994, e, portanto, fora dos registros da Capes à época da pesquisa.

Na cidade de Niterói, o programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UFF encontra-se em funcionamento desde 1993, embora também não tenha constado do relatório da Capes. O mesmo pode ser dito do recente mestrado da universidade estadual — a UERJ —, na cidade do Rio de Janeiro. A PUC-Rio encerrou as atividades do mestrado de Sociologia, mantendo apenas o curso de mestrado em Relações Internacionais.

Finalmente, Minas Gerais sedia seis universidades federais, das quais apenas a UFMG, em Belo Horizonte, oferece cursos de pós-graduação em Ciências Sociais (o doutorado de Ciência Política foi criado em 1994).

O caso de Minas Gerais é singular, uma vez que a facilidade de acesso dos seus estudantes aos centros do Rio de Janeiro e de São Paulo expõe o programa local a uma forte competição.

Observando-se, então, cada região e as suas particularidades, constata-se que, com exceção do Norte do país, todas as demais regiões encontram-se em uma situação de restrição severa quanto às possibilidades de expansão do sistema de ensino pós-graduado em Ciências Sociais. Desse modo, a intensificação da competição entre os centros universitários por recursos públicos deverá confirmar a seguinte tendência: os centros mais antigos e de grande expressão regional — a UFPe é o exemplo mais evidente — procurarão consolidar a sua posição como núcleos de excelência acadêmica, ampliando a oferta de programas de formação geral, em particular os de doutorado; centros mais recentes, que se desenvolvem em contextos em

que a procura por títulos universitários é pequena, implementarão uma outra estratégia, apostando na especialização dos cursos e na sua articulação com a realidade local, a fim de fugir dos prováveis limites à posterior profissionalização dos titulados. Evidentemente, essa última perspectiva não se restringe a centros periféricos — ainda que para eles seja uma questão de sobrevivência —, pois a possibilidade de reprodução dos programas baseada apenas nas necessidades do sistema universitário tenderá a favorecer somente alguns poucos centros de excelência. Importa observar que, combinadas, as duas estratégias — a da formação geral e a da especialização — atuam no sentido de compor um sistema com atribuição desigual de funções aos diferentes centros, cujo formato pode ser entrevisto com base na atual configuração.

As atuais políticas públicas de fomento à pesquisa e à formação docente tendem a reforçar este cenário. O sistema de avaliação dos cursos implantado pela Capes favorece, como é natural, os programas já estabelecidos e com produção reconhecida. Em consequência, os cursos mais bem avaliados, e que, por isso, oferecem bolsas de estudo para a integralidade da sua clientela, dispõem de condições de seletividade maiores que os demais, vindo a formar, provavelmente, profissionais mais bem qualificados para a disputa por posições no mercado universitário. Um centro periférico poderá, evidentemente, optar por uma estratégia de formação de professores, oferecendo titulação a um custo mais baixo. No entanto, diante de um cenário cada vez mais competitivo, essa será, provavelmente, uma estratégia com resultados frustrantes.

A orientação dos programas mais “jovens” para a pesquisa da realidade local parece oferecer, em contrapartida, resultados mais promissores. Linhas de investigação com esse caráter podem permitir o acesso a outras fontes de financiamento e a incorporação dos profissionais formados localmente, condições que, no limite, poderão viabilizar uma integração não subordinada desses cen-

tros ao sistema nacional de ensino e pesquisa de Ciências Sociais.

Em que medida, entretanto, o esgotamento da estratégia clássica de reprodução institucional das Ciências Sociais pode ser comprovado? Em outras palavras, sob que critérios pode-se falar em uma severa restrição das possibilidades de expansão das Ciências Sociais no país, caso persista a sua vinculação exclusiva com o mundo acadêmico?

Os dados relativos à população estudantil dos centros de pós-graduação e à população de titulados nos últimos anos revelam as dimensões da clientela atendida pelos programas de mestrado e de doutorado, bem como prenunciam o principal desafio a ser enfrentado pelos tomadores de decisão da área — a abertura das Ciências Sociais à sociedade.

Em dezembro de 1993, o número de estudantes matriculados nos 54 cursos de pós-graduação totalizava 2.236 alunos (Tabela 8). Considerando-se o período compreendido entre 1991 e 1993, titularam-se, em média, 278 mestres e 52 doutores por ano (Tabela 10). Estima-se, entretanto, que a média anual deve elevar-se, tendo-se em conta que muitos programas iniciaram as suas atividades em período recente. Ilustra essa possibilidade o fato de o número de alunos admitidos por ano nesses programas perfazer a média de 435 para os cursos de mestrado e de 128 para os de doutorado (Tabela 9). As tabelas a seguir distribuem a população estudantil, nos últimos três anos, segundo as preferências disciplinares e o grau de titulação alcançado.

Considerando-se as linhas prováveis de expansão do ensino pós-graduado, o número de candidatos a mestre em Ciências Sociais não deverá sofrer alterações expressivas em futuro próximo. Ainda que novos cursos de mestrado sejam criados, ou que haja uma diversificação das especialidades contempladas nos mestrados já existentes, o ingresso anual de estudantes não deverá ultrapassar a marca dos 500.

TABELA 8
Alunos Matriculados no Triênio 1991-93*

	1991		1992		1993	
	Mest.	Dout.	Mest.	Dout.	Mest.	Dout.
Sociologia	1.067	318	1.012	336	993	353
Ciência Política	297	52	343	48	386	58
Antropologia	353	113	330	118	329	117
Total	1.717	483	1.685	502	1.708	528

Fonte: Diretoria de Avaliação da Capes/MEC, Resumo da Pós-Graduação Brasileira: Triênio 1991-93, relatório emitido em 1994.

* Foram tomados por base os alunos matriculados em dezembro de cada ano.

TABELA 9
Novos Alunos no Triênio 1991-93

	1991		1992		1993	
	Mest.	Dout.	Mest.	Dout.	Mest.	Dout.
Sociologia	221	66	277	90	233	91
Ciência Política	83	25	111	8	130	31
Antropologia	89	24	83	24	78	25
Total	393	115	471	122	441	147

Fonte: Diretoria de Avaliação da Capes/MEC, Resumo da Pós-Graduação Brasileira: Triênio 1991-93, relatório emitido em 1994.

TABELA 10
Titulações no Triênio 1991-93

	1991		1992		1993	
	Mest.	Dout.	Mest.	Dout.	Mest.	Dout.
Sociologia	124	27	182	35	170	33
Ciência Política	62	1	68	12	32	9
Antropologia	62	15	81	12	52	13
Total	248	43	331	59	254	55

Fonte: Diretoria de Avaliação da Capes/MEC, Resumo da Pós-Graduação Brasileira: Triênio 1991-93, relatório emitido em 1994.

São dois os principais argumentos que permitem prever uma demanda futura por vagas em cursos de mestrado em Ciências Sociais nos patamares atuais: o primeiro refere-se ao fato de que o ingresso na pós-graduação não tem implicado padrões de seletividade tão elevados que ocasionem a existência de uma massa significativa de graduados não-atendidos; o segundo refere-se à tendência à diminuição, nos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais, do número de estudantes graduados em outras áreas, uma vez que se vêm reforçando padrões de recrutamento demarcados disciplinarmente.

Mais significativo deverá ser o crescimento da demanda por vagas nos cursos de doutorado. Anualmente, titulam-se entre 250 e 350 mestres. O ano de 1993 registrou o ingresso de somente 147 novos estudantes nos cursos de doutorado, o que sugere uma demanda represada por vagas nesses cursos.

Dessa perspectiva, adquirem muita importância as iniciativas, ainda isoladas, de reforma dos programas de pós-graduação com o objetivo de ampliar as possibilidades de acesso ao doutoramento, por exemplo, restringindo o período de permanência no mestrado para os dois anos curriculares e substituindo a exigência formal da tese de mestrado pela produção de uma dissertação ou memória.

A desejável expansão do doutoramento, entretanto, implicará novos desafios em prazo muito curto. Um prognóstico conservador projetaria para os próximos anos a titulação anual de aproximadamente 100 novos doutores. Em apenas cinco anos serão nada menos que 500 doutores, dos quais uma parcela expressiva será composta por jovens ingressando no mercado de trabalho. O impacto desses números não deve ser subestimado.

Esse contingente de novos profissionais, oriundo das diversas regiões do país, conhecerá, então, uma mobilidade espacial inédita, deslocando os traços remanescentes do paroquialismo universitário e favorecendo a constituição de um mercado nacional de docentes e pesquisadores. Ainda mais relevante:

a entrada em cena desses novos profissionais poderá provocar uma retomada do movimento expansivo das Ciências Sociais, não mais motivado pelas urgências do ensino e da qualificação docente, mas orientado para a produção de respostas sociais afinadas aos novos tempos. Inclusive como forma de fugir ao cerco de um mercado universitário inelástico.

Concluindo, interessa enfatizar que circunscrever os cientistas sociais àquele que tem sido o seu papel exclusivo até então — o de docente-pesquisador — significará o definhamento da obra institucional realizada na área, pois as dimensões do sistema nacional de ensino e pesquisa em Ciências Sociais não suportarão o seu confinamento intramuros da Universidade.

O Corpo Docente dos Centros de Pós-Graduação

Como se viu, a ciência social brasileira tem-se caracterizado pela precedência do ensino em relação à pesquisa, invertendo a trajetória de institucionalização que conheceu na Europa e na América. A implantação tardia do doutoramento sugere que *ciência* não se constitui no fundamento do processo de institucionalização das disciplinas sociais no país, o que não a impediu de vir sendo bem praticada, conhecendo momentos de alta expressão. Somente agora, com a expansão dos cursos de doutoramento, começa a existir a massa crítica para a pesquisa científica e a perspectiva de autonomização desta em relação à atividade de ensino.

A principal parcela dos profissionais da área de Ciências Sociais é composta por professores dos programas de pós-graduação. Excluem-se desse grupo os docentes em instituições de ensino superior que não oferecem cursos de pós-graduação na área, os cientistas sociais que foram alocados em outras áreas do ensino superior, e ainda aqueles que se profissionalizaram afastados da docência, em organizações ou institutos que não desenvolvem atividades de ensino. Em síntese, a esmagadora maioria dos profissionais de Ciências Sociais — principalmente o grupo mais titulado — é constituída

pôr professores do sistema nacional de ensino pós-graduado, ainda que combinando o magistério com outras ocupações.

Não se dispõe de informações que permitam estimar o universo constituído pela soma de cientistas sociais que trabalham em outros departamentos universitários que não o de Ciências Sociais e de docentes integrados exclusivamente em cursos de graduação. Entretanto, é razoável supor que essa população mantém-se afastada do *mainstream* da profissão — inclusive porque não desenvolve pesquisa na área —, além do fato de não ser muito numerosa, pois a sua parcela mais expressiva atende a instituições particulares que habilitam apenas licenciados e que não dispõem, em geral, de um significativo plantel docente. Pode-se, portanto, tomar o corpo docente dos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais como um indicador seguro da ordem de grandeza do mercado universitário para esse tipo de profissional.

Os dados relativos ao corpo docente enviados pelos diferentes centros de pós-graduação à Capes assinalam a existência de 765 professores em atividade, uma parcela dos quais atuando em mais de um programa de pós-graduação. Ainda que se considere esse número um indicador subestimado, ele demonstra a exigüidade do mercado universitário, sobretudo quando se põe em perspectiva a titulação de cem doutores a cada ano. A Tabela 11 discrimina a titulação do corpo docente:

TABELA 11
Titulação do Corpo Docente

Nível	N.º	%
Doutorado	642	83,9
Mestrado	116	15,1
Graduação	7	1,0
Total*	765	100,0

Fonte: Relações nominais de professores por curso de pós-graduação que constam de relatório obtido junto à Diretoria de Avaliação da Capes em 1994.

*Não foram excluídos os professores dos cursos que encerraram suas atividades nos últimos anos. Casos de dupla ou mesmo tripla inscrição de um mesmo docente foram eliminados. Todos os dados desta seção têm a mesma origem.

Nessa tabela, chama a atenção o fato de que um índice acima de 80% do corpo docente do sistema nacional das Ciências Sociais já seja composto por doutores, perfazendo um total de 642 professores titulados em diferentes áreas. Destes, 487 doutoraram-se em Ciências Sociais, distribuindo-se pelas três disciplinas, como demonstra a Tabela 12. Dado o elevado percentual de doutores e a informação de que cerca de metade dos demais docentes cursa, atualmente, o doutorado, prevê-se a dramaticidade de que se revestirá a competição por postos de trabalho caso sejam mantidos os padrões atuais de profissionalização exclusiva ao âmbito universitário.

TABELA 12
Resumo da Composição do Corpo Docente

Nível	N.º	%
Não-doutores	123	16,1
Doutores Sociologia	238	31,1
Doutores Ciência Política	104	13,6
Doutores Antropologia	145	19,0
Doutores Outras Áreas	155	20,3
Total	765	100,0

Fonte: Capes, 1994. Ver nota da Tabela 11.

Além da caracterização quantitativa do universo de docentes dos programas de pós-graduação *vis-à-vis* os limites à expansão do sistema nacional das Ciências Sociais, outras variáveis relativas ao corpo docente merecem ser mencionadas. Foram selecionadas as seguintes: (a) formação universitária; (b) local e ano de titulação; (c) composição do corpo docente por disciplina; (d) tipo de vínculo mantido com as instituições empregadoras; (e) atividade de pesquisa; e (f) média da produção científica. Com os limites previsíveis em um artigo como este, o corpo docente que hoje compõe o sistema nacional de ensino e pesquisa em Ciências Sociais será apresentado segundo esse roteiro.

(a) Quanto à sua formação, o corpo docente dos programas apresenta alguma diferenciação, embora se estime que 76% tenham obtido o seu título mais elevado — mestrado ou doutorado — na área de Ciências

Sociais, num total de 579 professores. A Tabela 13 informa sobre a distribuição percentual dos professores e dos doutores de acordo com a área do conhecimento em que obtiveram sua maior titulação:

TABELA 13
Titulação — Área do Conhecimento

Áreas do Conhecimento	Professores		Doutores	
	N	%	N	%
Sociologia	279	36,5	238	37,1
Antropologia	171	22,4	145	22,6
Ciência Política	129	16,9	104	16,2
Economia	44	5,8	37	5,8
História	36	4,7	30	4,7
Filosofia	20	2,6	17	2,6
Geografia	13	1,7	13	2,0
Comunicação	13	1,7	12	1,9
Direito	10	1,3	7	1,1
Serviço Social	7	0,9	2	0,3
Educação	6	0,8	5	0,8
Linguística, Letras	6	0,8	6	0,9
Psicologia	5	0,7	5	0,8
Artes, Música	4	0,5	4	0,6
Saúde Pública	4	0,5	3	0,5
Arqueologia	3	0,4	3	0,5
Outras	15	2,0	11	1,7
Total	765	100,0	642	100,0

Fonte: Capes, 1994. Ver nota do Quadro 11.

(b) Também no que tange ao local da titulação encontram-se trajetórias diversas. Observe-se que mais da metade do corpo docente titulou-se no Brasil — 56,6%, somados mestres e doutores —, cabendo às instituições de ensino do Estado de São Paulo a

titulação de 39% dos professores (Tabela 14). Apenas a USP credenciou 28% dos titulados no país, o que indica serem as Ciências Sociais brasileiras de extração basicamente paulista, com impacto na difusão de alguns esquemas interpretativos concernentes à tra-

dição intelectual “uspiana” e com tendência à generalização de objetos de pesquisa que nem sempre são ajustáveis às demais regiões do país. As Tabelas 14 e 15 correlacionam a titulação do corpo docente dos programas de pós-graduação, o local de titulação dos

professores e as suas habilitações disciplinares específicas.

De acordo com a Tabela 14, o índice de professores da pós-graduação titulados em São Paulo passa de 39% para 42% quando considerado apenas o universo de doutores.

TABELA 14
Dados Discriminados por Área do Conhecimento e Titulação — Titulados no Brasil

Unidade da Federação	Titulação				Total	
	Não Doutores	Doutores				
		Sociologia	Ciência Política	Antropologia	Outras Áreas	
SP	25 (20,3%)	88 (37,0%)	45 (43,3%)	65 (44,8%)	73 (47,1%)	296 (38,7%)
RJ	23 (18,7%)	4 (1,7%)	8 (7,7%)	20 (13,8%)	13 (8,4%)	68 (8,9%)
DF	7 (5,7%)	10 (4,2%)		4 (2,8%)		21 (2,7%)
MG	9 (7,3%)	2 (0,8%)			1 (0,6%)	12 (1,6%)
RS	8 (6,5%)			1 (0,7%)	2 (1,3%)	11 (1,4%)
PE	8 (6,5%)		1 (1,0%)			9 (1,2%)
PB	7 (5,7%)					7 (0,9%)
Outros Estados	7 (5,7%)	1 (0,4%)		1 (0,7%)		9 (1,2%)
Brasil	94 (76,4%)	105 (44,1%)	54 (51,9%)	91 (62,8%)	89 (57,4%)	433 (56,6%)
Total	123 (16,1%)	238 (31,1%)	104 (13,6%)	145 (19,0%)	155 (20,3%)	765 (100,0%)

Fonte: Capes, 1994. Ver nota da Tabela 11.

Nesse mesmo universo, entretanto, é expressiva a participação de titulados no exterior: 47% (Tabela 15). Entre os doutores que obtiveram os seus títulos no exterior destacam-

se, numericamente, os que o fizeram nos Estados Unidos (35%), na França (31%) e na Grã-Bretanha (14%).

Informações relativas ao ano de titula-

TABELA 15
Dados Discriminados por Área do Conhecimento e Titulação — Titulados no Exterior

País	Não-Doutores	Titulação				Total
		Doutores				
		Sociologia	C. Política	Antropologia	Outras áreas	
Estados Unidos	19 (15,4%)	28 (11,8%)	26 (25,0%)	27 (18,6%)	26 (16,8%)	126 (16,4%)
França	1 (0,8%)	50 (21,0%)	8 (7,7%)	15 (10,3%)	21 (13,5%)	95 (12,4%)
Grã-Bretanha		24 (10,1%)	6 (5,8%)	8 (5,5%)	5 (3,2%)	43 (5,6%)
Alemanha		12 (5,0%)	5 (4,8%)	1 (0,7%)	6 (3,9%)	24 (3,1%)
México	1 (0,8%)	10 (4,2%)	1 (1,0%)	1 (0,7%)	1 (0,6%)	14 (1,8%)
Bélgica	3 (2,4%)	3 (1,3%)	2 (1,9%)			8 (1,0%)
Itália	4 (3,3%)	1 (0,4%)			1 (0,6%)	6 (0,8%)
Outros Países	1 (0,8%)	5 (2,1%)	2 (2,0%)	2 (1,4%)	6 (3,9%)	16 (2,1%)
Exterior	29 (23,6%)	133 (55,9%)	50 (48,1%)	54 (37,2%)	66 (42,6%)	332 (43,4%)
Total	123 (16,1%)	238 (31,1%)	104 (13,6%)	145 (19,0%)	155 (20,3%)	765 (100,0%)

Fonte: Capes, 1994. Ver nota da Tabela 11.

ção (Tabela 16) demonstram que a maioria dos doutores em Ciências Sociais em atividade foi titulada nos últimos 15 anos (63,2%), índice que deverá ser ainda maior com a renovação acentuada dos quadros docentes das universidades federais verificada nos últimos dois anos. Até 1975, a formação de doutores brasileiros deu-se predominantemente no país — quer pela via institucionalizada do

doutorado da USP, quer pelas teses “livres” defendidas pelos docentes em seus contextos acadêmicos. No período 1976-80, eleva-se em muito a proporção de titulados no exterior, alcançando um índice de mais de 65%. Com a montagem do sistema nacional de ensino pós-graduado, esse índice cai progressivamente até a marca de 32%, quando se considera os docentes titulados a partir de 1991.

TABELA 16
Doutores em Ciências Sociais — Ano de Titulação e País

País	até 1975	de 1976 a 1980	de 1981 a 1985	de 1986 a 1990	de 1991 ou posterior	Total
Brasil	50 (54,9%)	30 (34,1%)	38 (38,8%)	79 (59,8%)	53 (67,9%)	250 (51,3%)
Estados Unidos	18 (19,8%)	23 (26,1%)	11 (11,2%)	25 (18,9%)	4 (5,1%)	81 (16,6%)
França	15 (16,5%)	15 (17,0%)	22 (22,4%)	9 (6,8%)	12 (15,4%)	73 (15,0%)
Grã-Bretanha	3 (3,3%)	8 (9,1%)	13 (13,3%)	8 (6,1%)	6 (7,7%)	38 (7,8%)
Alemanha	2 (2,2%)	6 (6,8%)	6 (6,1%)	3 (2,3%)	1 (1,3%)	18 (3,7%)
México		1 (1,1%)	6 (6,1%)	3 (2,3%)	2 (2,6%)	12 (2,5%)
Outros	3 (3,3%)	5 (5,7%)	2 (2,0%)	5 (3,8%)		15 (3,1%)
Total	91 (18,7%)	88 (18,1%)	98 (20,1%)	132 (27,1%)	78 (16,0%)	487 (100,0%)

Fonte: Capes, 1994. Ver nota da Tabela 11.

(c) Quanto à composição do corpo docente dos programas de pós-graduação (Tabela 17), observa-se que a subárea de Ciência Política é a que registra o maior índice de não-doutores (25,8%), seguindo-se, com grande distância, a de Sociologia (13,7%) e,

por fim, com o mais baixo índice de não-doutores, a de Antropologia (12,4%). Além disso, a subárea de Antropologia é a que assinala o mais significativo percentual de doutores formados na própria disciplina (73,6%).

TABELA 17
Formação de Docentes por Subárea

Titulação	Subárea	Sociologia	Ciência Política	Antropologia	Total
Não-doutores		66 (13,7%)	42 (25,8%)	15 (12,4%)	123 (16,1%)
	Doutores	212 (44,1%)	21 (12,9%)	5 (4,1%)	238 (31,1%)
Sociologia		34 (7,1%)	69 (42,3%)	1 (0,8%)	104 (13,6%)
	Doutores	54 (11,2%)	2 (1,2%)	89 (73,6%)	145 (19,0%)
Antropologia		115 (23,9%)	29 (17,8%)	11 (9,1%)	155 (20,3%)
	Doutores	481 (62,9%)	163 (21,3%)	121 (15,8%)	765 (100,0%)
Outras Áreas					
	Doutores				

Fonte: Capes, 1994. Ver nota da Tabela 11.

Na verdade, pode-se atribuir essa assimetria entre as subáreas ao modo pelo qual, ao longo do tempo, se vem articulando a reflexão da sociedade sobre si mesma. O discurso inaugural dessa reflexão foi o da Antropologia, centrado no problema racial e na questão da identidade da cultura nacional — nisso que se pode considerar um repertório

de *imagens do Brasil*. Esse discurso — estratégico ao pensamento social brasileiro — conhece, a partir dos anos 40, um processo de competição, originário, sobretudo, da sociologia paulista, que se centrava na idéia de classe e no que se convencionou chamar de ordem social competitiva. Mais recentemente, com a institucionalização da democracia

política, o campo das Ciências Sociais vem experimentando um movimento afirmativo da Ciência Política. A distribuição do índice de doutores aparenta, pois, obedecer os diferentes tempos da reflexão social brasileira.

(d) Sobre o vínculo funcional mantido entre os professores dos programas de pós-graduação e suas respectivas instituições, alguns dados obtidos junto à Capes merecem destaque. 80% dos docentes mantêm vínculo permanente com pelo menos um centro de pós-graduação. Além disso, dos 765 professores, 123 participam também de um outro curso na área de Ciências Sociais, e, destes, 14 colaboram ainda em um terceiro. A participação em outros programas de pós-graduação é, assim, expressiva. São 363 docentes, em números absolutos, que declararam participar de outros programas. Considerando-se, entretanto, que apenas 123 docentes tiveram registrada a sua dupla ou tripla inscrição na área, pode-se concluir que os demais 240 professores participam de programas de pós-graduação em outras áreas vizinhas ou assemelhadas.

Por outro lado, os dados relativos ao regime de trabalho e ao exercício de atividades docentes na graduação registram uma média elevada de envolvimento dos docentes com as suas instituições. Mais de 80% dos professores possuem dedicação exclusiva (72,8%) ou trabalham em tempo integral (11,6%); mais de 60% são também professores da graduação.

(e) O índice de participação em atividades de pesquisa, por sua vez, alcança aproximadamente 85% do corpo docente, elevando-se para mais de 90% quando se considera apenas os doutores em Ciências Sociais. Esse índice, que na aparência sugere uma forte presença da atividade de pesquisa, encobre, a rigor, a sua pequena autonomia *vis-à-vis* o ensino, como será discutido na próxima seção.

(f) Finalmente, quanto à produção científica, atesta-se o seu crescimento progressivo nos últimos anos, alcançando a média anual de 0,6 artigo/professor, segundo o último relatório da Capes. Para que se avalie a produtividade do cientista social, cabe men-

cionar pesquisa similar realizada entre os físicos e relatada no trabalho, já citado, de Sérgio Rezende. Segundo se constata ali, em 1981 a publicação média foi a de 0,8 artigo/doutor, índice que se elevou, em 1991, para 1,18 artigo/doutor. Tal índice, inferior à média internacional, é considerado ainda insatisfatório pelos físicos.

No que concerne aos cientistas sociais, os índices revelam uma baixa produtividade, embora tenha de ser levado em conta o fato de que as informações compreendem o conjunto do corpo docente — vale dizer, os doutores e os não-doutores —, ao contrário dos físicos, que têm sua produtividade referida apenas à produção de doutores. Contudo, a discrepância entre os termos da comparação — *doutores*, no caso dos físicos, e *docentes*, no caso dos cientistas sociais — deve ser relativizada, pois, como se observou anteriormente, o corpo docente do sistema nacional das Ciências Sociais é composto por mais de 80% de doutores. Nesse sentido, vale a anotação de que, embora crescente, a produtividade dos cientistas sociais está aquém do desejável.

A leitura, porém, desses dados não pode ser indiferente à realidade substantiva de cada uma das áreas. Enquanto a produção dos físicos está associada a programas permanentes de pesquisa, impondo uma linha de continuidade ao seu trabalho, a baixa institucionalização da pesquisa em Ciências Sociais tem implicado uma produção descontínua, freqüentemente artesanal. Como é notório, a pesquisa entre os cientistas sociais obedece a um padrão de ciclos curtos, não sendo raros os casos em que há mudanças temáticas a cada dois anos, refletindo opções individuais mais do que uma agenda de investigação definida institucionalmente. A baixa produtividade das Ciências Sociais deve, então, ser atribuída ao padrão atual de organização e fomento da pesquisa científica na área, não se podendo ocultar o fato decisivo de que o tempo do cientista social é, em grande parte, dedicado ao ensino e à administração.

É a seguinte a produtividade do corpo docente dos centros de pós-graduação em Ciências Sociais:

TABELA 18
Produção Científica por Docente

	Art. em Revistas Nacionais	Art. em Revistas Internacionais	Livros	Capítulo em Livros Nacionais	Capítulo em Livros Estrangeiros
1991	0,57	0,15	0,12	0,16	0,07
1992	0,53	0,16	0,16	0,27	0,08
1993	0,63	0,14	0,15	0,21	0,07

Fonte: Dados obtidos junto à Diretoria de Avaliação da Capes, que informa a produção científica de cada curso de pós-graduação no triênio considerado. Tomou-se, então, o número de docentes de cada curso, a fim de calcular a sua produtividade média.

Concessão de Bolsas

As bolsas de estudo e as de pesquisa concedidas pelas agências de fomento científico e de capacitação docente conhecem diversas modalidades, alcançando desde o estudante de graduação, através dos programas de iniciação científica, até o pesquisador sênior. Assim, o sistema de bolsas favorece a condução de um jovem estudante de graduação até o pós-doutoramento, em condições de dedicação exclusiva às atividades acadêmicas. Tal sistema constitui, por certo, um poderoso instrumento de democratização da atividade científica e tem sido um recurso fundamental para o recrutamento da clientela dos centros de pós-graduação.

Os dados que serão apresentados aqui, relativos à concessão de bolsas, referem-se à Capes, ao CNPq e à FAPESP. A Capes, como se sabe, oferece bolsas de estudo através de quatro diferentes programas: o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIDCT), o de Demanda Social — ambos voltados para a concessão de bolsas de mestrado e de doutorado no país — o Programa Especial de Treinamento (PET), com bolsas oferecidas aos graduandos, e, fi-

nalmente, o orientado para os estudantes que se encontram em programas de pós-graduação no exterior. O CNPq concede bolsas de formação, no país e no exterior, e bolsas de pesquisa usualmente integradas a projetos que demandam recursos adicionais. Aqui serão apresentados os dados relativos apenas às bolsas. Por último, a FAPESP concede tanto bolsas quanto auxílios à pesquisa. Os dados da FAPESP referem-se exclusivamente a bolsas de iniciação científica, aperfeiçoamento, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

a) Bolsas de Formação no País **Capes/PIDCT**

O programa de capacitação docente da Capes concede bolsas de mestrado e doutorado para professores, por meio das instituições de ensino a que estão vinculados. O número de bolsas de mestrado desse programa vem decrescendo ao longo dos anos, refletindo a elevação do padrão de titulação docente. Em contrapartida, tem crescido o número de bolsas de doutorado oferecidas.

TABELA 19
Bolsas Concedidas por Ano pelo Programa PIDCT

	Mestrado	Doutorado	Especializado	Total
1989	59,0	66,0	1,0	126,0
1990	45,5	68,0		113,5
1991	47,0	64,5		111,5
1992	29,5	70,0		99,5
1993*	34,0	95,0		114,5
1994*	42,0	110,0		136,5

Fonte: Capes, 1994.

* Para os anos de 1993 e 1994 (primeiro semestre), os dados obtidos junto à Capes referiam-se ao número de bolsistas, tanto integrais quanto parciais. Para computar o total de bolsas concedidas, considerou-se as bolsas parciais sempre equivalentes a 1/2 bolsa. Nas colunas relativas ao Mestrado e ao Doutorado manteve-se o número de bolsistas.

TABELA 20
Bolsas por Subáreas Concedidas pelo Programa PIDCT

	Sociologia	C. Política	Antropologia
1989	88,0	13,5	24,5
1990	71,5	17,0	25,0
1991	74,0	15,0	22,5
1992	71,0	14,0	14,5
1993*	88,0	19,0	22,0
1994*	102,0	24,0	26,0

Fonte: Capes, 1994.

* Para os anos de 1993 e 1994 (primeiro semestre), os dados apresentados referem-se ao número de bolsistas.

Capes/Demanda Social

O programa Demanda Social concede bolsas de mestrado e doutorado aos centros de pós-graduação que, por sua vez, repassam os valores recebidos aos seus estudantes. Comparando-se os dados desse programa com os do programa de capacitação docente, verifica-se que as bolsas de mestrado são concedidas principalmente por intermédio

de solicitação dos centros de pós-graduação, atendendo estudantes sem vínculo docente estabelecido. A obtenção de cotas de bolsas de mestrado junto à Capes constitui um expressivo aporte para a consolidação dos novos programas, pois contribui para a atração de uma clientela dedicada exclusivamente aos estudos e parece ser responsável pela baixa evasão durante o curso.

TABELA 21
Bolsas Concedidas por Ano pelo Programa de Demanda Social

	Mestrado	Doutorado	Total
1991	390	53	443
1992	333	69	402
1993	439	91	530
1994	438	108	546

Fonte: Dados obtidos junto à Divisão de Apoio Setorial da Capes, 1994.

TABELA 22
Bolsas por Subárea Concedidas pelo Programa de Demanda Social

	Sociologia	C. Política	Antropologia
1991	273	76	94
1992	241	72	89
1993	305	104	121
1994	299	118	129

Fonte: Dados obtidos junto à Divisão de Apoio Setorial da Capes, 1994.

Capes/PET

O programa atende a grupos de estudantes de graduação selecionados por um professor-orientador, que organiza atividades de estudo com o objetivo de aperfeiçoar a formação desses alunos. Em 1994, 121 bolsistas participaram desse programa.

CNPq

O CNPq oferece uma variedade maior de bolsas. Considera-se, aqui, como bolsas de formação apenas as de aperfeiçoamento/curso, mestrado, doutorado e pós-doutorado. As bolsas de aperfeiçoamento/pesquisa e de iniciação científica serão tratadas no item relativo às bolsas de pesquisa.

TABELA 23
Bolsas de Formação no País — CNPq

	Aperfeiçoamento			Mestrado			Doutorado			Pós-Doutorado		
	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94
Antropologia	0	0	0	78	58	64	32	34	31	1	0	2
Arqueologia	0	0	0	4	4	4	0	0	0	0	0	0
C. Política	8	0	0	105	97	131	23	26	35	1	1	0
Sociologia	0	0	0	193	175	248	79	94	122	0	0	0
Total C. Sociais	8	0	0	380	334	447	134	154	188	2	1	2
Total C. Humanas e Sociais	61	70	131	3.309	3.003	3.785	893	948	1.157	7	8	17

Fonte: Dados obtidos junto à Coordenação de Ciências Sociais e Educação do CNPq, 1994, relativos às bolsas de formação no país. Corte na folha de pagamentos dos meses 6/93, 10/93 e 5/94.

FAPESP

A agência atende exclusivamente às instituições paulistas, e no que concerne às Ciências Sociais, são beneficiárias, principalmente, as universidades do estado. Entre

1991 e 1994, do total de 736 auxílios e bolsas concedidos pela FAPESP, a USP recebeu 410 (55,7%), a Unicamp 167 (22,7%), a Unesp 77 (10,5%), a PUC-SP 33 (4,5%) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) 15 (2,0%).

TABELA 24
Modalidade de Bolsas por Ano — FAPESP

	1991	1992	1993	1994	Total
Aperfeiçoamento	2				2
Doutorado I	6	3	6	4	19
Renovação Doutorado	2	2	4	4	12
Iniciação Científica	39	41	34	42	156
Mestrado I	27	31	28	31	117
Renovação Mestrado	26	15	14	16	71
Pós-Doutorado/Brasil	1		1		2
Total	103	92	87	97	379

Fonte: Dados obtidos junto à Coordenação de Sistemas da FAPESP, 1995.

TABELA 25
Modalidade de Bolsas por Área — FAPESP

	Sociologia e Política	Antropologia	Total
Aperfeiçoamento		2	2
Doutorado I	10	9	19
Renovação Doutorado	5	7	12
Iniciação Científica	106	50	156
Mestrado I	71	46	117
Renovação Mestrado	44	27	71
Pós-Doutorado/Brasil	2		2
Total	238	141	379

Fonte: Dados obtidos junto à Coordenação de Sistemas da FAPESP, 1995.

TABELA 26
Número de Bolsistas de Mestrado e Doutorado — Capes, CNPq e FAPESP

	1991	1992	1993	1994
Capes*				
Mestrado	437	362,5	473	480
Doutorado	117,5	139	186	218
CNPQ**				
Mestrado			334	447
Doutorado			154	188
FAPESP				
Mestrado	53	46	42	47
Doutorado	8	5	10	8
Total				
Mestrado	490	408,5	849	974
Total				
Doutorado	125,5	144	350	414

Fonte: Dados obtidos junto à Coordenação de Ciências Sociais e Educação do CNPq, 1994; Coordenação de Sistemas da FAPESP, 1995; Capes, 1994.

*Os dados da Capes para 1991 e 1992 referem-se ao número de bolsas e, para 1993 e 1994, ao número de bolsistas.

A Tabela 26 consolida as informações relativas a cada uma das agências que concedem bolsas de formação, permitindo uma avaliação do índice de estudantes da pós-graduação que têm acesso a esse benefício. Como se pode observar, foi concedido um total de 849 bolsas de mestrado e 350 bolsas de doutorado em 1993. Caso se compare esses números com as informações relativas ao ingresso de novos alunos nos cursos de mestrado e de doutorado (Tabela 9), comprova-se que a quase totalidade dos mestrandos foi beneficiada com bolsas (93%). Para o doutorado o índice obtido é um pouco inferior (72%), devendo-se levar em conta, entretanto, que uma parte desses estudantes é constituída por docentes, impedidos de pleitear o benefício.

Os índices de concessão de bolsas não foram calculados com base no total de estudantes matriculados nos cursos, pois esses estudantes permanecem ali, em geral, mais tempo do que o previsto. Por esta razão, tomou-se como referência o ingresso de novos alunos durante os anos correspondentes à duração das bolsas de mestrado e de doutorado — dois e quatro anos, respectivamente. Assim, 912 estudantes de mestrado estariam em condições de receber bolsas em 1993, total obtido pela soma de ingressos em 1993 (441 alunos) e 1992 (471 alunos), estes últimos, no segundo ano do curso. Para o doutorado, 484 estudantes estariam em condições de receber bolsas em 1993, resultante da soma dos ingressos em 1993 (147), em 1992 (122), em 1991 (115) e mais uma estimativa de 100 novos alunos em 1990, acompanhando a média da década (ver Tabela 9).

b) Bolsas de Formação no Exterior
Capes

A concessão de bolsas de mestrado no exterior encontra-se reduzida a um padrão residual, não merecendo, portanto, destaque. Considerando-se ser de quatro anos a

duração do doutorado, tem-se, por ano, aproximadamente 12 novos estudantes no exterior.

TABELA 27

Número de Bolsas por Tipo (1991-94)

Tipo	N.º
Congressos	5
Mestrado	3
Doutorado	50
Pós-Doutorado	21
Sanduíche	17
Especialização	3

Fonte: Divisão de Bolsas e Auxílios no Exterior da Capes/MEC, 1994.

TABELA 28

Número de Bolsas por Ano de Início

Ano	N.º
1994	28
1993	27
1992	20
1991	24
Total	99

Fonte: Divisão de Bolsas e Auxílios no Exterior da Capes/MEC, 1994.

CNPq

As bolsas de pós-graduação no exterior concedidas pelo CNPq concentram-se nos cursos de doutorado, alcançando o total de 50 bolsas pagas em maio de 1994. Dada a permanência de quatro anos no exterior, e mantido o atual patamar de concessão de bolsas, calcula-se a admissão anual de aproximadamente 12 novos bolsistas.

TABELA 29
Bolsas de Formação no Exterior

	Estágio Sênior			Aperfeiçoamento			Doutorado			Pós-Doutorado			Sanduíche			Mestrado		
	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94
Antropologia	0	0	0	0	0	0	12	15	14	1	1	1	1	3	4	0	0	0
Arqueologia	0	0	0	0	0	0	4	4	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0
C. Política	0	0	0	0	0	0	9	10	11	1	2	2	1	2	1	0	0	0
Sociologia	0	0	0	0	0	0	15	18	22	1	1	2	0	0	2	0	0	0
Total C. Sociais	0	0	0	0	0	0	40	47	50	3	4	5	2	5	8	0	0	0
Total C. Hum. e Sociais	1	2	3	0	1	3	339	427	439	13	29	40	20	45	65	8	8	3

Fonte: Coordenação de Ciências Sociais e Educação do CNPq, 1994.
Corte na folha de pagamentos do CNPq relativo aos meses 6/93, 10/93 e 5/94.

FAPESP

A concessão, pela FAPESP, de bolsas de pós-graduação no exterior é inexpressiva, concentrando-se os benefícios no pós-doutoramento.

TABELA 30
Modalidade de Bolsas por Ano

	1991	1992	1993	1994	Total
Pós-Doutorado no Exterior		4	14	13	31
Pós-Graduação no Exterior			1	1	2

Fonte: Dados obtidos junto à Coordenação de Sistemas da FAPESP, 1995.

TABELA 31
Modalidade de Bolsas por Área

	Soc. e Política	Antropologia	Total
Pós-Doutorado no Exterior	16	15	31
Pós-Graduação no Exterior	1	1	2

Fonte: Dados obtidos junto à Coordenação de Sistemas da FAPESP, 1995.

As tabelas relativas às três agências demonstram que a demanda por doutoramento no exterior tem sido bastante inferior àquela verificada para os cursos no país. Entre 1991 e 1994 foram 50 as bolsas concedi-

das pela Capes aos doutorandos no exterior (Tabela 27) e 50 as bolsas do CNPq com a mesma finalidade (Tabela 29). A FAPESP tem apresentado uma média anual de uma única bolsa concedida a doutorandos (Tabela 30). Esses dados indicam uma marca anual de cerca de 25 novos bolsistas em cursos de doutoramento no exterior.

Também é surpreendentemente limitado o número de bolsas-sanduíche concedidas anualmente — entre 10 e 15 (Tabelas 27 e 29) —, apesar da ênfase com que as agências de fomento a têm recomendado como complemento à formação do doutor. Dada a preferência do estudante brasileiro pelo doutoramento no país, a bolsa-sanduíche passa a ser, então, a única possibilidade de exposição do doutorando a centros de excelência no exterior.

c) Bolsas de Pesquisa no País

As bolsas de pesquisa concedidas pelo CNPq não se referem exclusivamente a projetos em andamento nas universidades,

abrangendo também instituições de pesquisa não-universitárias. No entanto, com a finalidade de produzir apenas uma estimativa, vale considerar que essas bolsas de pesquisa — 197, em maio de 1994 (Tabela 32) — foram pagas aos doutores atuantes nos centros de pós-graduação. Assim, alcança-se aproximadamente um índice de 30% daqueles 642 doutores referidos na Tabela 12 (não titulados exclusivamente em Ciências Sociais) recebendo bolsas de pesquisa do CNPq em 1994.

O total de bolsas de aperfeiçoamento/pesquisa pagas pelo CNPq também se constitui em um indicador do número de projetos em andamento, pois tais bolsas remuneram assistentes de pesquisa. Em maio de 1994 foram percebidos 116 auxílios dessa natureza, o que representa 16% do total de bolsas pagas às Ciências Humanas e Sociais (Tabela 33). Chama a atenção, nesse caso, a natureza artesanal e individual da pesquisa em Ciências Sociais, uma vez que, dos 197 doutores que desenvolvem projetos de investigação, deduz-se que 81 o fazem sem o concurso de auxiliares de pesquisa.

TABELA 32
Bolsas de Pesquisa no País

	Pesquisa Normal			Desenvolv. Científico Regional			Recém-Doutor			Pesquisador Aposentado*			Pesquisador Associado			Pesquisador Visitante Nacional			Pesquisador Visitante Estrangeiro		
	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94
Antropol.	47	59	58	0	2	2	0	2	3	5	6	4	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Arqueol.	7	9	10	0	0	0	0	0	0	2	2	1	2	2	3	0	0	0	0	0	0
C. Política	28	37	34	0	0	1	0	0	3	4	4	3	1	1	1	0	0	0	0	0	0
Sociologia	68	94	95	0	0	0	0	0	6	4	4	1	1	1	1	0	1	1	2	3	4
Total C. Hum. e Sociais	1.006	1.306	1.318	13	21	24	13	21	85	59	76	60	6	9	16	6	11	19	5	7	9

Fonte: Coordenação de Ciências Sociais e Educação do CNPq, 1994.

*As bolsas de pesquisador aposentado foram extintas no final do ano de 1993, mantendo-se, entretanto, os bolsistas no sistema até o término do prazo de validade das suas concessões.

TABELA 33
Bolsas de Aperfeiçoamento/Pesquisa e de Iniciação Científica

	Aperfeiçoamento/Pesquisa			Iniciação Científica*		
	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94
Antropologia	31	35	35	58	82	83
Arqueologia	18	16	17	21	30	27
C. Política	23	27	24	33	45	44
Sociologia	35	40	40	84	118	112
Total C. Sociais	107	118	116	196	275	266
Total C. Hum. e Sociais	613	796	744	1.440	1.913	1.768

Fonte: Coordenação de Ciências Sociais e Educação do CNPq, 1994.

* Não inclui PIBIC.

Como se pode observar, os dados sobre bolsas de formação e pesquisa apresentados não incluem os recursos provenientes das diferentes fundações estaduais de amparo à pesquisa criadas na esteira das alterações introduzidas pela Constituição de 1988 — as FAPs. Decerto, a ação dessas fundações deve elevar aqueles números, comprovando sua relevância estratégica para a institucionalização da ciência e da pesquisa no país. Pode-se até dizer que, nos centros periféricos — onde vêm surgindo as pós-graduações de temática especializada —, uma das melhores possibilidades de comprometimento das ciências, em geral, e dos cientistas sociais, em particular, com a agenda da democratização social está relacionada com a criação dessas fundações. Exemplos disso podem ser vistos nos programas das secretarias de Ciência e Tecnologia dos estados do Ceará² e de Pernambuco.

A Pesquisa

Os dados sobre as atividades de pesquisa na área de Ciências Sociais foram extraídos do *Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil*, publicação recente do CNPq (1994). Como reconhecem seus organizadores, os

números que constam desse *Diretório* estão subestimados — o próprio Laboratório de Sociologia dos Intelectuais e Institucionalização da Ciência não consta ali, embora tenham sido enviadas ao CNPq as informações solicitadas. Mesmo incompleto, o *Diretório* é, hoje, a melhor fonte sobre a pesquisa científica no país.

Os dados coligidos pelo CNPq foram obtidos por intermédio dos dirigentes das instituições de ensino e pesquisa, que enviaram informações sobre os grupos de pesquisa em funcionamento. A responsabilidade pelo fornecimento dos dados coube aos líderes desses grupos, os quais deveriam indicar o nome e a titulação dos seus integrantes, discriminando as linhas de pesquisa desenvolvidas e as especialidades do conhecimento em que estavam inscritas.

As disciplinas que integram as Ciências Sociais — Arqueologia, Antropologia, Ciência Política e Sociologia — desdobram-se em diversas rubricas, segundo a Tabela 34. Note-se que as especialidades Sociologia da Educação, Antropologia da Educação e Sociologia Jurídica não estão incluídas na área das Ciências Sociais, e sim, segundo o CNPq, nas subdivisões da Educação e do Direito.

TABELA 34
Grupos de Pesquisa

Arqueologia

Arqueologia Histórica
Arqueologia Pré-Histórica
Teoria e Método em Arqueologia

Antropologia

Antropologia das Populações Afro-Brasileiras
Antropologia Rural
Antropologia Urbana
Etnologia Indígena
Teoria Antropológica

Ciência Política

Comportamento Político
Atitudes e Ideologias Políticas
Classes Sociais e Grupos de Interesse
Comportamento Legislativo
Conflitos e Coalizões Políticas
Estudos Eleitorais e Partidos Políticos

Estado e Governo
Estrutura e Transformação do Estado
Estudos do Poder Local
Instituições Governamentais Específicas
Relações Intergovernamentais
Sistemas Governamentais Comparados

Política Internacional
Integração Internacional, Conflito, Guerra e Paz
Organizações Internacionais
Política Externa do Brasil
Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais

Políticas Públicas
Análise do Processo Decisório
Análise Institucional
Técnicas de Antecipação

Teoria Política
Teoria Política Clássica
Teoria Política Contemporânea
Teoria Política Medieval
Teoria Política Moderna

Sociologia

Fundamentos da Sociologia
História da Sociologia
Teoria Sociológica

Outras Sociologias Específicas
Sociologia da Saúde
Sociologia do Conhecimento
Sociologia do Desenvolvimento
Sociologia Rural
Sociologia Urbana

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.

Neste artigo, o critério utilizado para a inclusão de um grupo de pesquisa na área de Ciências Sociais foi a mera indicação do exercício de atividade em qualquer uma das especialidades do conhecimento listadas acima. Da leitura dos dados do *Diretório* depreende-se a natureza heterogênea dos grupos de pesquisa referidos ali. Alguns deles, além de diminutos, não contam sequer com a presença de um doutor; outros são tão numerosos que dificilmente devem ser considerados como um grupo de pesquisa, sugerindo mais a existência de um departamento com um propósito geral comum. Os vínculos dos grupos com as Ciências Sociais também variam muito: há grupos efetivamente vocacionados para investigações na área e outros que manifestam um interesse marginal pelo objeto das Ciências Sociais.

Essa heterogeneidade não deixa de ser muito expressiva, retratando dois aspectos fundamentais: a baixa institucionalização da pesquisa, quando comparada à do sistema de ensino, e o elevado padrão de interdisciplinaridade das pesquisas em Ciências Sociais.

A Baixa Institucionalização da Pesquisa

Ao contrário do sistema de ensino pós-graduado — que dispõe de mecanismos de avaliação dos programas e subordina a essa avaliação o acesso às bolsas de formação e a outros recursos destinados ao seu aprimoramento —, a pesquisa em Ciências Sociais ainda não conhece mecanismos institucionais semelhantes. No caso, vale ressaltar que a iniciativa do CNPq em produzir o *Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa* pode constituir-se no embrião de uma política de avaliação sistemática da pesquisa realizada no país.

O financiamento à pesquisa opera, quase exclusivamente, segundo o sistema de “balcão”. Como se sabe, os projetos são apresentados às agências de fomento, avaliados por consultores e submetidos à apreciação final de comitês assessores, especializados na área de conhecimento do projeto. A aprovação dos projetos está condicionada ao exame de suas qualidades acadêmicas e ao

reconhecimento da capacitação de seus proponentes para realizar o empreendimento. A rigor, inexistente uma política que estabeleça critérios de prioridade para a alocação dos recursos.

O sistema de “balcão”, aliado à crônica escassez de recursos, contribui para que os grupos de pesquisa tenham muitas vezes um caráter efêmero. A origem universitária da esmagadora maioria dos grupos conduz, frequentemente, a contextos de pesquisa mais próximos da lógica do ensino e dos objetivos de carreira docente do que, propriamente, da pesquisa sistemática. Na verdade, muitos dos grupos de pesquisa ocultam a atuação de um grupo de estudo, em mais uma manifestação da prevalência do ensino sobre a pesquisa.

São 44 instituições a abrigar os 240 grupos de pesquisa com atividade na área de Ciências Sociais. Dessas instituições, 32 são universidades ou centros de ensino superior isolados (73%), abrigando 213 grupos (87%); cinco são centros de pesquisa com inscrição principal na área de Ciências Sociais, reunindo 17 grupos; e sete são centros de pesquisa com atividade em outras áreas do conhecimento, perfazendo um total de dez grupos (Tabela 35).

A existência de grupos de pesquisadores sociais em instituições científicas de outra natureza deve ser sublinhada. O papel do cientista social como intérprete *em geral* da sociedade brasileira parece ver-se confirmado pela própria comunidade científica, que se tem aberto — como nos casos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola (Embrapa) e do Museu de Astronomia — a pesquisas típicas das Ciências Sociais. Assim, a incorporação, ali, dos profissionais das disciplinas que compõem a área — em particular quando são mobilizados para estudar a história desses centros e da constituição científica dos seus objetos — vem atendendo às necessidades de legitimação da própria idéia de ciência no Brasil. A Tabela 35 apresenta a distribuição dos grupos de pesquisa pelas instituições da área de Ciências Sociais e fora dela.

TABELA 35
Instituições que Abrigam Grupos de Pesquisa com Atividade
na Área de Ciências Sociais: Número de Grupos

	Instituição	Grupos	%
1. Universidades e Outras			
<i>Instituições de Ensino Superior</i>			
1.1	Universidades Públicas		
	(U. Est. Londrina)	UEL	1
	(U. Est. Rio de Janeiro)	UERJ	9
	(U. F. Bahia)	UFBA	8
	(U. F. Ceará)	UFC	4
	(U. F. Fluminense)	UFF	12
	(U. F. Goiás)	UFG	3
	(U. F. Maranhão)	UFMA	1
	(U. F. Minas Gerais)	UFMG	4
	(U. F. Mato Grosso do Sul)	UFMS	1
	(U. F. Mato Grosso)	UFMT	3
	(U. F. Paraíba)	UFPB	8
	(U. F. Pernambuco)	UFPe	10
	(U. F. Paraná)	UFPR	2
	(U. F. Rio Grande do Sul)	UFRGS	17
	(U. F. Rio de Janeiro)	UFRJ	19
	(U. F. Rio Grande do Norte)	UFRN	2
	(U. F. Rural Rio de Janeiro)	UFRRJ	1
	(U. F. Santa Catarina)	UFSC	11
	(U. F. São Carlos)	UFSCar	1
	(U. F. Santa Maria)	UFSM	2
	(U. F. Viçosa)	UFV	2
	(U. de Brasília)	UnB	14
	(U. Est. de São Paulo)	UNESP	7
	(U. Est. Campinas)	UNICAMP	17
	(U. de São Paulo)	USP	26
1.2	Outras Universidades e Instituições de Ensino		
	Pont. Univ. Cat. Rio	PUC-Rio	5
	Pont. Univ. Cat. RS	PUC-RS	4
	Pont. Univ. Cat. SP	PUC-SP	9
	(U. Vale dos Sinos)	UNISINOS	5
	(U. Taubaté)	UNITAU	1
	(Escola Paul. Medicina)	EPM	1
	(Inst. Univ. Pesq. Rio de Janeiro)	IUPERJ	3
2. Centros de Pesquisa			
2.1	Centros de Pesquisa da Área de Ciências Sociais		
	(Centro Br. An. e Planej.)	CEBRAP	3
	(F. Casa José Américo/PB)	FCJA	1
	(F. Getúlio Vargas/RJ)	FGV	6
	(F. Joaquim Nabuco)	FUNDAJ	3
	(Museu Paraense E. Goeldi)	MPEG	4
2.2	Centros de Pesquisa de Ciências da Natureza e da Saúde		
	(Centro Tecn. Mineral/RJ)	CETEM	1
	(C. Nac. Pesq. Trigo/RS)	EMBRAPA	1
	(Fundação Oswaldo Cruz)	FIOCRUZ	3
	(F. Seg. Med. Trabalho/SP)	FUNDACEN	1
	(Inst. Tecn. Alimentos/SP)	ITAL	1
	(Lab. Nac. de Computação Científica)	LNCC	1
	(Museu Astronomia)	MAST	2
	TOTAL		240
			100,0

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.

Os dados relativos ao número de doutores e pesquisadores que compõem os grupos de pesquisa permitem definir o perfil médio desses grupos: uma equipe de dois a cinco pesquisadores, com a participação de um ou dois doutores — aproximadamente 60% dos grupos têm esse perfil (Tabela 36). Usualmente são grupos liderados por pesquisadores universitários, que agregam colaboradores à medida que dispõem de recursos para o desenvolvimento de projetos. Tendo-se presente que o CNPq, em junho de 1994, pagava 197 bolsas de pesquisa na área de Ciências Sociais, e que são 663 os doutores participantes dos grupos de pesquisa listados no *Diratório*, é plausível admitir que uma parcela significativa desses pesquisadores conta com recursos do CNPq.

TABELA 36
Grupos de Pesquisa Segundo o
Número de Doutores

Número de Doutores	Grupos	%
0	19	7,9
1	79	32,9
2	50	20,8
3	36	15,0
4	15	6,3
5	14	5,8
6 - 10	21	8,8
11 - 20	8	3,3
Total	240	100,0

Fonte: *Diratório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

A distribuição dos grupos de pesquisa pelos estados da Federação (Tabela 39) atribui uma posição singular ao Rio de Janeiro e a São Paulo, com 129 grupos estabelecidos — mais da metade do total. É digno de nota o fato de existir no Rio de Janeiro praticamente o mesmo número de grupos que em São Paulo, apesar de a institucionalização universitária das Ciências Sociais ser bem mais recente no Rio.

TABELA 37
Grupos de Pesquisa Segundo o N.º de Pesquisadores

Número de Pesquisadores	Grupos	%
1	32	13,3
2	29	12,1
3	44	18,3
4	25	10,4
5	23	9,6
6	17	7,1
7	18	7,5
8	5	2,1
9	15	6,3
10 - 15	20	8,3
16 - 28	12	5,0
Total	240	100,0

Fonte: *Diratório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

TABELA 38
Pesquisadores dos Grupos Segundo a Titulação

Titulação	N.º
Doutores	663
Mestres	442
Graduados	196
S/informação	12
Total	1.313

Fonte: *Diratório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

TABELA 39
Distribuição dos Grupos de Pesquisa por Estado

Estado	Grupos	%
BA	8	3,3
CE	4	1,7
DF	14	5,8
GO	3	1,3
MA	1	0,4
MG	6	2,5
MS	1	0,4
MT	3	1,3
PA	4	1,7
PB	9	3,8
PE	13	5,4
PR	3	1,3
RJ	62	25,8
RN	2	0,8
RS	29	12,1
SC	11	4,6
SP	67	27,9
Total	240	100,0

Fonte: *Diratório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

Especialidades das Ciências Sociais e Padrão de Interdisciplinaridade

Das disciplinas que compõem as Ciências Sociais, a Sociologia participa das atividades de pesquisa de 50% dos grupos, a Antropologia, de 37%, a Ciência Política, de 35%, e a Arqueologia, de 9%. A indicação das áreas do conhecimento em que estão inscritas as linhas de pesquisa foi atribuída aos líderes dos grupos. Há situações em que o assinalamento de especialidades classificadas entre as Ciências Sociais caracteriza, visivelmente, um interesse secundário. Esse é o caso de alguns grupos de pesquisa em ciências da saúde, desenvolvimento tecnológico e engenharia de meio ambiente, cujas linhas de pesquisa interagem apenas marginalmente com as Ciências Sociais.

Descontados esses grupos em que o objeto das Ciências Sociais se apresenta como de interesse secundário, é muito expressivo o padrão de interdisciplinaridade observado na ação dos grupos de pesquisa. Tal fato pode ser entendido como um indicador da atração que a análise sociológica exerce sobre outras áreas de investigação, no mais das vezes com uma história institucional distante das Ciências Sociais.

As tabelas que se seguem apresentam a distribuição dos grupos de pesquisa pelas diversas especialidades das Ciências Sociais, de acordo com a classificação do CNPq. Importa notar que cada grupo pode se fazer representar, simultaneamente, em diferentes áreas de especialização e que, por esse critério, um pouco mais da metade dos grupos assinalou atividade no âmbito da Sociologia.

TABELA 40

Número de Grupos de Pesquisa que Assinalaram Atividade em Alguma Especialidade Classificada pelo CNPq, no âmbito da Sociologia, da Antropologia, da C. Política e da Arqueologia

	Grupos	%
Sociologia	121	50,4
Antropologia	88	36,7
C. Política	85	35,4
Arqueologia	21	8,8

Fonte: *Directório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

TABELA 41

Especialidades da Sociologia Assinaladas pelos Grupos de Pesquisa*

Especialidades	Grupos
Sociologia	3
Fundamentos da Sociologia	11
Outras Sociologias Específicas	57
Sociologia da Saúde	11
Sociologia do Conhecimento	16
Sociologia do Desenvolvimento	27
Sociologia Rural	25
Sociologia Urbana	38
Não Assinalaram Sociologia	119

Fonte: *Directório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

*Sociologia da Educação e Sociologia Jurídica não participam da área de Sociologia.

TABELA 42

Especialidades da Ciência Política Assinaladas pelos Grupos de Pesquisa*

Especialidades	Grupos
Ciência Política	1
Comportamento Político (1)	39
Estado e Governo (2)	21
Política Internacional (3)	10
Políticas Públicas (4)	40
Teoria Política (5)	9
Não Assinalaram C. Política	155

Fonte: *Directório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

*As subáreas da Ciência Política assinaladas acima incluem as subdivisões do Tabela 34.

TABELA 43

Especialidades da Antropologia Assinaladas pelos Grupos de Pesquisa

Especialidades	Grupos
Antropologia	10
Ant. das Pop. Afro-Brasileiras	9
Antropologia Rural	23
Antropologia Urbana	41
Etnologia Indígena	17
Teoria Antropológica	30
Não Assinalaram Antropologia	152

Fonte: *Directório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

TABELA 44
Especialidades da Arqueologia Assinaladas
pelos Grupos de Pesquisa

Especialidades	Grupos
Arqueologia	2
Arqueologia Histórica	12
Arqueologia Pré-Histórica	17
Teoria e Método em Arqueol.	7
Não Assinalaram Arqueologia	219

Fonte: *Directório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

Comparando-se as disciplinas que integram as Ciências Sociais, observa-se que a Sociologia exibe o mais elevado índice de grupos de pesquisas interdisciplinares, interagindo com áreas do conhecimento não pertencentes às Ciências Humanas e Sociais (27%) (Tabela 46). Segue-se a ela a Ciência Política, com o índice de 21%. A Antropologia e a Arqueologia exibem o menor índice de atividade interdisciplinar (19% e 14%, respectivamente) e assinalam também o mais elevado percentual de interesse por pesquisas de caráter teórico, conforme as Tabelas 43 e 44.

TABELA 45
Grupos que Assinalaram Linhas de Pesquisa Também Classificadas
em Outras Especialidades do Conhecimento

<i>Área de Ciências Humanas e Sociais</i>	N.º	%
História	48	20,0
Educação e Ciências da Informação	40	16,7
Economia e Administração	38	15,8
Comunicação, Museologia, Artes, Letras, Linguística	35	14,6
Geografia e Demografia	25	10,4
Psicologia e Serviço Social	20	8,3
Planejamento Urbano e Reg. ou Arquitetura e Urbanismo	19	7,9
Filosofia e Teologia	18	7,5
Direito	6	2,5
<i>Outras Áreas</i>	50	20,8

Fonte: *Directório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

TABELA 46
Padrão de Interdisciplinaridade das Disciplinas de Ciências Sociais com
Especialidades do Conhecimento não Pertencentes às Ciências Humanas e Sociais

	Grupos não- Interdisciplinares	Total de Grupos	%
Sociologia	88	121	73
Ciência Política	67	85	79
Antropologia	71	88	81
Arqueologia	18	21	86

Fonte: *Directório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

Os dados do *Directorio* permitem uma reflexão sobre a pesquisa em Ciências Sociais no Brasil e suas possibilidades de desenvolvimento.

Ao longo deste texto foi enfatizado o elevado grau de institucionalização do ensino de Ciências Sociais no país, visando-se demonstrar que a continuada expansão desse sistema encontra, hoje, barreiras no âmbito da docência universitária. Assim, o impulso afirmativo que levou as Ciências Sociais no Brasil a ocupar o lugar relevante que têm não poderá ser reproduzido à base da dinâmica originária que as trouxe até aqui. A confirmação dos cientistas sociais como um novo personagem da vida intelectual e científica depende de iniciativas capazes de estabelecer um — também novo — padrão de interação entre eles e os interesses e atores emergentes na sociedade brasileira. Sumariamente: depende da formulação de políticas públicas de fomento à investigação científica que associem as linhas de pesquisa à agenda da democratização social.

O sistema de financiamento à pesquisa atualmente em vigor tem a vantagem de evitar o controle oligárquico dos recursos disponíveis. O seu lado negativo, porém, está no padrão errático que preside a distribuição desses recursos entre os grupos de pesquisadores. O financiamento descontinuado e pouco previsível vem transformando a atividade de pesquisa em um mero complemento à prática docente, o que não favorece a institucionalização científica.

Seria incorreto, entretanto, concluir esse argumento com a proposta de imposição, “por cima” e arbitrariamente, de uma agenda de pesquisas ao conjunto dos cientistas sociais e, tão grave quanto isso, de restringir o acesso a recursos aos grupos atualmente

constituídos. A acumulação ainda insuficiente da prática da pesquisa científica está a indicar que se deve optar por um cenário aberto à competição entre grupos de pesquisa. Com o tempo, e a partir das informações que serão anualmente inventariadas pelo *Directorio dos Grupos de Pesquisa no Brasil*, poderão vir a ser identificados os grupos com efetiva vocação para a pesquisa e selecionadas aquelas orientações temáticas que encontrarem maior sustentação na comunidade científica e na sociedade.

Um outro tipo de estratégia — não alternativa, mas complementar — poderá ser a da reunião de centros de pesquisa, sob a iniciativa das agências de fomento científico, em torno de objetos tidos como relevantes.

Um exemplo nessa direção foi dado recentemente pela Finep, que convocou cientistas sociais especialistas na questão urbana para a elaboração de uma agenda de pesquisas orientada para a consecução de políticas sociais reparadoras. Como foi mencionado anteriormente, as agências estaduais de financiamento à pesquisa — as FAPs — são particularmente adequadas para o desenvolvimento de iniciativas dessa natureza.

A combinação dessa estratégia com o estabelecimento de um sistema de avaliação e financiamento da pesquisa entrevistado pela recente elaboração do *Directorio* pode se constituir em incentivo para uma efetiva institucionalização da pesquisa, oferecendo condições para a estabilização dos grupos, a diversificação das fontes de financiamento e a necessária associação entre as Ciências Sociais e os interesses da sociedade.

(Recebido para publicação
em julho de 1995)

Notas

1 Cabe mencionar, entretanto, alguns títulos da produção mais recente que contribuíram para a formulação da pesquisa: Figueiredo (1988); Miceli (1989), Schwartzman (1991); Bomeny e Birman (1991); Lahuerta (1992); Tavares de Almeida (1992); Villas Bôas (1992) e Aguiar (1995).

2 Ver, a propósito, Holanda (1994).

Bibliografia

- Aguiar, Neuma
1995 *Brazilian Sociology: Trends and Challenges*. Rio de Janeiro, IUPERJ, mimeo.
- Bomeny, Helena e Birman, Patrícia (orgs.)
1991 *As Assim Chamadas Ciências Sociais: Formação do Cientista Social no Brasil*. Rio de Janeiro, UERJ/Relume Dumará.
- CNPq
1994 *Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Vol. III, Ciências Humanas e Sociais*. Brasília, CNPq/MCT.
- Figueiredo, Marcus
1988 "O Financiamento das Ciências Sociais: A Estratégia de Fomento da Fundação Ford e da Finep, 1968-1985". *BIB*, n.º 26.
- Holanda, Ariosto
1994 *O Desafio da Educação, Ciência e Tecnologia e os Mecanismos da Geração de Trabalho*. Brasília, Câmara dos Deputados, mimeo.
- Lahuerta, Milton
1992 *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os Intelectuais na Transição dos Anos 40*. Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp.
- Miceli, Sergio (org.)
1989 *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice.
- Rezende, Sérgio
1993 *Avaliação da Área e Proposições para a Física no Brasil*. São Paulo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas.
- Schwartzman, Simon
1991 "Changing Roles of New Knowledge: Research Institutions and Societal Transformations in Brazil". In Wagner, P. et al., *Social Sciences and Modern States*, Nova York, Cambridge University Press.
- Tavares de Almeida, Maria Hermínia
1992 *Tomando Partido, Formando Opinião*. São Paulo, Sumaré.
- Villas Bôas, Gláucia
1992 *A Vocação das Ciências Sociais (1945/64). Um Estudo da sua Produção em Livro*. Tese de doutorado, São Paulo, USP.
- Werneck Vianna, Luiz; Carvalho, Maria Alice Rezende de e Melo, Manuel Palacios Cunha
1994 "Cientistas Sociais e Vida Pública — O Estudante de Graduação em Ciências Sociais". *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ, vol. 37, n.º 3.

A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos

*Laís Abramo e
Cecilia Montero*

Introdução

O nascimento da Sociologia do Trabalho como campo disciplinar específico na América Latina é um fenômeno recente. Data dos anos 50/60. Mas, a despeito disso, a Sociologia do Trabalho se caracteriza atualmente por um amplo e diversificado campo de pesquisa, com um importante acúmulo de trabalho empírico e reflexão teórica. No momento em que assistimos ao duplo processo de reorganização social do trabalho e de globalização das formas capitalistas de produção, é pertinente refletir sobre a direção teórica e empírica que têm tomado os estudos do trabalho na região. A conjuntura atual é propícia, já que nos últimos anos se vem realizando um esforço coletivo de sistematização dos principais avanços e orientações dos estudos do trabalho.¹

De maneira geral, observam-se mudanças na temática, nos métodos de estudo e nas formulações teóricas da Sociologia do Trabalho latino-americana. Estas mudanças traduzem a maneira pela qual as Ciências Sociais deram conta das duas grandes rupturas ocorridas nas últimas três décadas. Por um lado, a crise do modelo de industrialização por substituição de importações e dos regimes reformistas e populistas que serviram de base à formação dos atores sociais na região. Crise que culmina, em alguns casos, com a instauração de regimes autoritários, que redefiniram a relação capital-trabalho e o papel do movimento operário no processo de desenvolvimento. Por outro lado, os processos mais recentes de ajuste, reconver-

são produtiva e modernização tecnológica, associados à globalização da economia mundial e à crise do modelo taylorista-fordista de organização do trabalho.

Rupturas importantes que ecoaram no pensamento social. Evidência de que a produção do conhecimento não se faz independente da evolução do contexto histórico nacional e internacional. Assim o demonstra a análise sociológica da produção científica que se vem realizando há alguns anos na França, Estados Unidos e em vários países latino-americanos.

O enfoque que adotamos aqui propõe uma leitura dos estudos do trabalho em dois níveis: (a) a origem das influências estrangeiras e a maneira pela qual, ao serem aplicados à nossa realidade, os conceitos e teorias forâneas foram adaptados e/ou reformulados; (b) a mudança nos paradigmas produtivos e nas formas de inserção dos atores sociais no processo de desenvolvimento, e a maneira pela qual as Ciências Sociais têm dado conta disso.

Nas duas primeiras seções deste artigo recordamos o contexto em que os estudos do trabalho surgem como disciplina acadêmica nos Estados Unidos e na França. Consideramos que a Sociologia não é uma disciplina auto-referente, mas que trabalha com critérios de pertinência e de legitimidade proporcionados externamente pelos atores e movimentos sociais. De particular interesse será, então, contrastar os vínculos da prática sociológica com as hegemonias econômicas e político-culturais que se constituíram nesses países na fase de industrialização.

Nas seções seguintes, que compõem a segunda parte do trabalho, analisamos a forma como a pesquisa traduziu e interpretou as principais rupturas ocorridas na organização social do trabalho na América Latina. O fato de haver maior referência a certos países, em detrimento de outros, reflete a trajetória das autoras e a facilidade de acesso a material bibliográfico. Reconhecemos os vazios que isso implica.

Sociologia Industrial, Sociologia do Trabalho: Os Fatos Fundadores

Na América Latina, as Ciências Sociais surgem em estreita relação com a evolução do contexto social e político. Daí sua importância enquanto esteve vigente o modelo de sociedades Estado-cêntricas e o predomínio da matriz sociopolítica (Garretón, 1983). Esta orientação inicial também contribuiu para perpetuar uma certa debilidade empírica. Georges Friedmann, o criador da Sociologia do Trabalho francesa, via nisso um risco: o de uma sociedade empenhada em se conhecer mas que, não tendo os métodos para fazê-lo, terminasse adotando noções e métodos estrangeiros à própria realidade (Friedmann, 1966).

Trinta anos mais tarde, quando os países latino-americanos lutam por manter sua inserção no mercado mundial, cabe examinar a trajetória seguida pelos paradigmas teóricos adotados pela Sociologia no esforço de compreender a realidade do trabalho e da empresa. Qual foi a influência dos sistemas teóricos estrangeiros? Os conceitos forâneos foram adaptados e renovados ao serem confrontados com a realidade local? Surgiram novos conceitos? Surgiram novas soluções para problemas já experimentados em outros lugares?

Nesta seção procederemos a uma primeira reconstrução, seletiva e parcial, de algumas teorias e conceitos que influenciaram o debate latino-americano. Com tal objetivo, recordamos a origem histórica da Sociologia Industrial e da Sociologia do Trabalho nos Estados Unidos e na França, os problemas e as perguntas que buscavam responder. Em

seguida, vemos se as mesmas preocupações estiveram presentes no contexto latino-americano.²

O Enfoque Adaptativo

Há consenso em reconhecer como evento fundador da Sociologia Industrial as investigações da equipe de Elton Mayo na planta Hawthorne da empresa Western Electric, entre 1927 e 1939.³ Elas “descobrem” a importância da dimensão coletiva e a presença de grupos e de relações informais nas situações de trabalho. Estudos recentes de história econômica dos Estados Unidos permitem situar muito antes, entre 1900 e 1920, a entrada das Ciências Sociais na empresa, como parte do processo de racionalização do trabalho empreendido por engenheiros das grandes companhias (Noble, 1977; Montgomery, 1979).

O primeiro quarto de século representou uma etapa decisiva para o desenvolvimento do capitalismo, durante a qual se asentaram as bases sociológicas, tecnológicas e organizacionais da produção de massas e das funções de administração e gestão dos recursos humanos (Montero-Casassus e Desmarez, 1985). Segundo Montgomery (1979), “é graças aos engenheiros que a dialética da produção social, entre forças produtivas e relações sociais, desaparece por trás do que se chamou o *management*”.

De fato, a Sociologia Industrial e a Escola de Relações Humanas surgem como resposta à demanda social gerada pelos engenheiros. Esta buscava soluções para os problemas gerados pela concentração da produção em grandes fábricas, pela crescente mecanização do trabalho e, sobretudo, pela chamada “crise de controle” da força de trabalho (Edwards, 1979). Nesses anos se desenharam formas de enfrentar o conflito trabalhista, de obter a disciplina industrial da grande massa de trabalhadores imigrantes, de adaptá-los ao *american way of life*. A organização científica do trabalho (O.C.T.) buscou recuperar o controle gerencial do processo de trabalho e aumentar o rendimento laboral.

Desta aproximação entre as Ciências Sociais e os problemas da indústria surge o enfoque da empresa como sistema social, que, posteriormente, será generalizado por Parsons para toda a sociedade. A empresa é um dado, não interessa seu entorno ou as influências externas. A fábrica é o microcosmo da intervenção social. As Ciências Sociais fazem parte da engenharia social própria da época, cujo objetivo era a adaptação aos requisitos funcionais do sistema.

Essa problemática, e em especial os temas da racionalização e seu corolário, as relações humanas, não figuram senão muito mais tarde entre as preocupações dos cientistas sociais latino-americanos que, em sua grande maioria, não optaram pela orientação adaptativa que considera o social como o suporte do *one best way*. Essa postura deve-se, provavelmente, a que na América Latina a orientação dos cientistas sociais foi mais política, de compromisso com os atores sindicais e de crítica às posições patronais. A ausência de financiamento privado para a pesquisa contribuiu também para que os sociólogos e outros cientistas sociais se mantivessem alijados das atividades de consultoria e de assessoria a empresas.

A influência da Escola de Relações Humanas tampouco se fez sentir na administração de recursos humanos na empresa. Alguns autores atribuem esta carência ao fato de que "as próprias organizações sindicais viam nela uma corrente a serviço dos exploradores" (Rama e Silveira, 1991). Em todo caso, o sociólogo esteve mais próximo do ator sindical que do empresário até fins dos anos 80, quando, no marco do processo de reconversão exportadora, as novas teorias da organização e do *management* permitiram uma aproximação dos cientistas sociais às empresas, na qualidade de consultores.

O Paradigma da Modernização

Mais importante foi a difusão do paradigma "industrialista" ligado às teorias do crescimento econômico. Terminada a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos projetaram para o resto do mundo seu mo-

delo de desenvolvimento industrial.⁴ As primeiras pesquisas empíricas tiveram por objetivo analisar aquelas dimensões da sociedade tradicional que podiam representar um freio ao processo de desenvolvimento. Numerosos são os autores que se aproximam do tema da sociedade industrial (Whyte, 1946; Moore, 1946; Warner, 1947; Kerr, 1960).⁵ Ao contrário dos sociólogos industriais, os teóricos do crescimento não se limitaram à empresa, mas prestaram atenção ao conjunto de relações sociais próprias da economia capitalista e suas regras de funcionamento.

O enfoque da modernização foi reforçado graças à contribuição do funcionalismo parsoniano, como teoria abstrata do sistema social em constante adaptação. A influência teórica do estrutural-funcionalismo é visível em muitos estudos dos anos 60: W.F. Whyte realiza uma investigação no Peru sobre a orientação valorativa dos jovens a respeito do progresso econômico (Sulmont, 1993); J. Kahl (1976) dirige vários estudos sobre o comportamento político dos trabalhadores no México, Brasil e Chile; M. Barrera (1973) se inspira no enfoque do conflito industrial de C. Kerr para estudar o caso das grandes empresas chilenas de mineração do cobre. A perspectiva funcionalista esteve também presente nos estudos sobre os empresários. Sob a influência de D. McClelland, o sociólogo chileno F. Galofré (1970) realizou uma pesquisa sobre o *need of achievement* (motivação para o lucro) de membros da elite dos setores público e privado. Um enfoque similar teve a pesquisa sobre empresários industriais no Peru, Chile e Argentina dirigida por Guillermo Briones (1963).

Em certa medida, o enfoque evolucionista distanciou os cientistas sociais do estudo concreto da produção industrial e das relações de trabalho, voltando-os para os problemas macrossociais do desenvolvimento. O que se buscou foi situar grupos, comunidades e atores nos eixos tradicional-moderno, rural-urbano, agrícola-industrial. As sociedades latino-americanas foram investigadas e classificadas segundo a matriz dualista. A cultura nacional, as relações primárias, as

práticas clientelistas, o populismo etc. apareceram como entraves ao processo de racionalização e à introdução da ciência e da tecnologia na produção. A Sociologia do Desenvolvimento, com G. Germani e outros, se constitui na versão latino-americana do paradigma da modernização.

**O Enfoque Humanista:
O Tipo Ideal do Homo Faber**

A tradição sociológica francesa é radicalmente diferente da americana, dado que assume a questão da modernidade e, portanto, a historicidade como seu foco central. A Sociologia do Trabalho herdou de Proudhon a visão da centralidade do trabalho (simbolizado pelo trabalhador qualificado) na dinâmica social. O trabalho era visto como o ato básico, o ato livre e criador por excelência. Os intelectuais franceses do pós-guerra eram portadores dessa cultura, que punha o trabalhador de ofício no centro do processo de produção de riquezas e de valores.

Os primeiros estudos sobre o trabalho operário se inserem nessa tradição humanista. Por isto Georges Friedmann insiste que não devemos nos limitar a estudar a indústria, como os sociólogos americanos, mas sim abarcar todas as coletividades de trabalho. Apesar disso, a figura paradigmática da Sociologia francesa foi o operário qualificado da indústria. Os estudos clássicos limitaram-se à empresa industrial, âmbito em que se estuda a relação do operário com a máquina, a divisão do trabalho e o comportamento coletivo. Não foram estudadas outras atividades como o comércio e os serviços, nem outras categorias de trabalhadores, menos ainda as mulheres (Colloque de Dourdan, 1978).

A esta perspectiva, que se poderia qualificar de "obreirista", se soma a crença de que o progresso técnico levaria ao progresso social. A Sociologia do Trabalho oscila, assim, entre o determinismo tecnológico e o paradigma da modernidade (Touraine, 1992).⁶

O conceito de trabalho como ato fundador se traduziu no âmbito metodológico e teórico. Segundo Pierre Tripier, a Sociologia

do Trabalho privilegiou o método empírico de observação e estudo do ato de trabalho.⁷ Também lhe deu uma prioridade epistemológica, dado que, para esse autor, toda informação recolhida deveria ser reinterpretada em função do que se sabe sobre o trabalho (Tripier, 1991). Em outras palavras, todos os comportamentos têm sentido se são interpretados em função das condições materiais e sociais que definem a situação de trabalho. Esta é a matriz teórica dos trabalhos dos fundadores da disciplina (G. Friedmann, P. Naville, P. Rolle, A. Touraine, C. Durand, J.D. Reymaud) e também da geração neomarxista (S. Mallet, A. Gorz, R. Linhart, B. Coriat, M. Freyssenet).

Uma expressão típica do paradigma proudhoniano é o conceito de *qualificação*, entendido como o sistema de classificações utilizado por empregadores e sindicatos para estabelecer uma equivalência entre as operações técnicas realizadas por um trabalhador e seu valor e reconhecimento social. O conceito adquire todo o seu sentido pela referência paradigmática ao *homo faber*, ao trabalhador que se realiza na transformação da natureza. A importância do tema na França se deveu à defesa corporativista dos sindicatos em face dos novos ofícios e da falta de correspondência entre educação e emprego (Tanguy, 1986; Tripier, 1991).

O enfoque francês do trabalho operário pôde se desenvolver graças à existência de financiamento público para a investigação científica. Segundo M. Rose (1979), os sociólogos do trabalho responderam à demanda proveniente do sistema centralizado de planificação, foram os *Servants of Post Industrial Power*. Isto não impediu um vínculo com a prática social, já que os sociólogos se ligaram estreitamente às diferentes correntes do movimento sindical (CFDT e CGT). Em todos os casos, a pesquisa foi mantida dentro dos limites da empresa e da fábrica. Não se considerava senão marginalmente o contexto econômico e social da empresa e da classe trabalhadora.

Alguns pesquisadores se propuseram a antecipar tendências referentes à evolução

da estrutura social e para isto se basearam nas figuras operárias da fábrica. Tornaram-se conhecidos os trabalhos de Serge Mallet (1963) sobre a nova classe operária. A sociologia da classe operária se fazia partindo do lugar que o trabalhador ocupava na divisão do trabalho interna à empresa, orientação que se manteve nos estudos posteriores sobre os trabalhadores da fase da automatização (Gorz, Linhart, Coriat). Atualmente, depois de vários anos de convivência com altas taxas de desemprego, admite-se a perda de importância da noção de trabalho.⁸

Do Processo de Trabalho à Especialização Flexível

Processo de Trabalho e Figura Operária

Buscando explicar as razões estruturais do desemprego e das disparidades nas rendas, uma geração de economistas norte-americanos (os *radicals*⁹) propõe novos conceitos que se mostraram mais adequados para entender a forma pela qual se vivia politicamente a relação capital-trabalho na América Latina.

Um primeiro grupo de estudos se concentra no espaço da fábrica. Os antecedentes deste enfoque encontram-se na releitura de Marx feita por Harry Braverman. O foco aqui é, novamente, o tema do controle operário, mas agora não mais do ponto de vista dos *managers* e sim do trabalhador. A tese central de Braverman (1975) é que o capitalismo monopolista introduz uma polarização nas qualificações operárias, com a consequente perda progressiva da qualificação profissional. Essa análise foi pioneira ao recolocar a oposição entre capital e trabalho no âmbito da produção. Com ela se inicia uma linha teórica cuja expressão mais conhecida foram as posturas obreiristas européias de André Gorz e Toni Negri.

Uma figura importante desta corrente é o economista francês Benjamin Coriat. Seus livros sobre o taylorismo (*El Taller y el Cronómetro*), sobre a automatização microeletrônica (*El Taller y el Robot*) e sobre o toyo-

tismo (*Pensar al Revés*) foram traduzidos e tiveram ampla difusão na América Latina.¹⁰ Coriat contribuiu, assim como Carlota Pérez, para definir os parâmetros centrais dos novos paradigmas produtivos e para o estudo comparativo da economia de tempo implícita no taylorismo, na cadeia de montagem e na automatização flexível. Este último aspecto foi de grande utilidade para compreender as estratégias empresariais de reestruturação e contribuiu para a elaboração da crítica sindical a esses modelos de organização do trabalho.

Assim como os sociólogos humanistas do pós-guerra, os teóricos do processo de trabalho não conseguiram se desfazer completamente do paradigma do determinismo tecnológico. O mérito da corrente neomarxista do processo de trabalho foi permitir passar das análises estruturais globais para a fábrica como terreno de poder.

Mercados Segmentados, Mercados Duais

Um segundo grupo de economistas do trabalho, voltado para o tema emprego e salários, desenvolveu um modelo não competitivo do mercado de trabalho, no qual se introduzem conceitos como a dualização, a segmentação e a polarização (M. Piore, D. Gordon, R. Edwards, S. Bowles e H. Gintis). Baseando-se no estudo de barreiras à mobilidade dos trabalhadores e em casos de países com regiões subdesenvolvidas, como a Itália, estabeleceram um enfoque alternativo à teoria do capital humano que respondia melhor à questão da discriminação na contratação e na fixação de salários. A idéia básica deste modelo é que o mercado de trabalho não funciona segundo o modelo da concorrência perfeita, que existem fatores institucionais que nele interferem e que são as próprias políticas de emprego internas às empresas que configuram a diferenciação de empregos e salários.

Este novo enfoque do mercado de trabalho foi rapidamente adotado pelos pesquisadores latino-americanos, que, sem abandonar a perspectiva dos movimentos so-

ciais, se voltam para o estudo da exclusão, da precariedade e da informalidade nos mercados de trabalho urbanos (PREALC, 1981). Com isso se produz um deslocamento da Sociologia do Trabalho para a Sociologia do Emprego,¹¹ e as investigações passam a estar fundadas em uma problemática mais econômica que sociológica ou política (Iranzo, 1993; Catalano e Novick, 1992). Deve-se assinalar, aqui, duas orientações. Por um lado, os estudos de tipo estatístico, que permitiram a acumulação de informação e foram o substrato que serviu de base, entre outras coisas, para a formulação de programas sociais focalizados, muito em voga hoje em dia. Por outro lado, toda uma corrente de pesquisa sobre as formas de inserção no mercado de trabalho dos setores sociais mais vulneráveis, em particular mulheres e jovens (Montero, 1993).

Pós-Fordismo e Produção Flexível

Imediatamente depois do choque do petróleo que sacudiu o mundo industrializado em 1974-75 se evidencia a crise do modelo fordista. A preocupação com o tema da competitividade aumentou o interesse pelo estudo empírico do processo de trabalho. De forma ininterrupta até o presente, engenheiros, economistas, sociólogos e administradores de empresas pesquisam e comparam sistemas alternativos de produção industrial. A atenção se concentra, num primeiro momento, nos casos do Japão, Itália e Sudeste Asiático e, mais recentemente, na América Latina (México e Brasil).

No início dos anos 80, o trabalho de Piore e Sabel, *The Second Industrial Divide* (1984), teve uma influência decisiva ao postular uma ruptura entre o modelo taylorista-fordista e as novas formas de organização da produção que colocavam o trabalho humano como aporte central para a eficiência do sistema. Ainda que ambos os autores tenham repensado criticamente a idéia original de uma volta ao trabalho artesanal como fonte de competitividade, suas análises apontaram corretamente a importância do envolvimento do trabalhador e do compromisso do cole-

tivo de trabalho para alcançar os aumentos de produtividade e a flexibilidade sistêmica que exigem as novas condições da concorrência global.

O novo paradigma de especialização flexível exige que se volte a atenção para fora da fábrica a fim de compreender o que ocorre no seu interior. Michael Buroway (1985) chama a atenção para as formas de regulação (*politics of production*) e para os regimes de fábrica. O sistema de relações industriais, a relação empresários-Estado, a qualificação da mão-de-obra, as pressões competitivas que pesam sobre a produção local etc. são fatores que passam a ser crescentemente considerados.

Uma linha de trabalho similar, mais difundida nos ambientes empresariais, é a que dá ênfase à competitividade sistêmica, enfoque inaugurado por Michael Porter, nos anos 80, na Harvard Business School. Os estudos do processo de trabalho se inserem, assim, em uma reflexão que deixa de ser puramente acadêmica. A literatura sobre esses temas é muito vasta, variada e de qualidade irregular.

Vigência e Resistência ao Paradigma Evolucionista na América Latina

A retrospectiva histórica que fizemos até aqui nos permite agora situar a evolução da temática do trabalho na região. A Sociologia do Trabalho latino-americana nasce muito vinculada à Sociologia do Desenvolvimento e, de certa forma, a ela subordinada. Subordinada em parte pelos temas, mas principalmente pelo tipo de construção conceitual que termina produzindo a respeito da classe trabalhadora. A temática básica da Sociologia do pós-guerra pode ser caracterizada como a da *transição* de uma sociedade agrária e tradicional para uma sociedade urbana e industrial.¹² É através desta questão que a Sociologia do Trabalho latino-americana entra no espaço da academia e realiza os primeiros estudos sobre a classe trabalhadora e seus movimentos, com o objetivo de combinar uma reflexão teórica e meto-

dológica com uma base empírica de explicação.¹³

Nos anos 50 e 60, quando ocorre o contato mais intenso com as Ciências Sociais norte-americanas, o problema do controle da força de trabalho não era relevante na América Latina. Os problemas da industrialização tardia, impulsionada pelo Estado, em países sem tradição fabril eram de outra natureza, entre eles, como obter o capital, a maquinaria e o conhecimento técnico necessários à produção industrial.

Por sua vez, os problemas sociais eram concebidos como parte do processo de mudança social, de migração e urbanização aceleradas, com seu corolário, a marginalidade urbana. A questão da classe operária derivava basicamente de uma análise de tipo global, de uma questão externa à sua própria constituição e prática: a natureza da sociedade e, particularmente, de seu processo de transição do "atrasado" para o "moderno".

Marcados por esta preocupação, alguns estudos se dirigem às fábricas com o objetivo de investigar as atitudes e comportamentos políticos dos trabalhadores, sua relação com o sindicato, seu nível de consciência (Lopes, 1964; Touraine e Di Tella, 1967; Rodrigues, 1970¹⁴); outros se dirigem aos sindicatos, privilegiando a análise de sua relação com o Estado e os partidos (Rodrigues, 1966; Simão, 1966; Rodrigues, 1967).

Em *Huachipato y Lota* (Touraine e Di Tella, 1967), por exemplo, estudo de caso de duas empresas chilenas que se tornou um clássico da Sociologia do Trabalho latino-americana, a *situação social* é o conceito que permite analisar o impacto de variáveis estruturais sobre o tipo de consciência operária (origem rural ou urbana, a posição na estratificação social, nível educacional, salário). Os autores incluíram outras variáveis subjetivas (tais como a identidade profissional e a satisfação no trabalho) mas sem conferir-lhes importância na análise. As diferenças observadas no comportamento operário em ambas as empresas foram atribuídas ao fato de estas se encontrarem em dois momentos sucessivos da evolução da industrialização,

na transição de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta e de uma gestão empresarial tradicional para uma administração moderna.

O que chama a atenção é que, apesar da diversidade de temas e níveis de análise, os estudos típicos dessa primeira etapa se desenvolvem em um marco interpretativo e analítico relativamente comum, centrado basicamente em dois aspectos. Em primeiro lugar, as características estruturais do processo de industrialização: seu caráter débil, pouco integrado e tardio, e sua incapacidade de produzir os sujeitos sociais considerados típicos das sociedades modernas. A classe trabalhadora "produzida" pela industrialização latino-americana era relativamente pequena, fortemente condicionada por sua origem rural recente, muito apegada aos valores tradicionais do campo, com grande dificuldade de inserção na sociedade industrial. Isto dificultava e quase impossibilitava a estruturação de formas de ação coletiva minimamente eficazes, assim como formas "adequadas" de consciência de classe.

Em segundo lugar, o peso atribuído ao Estado, em particular à sua capacidade reguladora sobre os trabalhadores e sindicatos (baseada no binômio controle/paternalismo), na definição do "campo possível" de ação da classe operária. Estes fatores, devido à força de sua presença na sociedade e à sua permanência histórica, terminaram também por adquirir, nesta matriz explicativa, uma natureza quase estrutural.

O problema da classe operária e do trabalho aparecia, assim, subordinado e determinado pela dinâmica objetiva da sociedade global (Paoli, Sader e Telles, 1984). Isto terá duas consequências. A primeira, uma maior politização da Sociologia do Trabalho latino-americana que, desde suas origens, aparece vinculada aos temas da mudança social, da dependência, do subdesenvolvimento etc., configurando uma trajetória muito distinta daquela seguida pela Sociologia Industrial norte-americana. Por outro lado, essa característica dificultou a visibilidade e a compreensão de uma série de processos con-

cretos de constituição da classe trabalhadora, terminando por privilegiar a construção de uma imagem da classe definida basicamente pelo negativo: *suas ausências, o que lhe falta, o que ela não é*. Essa visão da classe definida pelo negativo no fundo tinha como parâmetro de referência as formas “clássicas” de organização e ação da classe trabalhadora característica dos países centrais.¹⁵

Nesta matriz explicativa, diante da debilidade dos sujeitos sociais, a centralidade do Estado se afirma por duas vias. Em primeiro lugar, aparece como o sujeito desenvolvimentista e modernizador por excelência (Kay, 1991). Em segundo lugar, como o agente que define os parâmetros da ação da classe trabalhadora e suas formas de organização, configurando limites “objetivos” quase impossíveis de serem transpostos por uma classe operária que deveria ser (em teoria) a protagonista da mudança social e, não obstante, era débil, devido à natureza mesma do processo de industrialização descrito. A argumentação, assim, volta a seu ponto de partida, numa espécie de circularidade do modelo analítico.

Primeira Ruptura: A Recuperação da Perspectiva do Ator

Em meados dos anos 70, muda a questão-chave que marca a Sociologia latino-americana. A polarização central deixa de ser aquela entre uma sociedade atrasada (rural-tradicional) e uma sociedade moderna (urbano-industrial) e se define agora pela oposição entre democracia e ditadura. A preocupação central do pensamento sociológico passa a ser a natureza do regime político e as possibilidades de mudança a esse nível. A experiência societal e histórica que está na base desta mudança na trajetória do pensamento é, certamente, a instauração de ditaduras militares em vários países da região.

A ruptura com o paradigma estrutural-determinista nasce, basicamente, da necessidade de repensar a elaboração anterior sobre a classe trabalhadora a partir das duas grandes derrotas que marcam a região neste momento. Em primeiro lugar, a derrota dos

projetos populistas e reformistas, em que o Estado era visto como um ator central, e, em segundo lugar, a derrota do otimismo nacional-desenvolvimentista.

Esta primeira “crise da modernidade” esteve vinculada às mudanças de modelo econômico derivadas dos golpes militares, mas também à evidência dos limites do processo de industrialização “realmente existente” no período democrático quanto à sua capacidade de reduzir a pobreza e integrar as massas populares. Nesse contexto, a industrialização deixa de ser vista como o grande processo redentor das sociedades latino-americanas.¹⁶

Um elemento central desta ruptura é a crítica ao paradigma que postulava ser o Estado (e a institucionalidade dele derivada) o campo fundamental de constituição das classes sociais (positiva e/ou negativamente). Essa crítica está relacionada ao fato histórico do “fechamento do Estado à experiência social” a partir da instauração das ditaduras militares (Paoli, Sader e Telles, 1984).

Em contraposição, enfatiza-se a autonomia da dinâmica social (e em especial dos atores sociais) como fator dotado de poder explicativo. Ganha força a idéia de que o caráter desses atores não provém diretamente do caráter da sociedade e/ou do Estado. Surgem interpretações que atribuem as características do movimento operário latino-americano menos aos “limites objetivos” postos pela natureza da sociedade e do processo de industrialização, e mais a fatores políticos, tais como as orientações dos sindicatos e/ou partidos e as opções históricas feitas pelos sujeitos sociais em determinadas conjunturas. Recupera-se, assim, uma noção menos determinista da história, em que se afirma o peso da contingência e se estende o campo de ação possível dos sujeitos (e a sua responsabilidade no desenrolar dos acontecimentos).

Entre os autores característicos desta etapa destacam-se F. Weffort (1972a e 1972b), F. Delich (1970), M. Murmis e J.C. Portantiero (1971), J.C. Torre (1974), M. Barrera (1973), J.A. Moisés (1978), G. Campero e J. Valenzuela (1985). Além dos estu-

dos de caráter sociopolítico que buscavam analisar a relação do movimento sindical com determinadas conjunturas ou movimentos políticos (tais como o varguismo e a democratização de 1946 no Brasil, a relação com o peronismo na Argentina), surge uma série de estudos de caso de conflitos e greves operárias — entre elas as grandes greves de 1953 em São Paulo (J.A. Moisés), o *Cordobazo* argentino (F. Delich, E. Jelín) e as greves de Contagem e Osasco no Brasil (F. Weffort) — que tratavam de destacar o papel dos trabalhadores como sujeitos coletivos e a sua possível autonomia.

Sob a influência da Sociologia dos Movimentos Sociais, floresce toda uma vertente de estudos que privilegia a dimensão política, o diagnóstico sobre o sistema de dominação, o estudo dos sindicatos em sua relação com o Estado e os partidos (Zapata, 1985; Clacso, 1985; Campero e Cuevas, 1991; Barrera e Falabella, 1990). Desta maneira, a Sociologia do Trabalho se converte quase que em uma “Sociologia do Sindicalismo”.

Contudo, essa ruptura teórica favoreceu, em alguns países, um retorno da Sociologia às fábricas. Na derrota, intelectuais (e atores sociais) “passam a buscar novos pontos de apoio para a oposição à ordem vigente [...] atribuindo novos significados às práticas sociais que antes haviam estado ocultas pela lógica institucional” (Sader e Paoli, 1986).

O curioso é que, em uma situação sociopolítica *mais negativa* que a do período anterior (do ponto de vista das possibilidades da ação sindical), começa a produzir-se uma imagem *mais positiva* da classe operária; em outras palavras, uma imagem que lhe reconhece uma maior possibilidade de afirmação como sujeito coletivo.

Segunda Ruptura: Reversão Produtiva e Processo de Trabalho

A crise da dívida externa, a globalização da economia e as mudanças nos padrões internacionais de competitividade colocam um fim no modelo de desenvolvimento do pós-guerra. A questão-chave, que passa a sobre-determinar a reflexão dos sociólogos do

trabalho, é a crise do modelo de industrialização por substituição de importações, o impacto social do ajuste e da reconversão exportadora, assim como, do ponto de vista micro, a crise do taylorismo-fordismo e sua manifestação nas situações de trabalho.

A economia volta a ganhar supremacia sobre a política, só que, agora, numa visão muito menos otimista e mais tecnocrática do que aquela que havia predominado na primeira fase. A questão passa a ser como se ajustar aos novos padrões de competitividade dominantes internacionalmente, como recuperar alguma forma de inserção na ordem econômica mundial. Neste sentido, perde vigência a *economia política* característica da primeira etapa, na qual, como vimos, a discussão sobre a industrialização e o desenvolvimento aparecia fortemente marcada por uma idéia de mudança social.

Os novos desafios impostos por esses processos aprofundam a inflexão temática e conceitual da Sociologia do Trabalho que havia sido iniciada na fase anterior. Ampliam-se os temas e ganham importância os estudos sobre a empresa e os processos de trabalho.

O regresso da Sociologia às fábricas, no entanto, se faz, em dois momentos. O primeiro deles, em meados dos anos 70, está basicamente vinculado à questão da democracia e da reconstrução do movimento operário e sindical nas situações autoritárias.

No Brasil, redescobre-se a fábrica em meio à ditadura, quando a questão central *não era* a do processo de trabalho propriamente tal. Tratava-se de indagar sobre as manifestações possíveis da subjetividade operária em condições tão adversas. A questão central era (re)descobrir, na *experiência* dos trabalhadores, na *vivência de suas condições de trabalho*, sua capacidade de resistir aos intentos de destruí-los como sujeito coletivo. Em segundo lugar, examinar suas possibilidades de promover mudanças nas condições de trabalho e de recuperar suas formas próprias de organização e luta, tais como o sindicato, a greve, as negociações coletivas. Em terceiro lugar, discutir as condi-

ções de sua participação na luta democrática desenvolvida mais amplamente pela sociedade.¹⁷

Essa mudança temática, por sua vez, supõe uma mudança conceitual: a análise das práticas dos trabalhadores (sua *experiência*, segundo E.P. Thompson) ganha um novo estatuto teórico, substituindo as razões de natureza estrutural na explicação da formação e da atuação da classe trabalhadora.

O olhar sociológico se volta para a vida cotidiana dos trabalhadores na fábrica, recuperando e ampliando a vigência de um nível de análise presente em alguns estudos da fase anterior. Mas a fábrica será agora iluminada por outra problemática, interpelada por outras questões. A análise não estará mais centrada nas possibilidades de modernização da sociedade ou na adequação das atitudes e orientações dos trabalhadores à vida urbano-industrial, mas sim no binômio dominação-resistência. Alguns estudos chamam a atenção para a forma pela qual a organização capitalista do processo de trabalho se constitui em um fator de individualização e controle dos trabalhadores, dificultando a comunicação entre eles e suas possibilidades de ação coletiva (Leite Lopes, 1976; Pereira, 1979; Maroni, 1982; Durand, 1987). Outros trabalhos analisam de que maneira o conhecimento que os trabalhadores, em especial os mais qualificados, logram preservar do processo de trabalho pode transformar-se em um elemento importante de resistência cotidiana (Frederico, 1978) e, inclusive, de configuração dos primeiros movimentos coletivos sob a ditadura (Frederico, 1979; Maroni, 1982).

O espaço da produção se configura, assim, como um espaço politizado. Rompe-se a dicotomia entre economia (produção) por um lado e política (partidos e sindicatos) por outro, dissociação que havia sido característica dos estudos da primeira etapa (Castro e Leite, 1993).

Na Argentina, por sua vez, também se produz, sob a ditadura, uma “volta à fábrica” por meio da temática das *condições de trabalho*, analisada com referência aos *postos de*

trabalho.¹⁸ Na segunda metade dos anos 80, “o olhar dirigido para o interior da unidade produtiva vai focalizar o *processo de trabalho* como unidade de análise, tanto das condições de trabalho como dos efeitos da mudança tecnológica sobre as mesmas” (Catalano e Novick, 1992, p. 41).¹⁹

O segundo momento situa-se em meados dos anos 80, quando se configura a crise do taylorismo-fordismo. O que se busca na fábrica agora é, muito mais claramente, a análise da natureza do processo de trabalho e das relações de trabalho que surgem ou se transformam nas novas condições. Este tipo de estudo passa a ser significativo em um conjunto mais amplo de países, entre eles Argentina, Brasil, Chile, México, Uruguai, Venezuela (De la Garza, 1993; Humphrey, 1994; Castro e Leite, 1993). Em alguns, como a Venezuela, é a primeira vez que a Sociologia do Trabalho se dirige significativamente às fábricas (Iranzo, 1993). Em outros, como o Chile, se retoma uma trajetória interrompida por muito tempo.

Em alguns destes estudos, o universo da produção continua sendo visto como um espaço de conflito (Carvalho, 1987; Leite e Silva, 1991, entre outros). Em outros, encontramos o predomínio de um determinado tipo de pensamento econômico, despolitizado em relação às grandes questões da mudança social e do desenvolvimento nacional dos anos 50/60, assim como em relação aos estudos de fábrica realizados em fins dos anos 70. Ressurge o tema da *modernização*, identificada agora não com a mudança social, mas sim com a adequação necessária a um novo padrão, um novo *one best way*: o *paradigma pós-fordista*, que supõe um “modelo integrativo de empresa, que tende a apagar as oposições entre os interesses do capital e do trabalho” (Catalano e Novick, 1992, p. 48), e no qual, em geral, o sindicato está ausente.

O Debate Atual: Fordismo Periférico ou Flexibilidade Perversa?

Os sociólogos do trabalho latino-americanos rapidamente absorvem e se inserem na discussão sobre a emergência de novos

paradigmas produtivos surgida a partir da crise do taylorismo-fordismo.

Vale assinalar, como bem observou De la Garza (1993, p. 48), que o conceito de taylorismo-fordismo tem sido utilizado pelos pesquisadores latino-americanos para descrever muito mais um tipo de processo de trabalho que um modelo articulado de produção em massa-consumo de massas.

Além de se posicionar no debate internacional (a respeito do significado das transformações ocorridas no Japão, Europa e Estados Unidos), a discussão se desenvolve no sentido de analisar as relações entre esses processos e a realidade latino-americana: aprofundamento/superação de formas tayloristas de produção; necessidade/factibilidade de aplicação das “técnicas japonesas”; viabilidade/caminhos de constituição dos *modelos de especialização flexível* ou *lean production*.

Configuram-se duas vertentes básicas. A primeira delas toma as tendências presentes no debate internacional como um modelo, posicionando-se como se já estivesse definido um novo *one best way*, radicalmente distinto do fordismo, cuja difusão é inexorável nos países desenvolvidos e que terá de ser inevitavelmente seguida pelo resto. As empresas (ou países) que não o fizerem perderão a última possibilidade de (re)inserção na economia internacional.

A pesquisa conduzida sob essa orientação tem se voltado para o exame de até que ponto este modelo está-se implantando na América Latina e o que falta para alcançá-lo. O discurso analítico se confunde muitas vezes com o discurso propositivo, ou “a tentativa de apreender a realidade se confunde com a tentativa de formular um novo projeto, que seria superior ao que entrou em crise” (Díaz, 1993).

A conclusão destes estudos, em geral, é observar, em alguns poucos casos, a *proximidade* da realidade com o modelo (quando se analisam algumas empresas “de ponta” dos setores “de ponta” — as *best practices* locais), ou, na grande maioria dos casos, sua *distância*, principalmente no que se refere às novas formas de organização do trabalho, à

precariedade da política de recursos humanos, à reprodução de relações de trabalho autoritárias e pouco participativas.

A segunda vertente é mais relativista e não aceita a inexorabilidade de um novo *one best way* que, sendo discutível nos países desenvolvidos, muito mais o seria na América Latina. Sua preocupação tem sido fundamentalmente buscar a singularidade das experiências observadas, enfatizando as diferenças e as particularidades (*entre empresas, setores e países*) dos processos de modernização produtiva em curso, pensadas não como *etapas* distintas de um mesmo processo cujo sentido já está dado, mas sim como distintos *estilos* de modernização tecnológica.

Essa segunda tendência tem sido até agora bastante fértil, produzindo material empírico de boa qualidade, que tem ajudado a avançar muito o conhecimento da realidade do trabalho na região. Um conjunto de estudos recentes sobre os novos paradigmas produtivos, por exemplo, tem procurado demonstrar que o taylorismo-fordismo não está sendo substituído pela “utopia pós-fordista” (De la Garza, 1993, p. 45) e que, longe de implantar-se o paradigma da especialização flexível, o que se difunde são práticas de precarização do emprego, das condições de trabalho e dos salários. Afirmam que pouco se avançou em termos de uma nova relação capital-trabalho (Carrillo, 1993), configurando uma espécie de *flexibilidade espúria* que, a longo prazo, pode ser mais perversa que virtuosa em termos da sustentabilidade do desenvolvimento.

No entanto, passada essa primeira fase de acúmulo, esta segunda vertente corre o risco de perder-se na singularidade (risco que muitas vezes se reflete, metodologicamente, na utilização reiterada e quase exclusiva de estudos de caso ao nível de empresas) e na afirmação (ou reiteração) do particular, contribuindo pouco, dessa forma, para a “elaboração de uma ou várias teorias de nível intermediário” (Díaz, 1993) que permitam superar a incapacidade de generalizar e, portanto, de chegar a conclusões (ainda que

provisórias) sobre os grandes temas em debate.

Conforme observado por vários autores (De la Garza, 1993; Díaz, 1993; Castro e Leite, 1993; Humphrey, 1994), esses problemas podem fazer com que essa vertente encontre seu limite, o que evidenciaria a necessidade de um novo salto dentro da trajetória iniciada nos anos 80.

Conclusões

As Ciências Sociais da região não têm estado alheias à evolução dos paradigmas produtivos nos países industrializados, nem aos enfoques teóricos que têm dado conta desse processo. A trajetória interpretativa que se observa nos estudos do trabalho permite visualizar um duplo movimento intelectual, tanto na fase da industrialização substitutiva como na fase da globalização. Uma parte significativa da produção sociológica latino-americana, como se viu, toma a experiência dos países industrializados como *um modelo paradigmático*, diante do qual não resta outra alternativa senão identificar os vazios e carências de uma realidade "atrasada". A outra, apesar de ter também o debate internacional como referência, não abdica do propósito de identificar e analisar as formas e caminhos próprios de organização da produção e do trabalho existentes na região e em cada país em particular, reconhecendo a presença dos atores e de suas estratégias, e, portanto, o conflito social como parte constitutiva do processo de definição dos novos modelos.

A especificidade da trajetória da Sociologia do Trabalho latino-americana em face dos paradigmas teóricos estrangeiros pode ser explicada por muitas razões. Em parte porque a realidade da industrialização tardia não se ajustava ao ritmo e extensão desse mesmo processo nos países centrais. Por outro lado, porque os modelos não podiam ser aplicados de forma simples a um contexto produtivo caracterizado pela heterogeneidade estrutural e pela precária participação dos sujeitos sociais no sistema político. Mas também porque a inserção das Ciências Sociais

nas sociedades latino-americanas seguiu padrões muito diferentes, caracterizando-se pela distância entre a prática científica e o mundo da empresa, o compromisso social e político dos intelectuais, a restrição à investigação social durante os anos de autoritarismo e o recuo da reflexão crítica na fase de liberalização.

Nesse contexto, não são de estranhar alguns dos traços dos estudos do trabalho que foram ressaltados neste ensaio. De forma sucinta, recordemos alguns deles: (a) a chegada relativamente tardia da Sociologia às fábricas; (b) o predomínio do enfoque da mudança social; (c) o interesse pelo ator sindical e pelo sujeito operário coletivo; (d) a centralidade do tema do poder (do político) em relação à análise da tecnologia e da situação de trabalho; (e) os paradoxos dos processos de *industrialização truncada, modernização selvagem e flexibilidade perversa*.

A principal contribuição dos estudos do trabalho na América Latina não se situa, portanto, no mesmo plano que a da Sociologia Industrial americana e da Sociologia do Trabalho francesa, na medida em que nem a indústria, nem as situações específicas de trabalho foram, durante um longo período, seu centro de interesse. Como procuramos demonstrar neste artigo, as Ciências Sociais na região estiveram, numa primeira etapa, muito vinculadas aos problemas do desenvolvimento e foram permeáveis a uma estratégia de modernização social controlada pelo Estado. Os problemas centrais eram a tomada de consciência, a articulação de sujeitos sociais e sua integração ao processo de *industrialização/urbanização*.

Os regimes autoritários e as políticas neoliberais significaram uma ruptura radical nessa trajetória. Se, na primeira fase, os atores se constituíam com referência ao Estado, sob as ditaduras (re)descobre-se o social como campo de configuração dos sujeitos e de sua possível autonomia. Na etapa do ajuste, os temas da competitividade e da eficiência passam a sobredeterminar a reflexão, levando novamente a um segundo plano o tema dos sujeitos coletivos. Poder-se-ia dizer, as-

sim, que se passou do predomínio do político ao predomínio do econômico. Surge então a pergunta: estamos diante de uma "perda de objeto" das Ciências Sociais?

Parece-nos que não, já que neste artigo constatamos uma grande vitalidade da pesquisa sobre o emprego e o trabalho na região. As mudanças nas situações de trabalho e na configuração da classe trabalhadora, associadas aos processos de reconversão exportadora, privatização e introdução de novas tecnologias, abriram um campo importante para a investigação. O trabalho e a empresa são, como nunca antes, um espaço de interesse para acadêmicos, funcionários pú-

blicos e consultores privados, ainda que isto nem sempre se traduza em maiores recursos para a pesquisa. Quando a formulação de políticas públicas deixar de ser vista exclusivamente como um problema econômico, não se poderá postergar por muito tempo a reflexão teórica sobre as bases sociais do novo modelo de desenvolvimento. É aí que aparece a riqueza e complexidade da realidade do trabalho e a importância da investigação nesse terreno.

(Recebido para publicação
em julho de 1995)

Notas

1. Este esforço foi fortemente estimulado pela realização do Primeiro Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho (México, novembro de 1993) e do Primeiro Encontro Latino-Americano de Estudos do Trabalho (Porto Rico, maio de 1994).
2. Para isso tomamos como referência as publicações de que dispomos e as resenhas apresentadas no Primeiro Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho. Este material se refere principalmente a Argentina, Brasil, Chile, México, Peru e Venezuela.
3. Apesar de a criação de uma seção de Sociologia Industrial no Congresso Anual da American Sociological Society ocorrer apenas em 1946.
4. Exemplo disso foi a reunião em Nova Iorque, em 1951, de um grupo de líderes empresariais e de personalidades acadêmicas para discutir o tema "Criando uma civilização industrial".
5. O livro de C. Kerr *et al.*, *Industrialism and Industrial Man* (1960), ilustra muito bem qual foi a base teórica desta estratégia.
6. Em sua edição do 20.º aniversário, a revista *Sociologie du Travail* reconhece o predomínio do paradigma tecnológico, apesar de que alguns investigadores, como J. D. Reynaud, P. Dubois e C. Durand, insistissem na autonomia da consciência operária em relação à divisão do trabalho.
7. A investigação realizada por A. Touraine, C. Durand e outros em *Les Ouvriers et le Progrès Technique*, em meados dos anos 60, é um típico exemplo dessa perspectiva.
8. Ver a reflexão publicada na revista *Actual Marx*, 1992 e 1993.
9. Qualificados assim por suas posições progressistas, de corte neomarxista.
10. Chama a atenção a sua participação no primeiro seminário *Revolución Tecnológica y Empleo*, realizado no México em 1985. Seus trabalhos foram divulgados antecipadamente por J.C. Neffa no Cone Sul.
11. Para uma resenha desta evolução ver C. Montero-Casassus (1980).
12. Esta questão teórica correspondia à "sensação coletiva" existente em vários grupos sociais de que esta era a experiência fundamental vivenciada no período (Sader e Paoli, 1986, p. 47).

13. Antes disso, as principais fontes de informação disponíveis sobre a classe trabalhadora eram: (a) documentos políticos-programáticos de partidos; (b) testemunhos de militantes sindicais e políticos (principalmente anarquistas e comunistas). Essa foi uma característica comum a vários países latino-americanos, entre eles o Brasil (Sader e Paoli, 1986; Castro e Leite, 1993), o México (De la Garza, 1993) e a Venezuela (Iranzo, 1993).
14. A pesquisa é de 1963.
15. Em dois ensaios sobre os caminhos de constituição da Sociologia do Trabalho no Brasil, Sader e Paoli (1986) e Paoli, Sader e Telles (1984) mostram como se termina construindo uma imagem da classe trabalhadora que subsiste e se superpõe aos próprios conceitos elaborados para descrever e interpretar seu movimento. Esta imagem é basicamente a de sua incapacidade de ação coletiva e autônoma e de sua subordinação ao Estado, dadas pelas determinações estruturais da sociedade brasileira.
16. Segundo Kay (1991, p. 103), já no início dos anos 60 os teóricos da Cepal, principais formuladores do paradigma da industrialização por substituição de importações, começaram a publicar uma série de críticas às características do processo de industrialização latino-americano enfatizando estes dois aspectos.
17. Do conjunto de trabalhos produzidos com esta preocupação podemos assinalar os de C. Frederico (1978 e 1979), J. Humphrey (1979 e 1982), A. Maroni (1982), V.M. Durand (1987), L. Abramo (1986) e H. Faria (1986).
18. Destaca-se o trabalho realizado pelo CEIL-CONICET e pelo Grupo de Condições e Meio Ambiente de Trabalho do Clacso. Dentre as principais publicações podemos citar Neffa *et al.* (1986) e Novick *et al.* (1987).
19. Entre os trabalhos característicos desta etapa destacamos: Walter (1985); Walter, Testa e Ruffier (1987); Gáldiz (1988); Neffa (1989); Casalet (1989); Novick e Lavigne (1990); Novick (1991).

Bibliografia

- Abramo, L.
1986 *O Resgate da Dignidade. As Greves de 1978 em São Bernardo*. Tese de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP.
- Arango, L.G.
1991 *Mujer, Religión e Industria Fabricato 1923-1982*. Bogotá, Universidade Externado de Colombia.
- Barrera, M.
1973 *El Conflicto Obrero en el Enclave Cuprífero*. Santiago, Instituto de Economía e Planeamiento, Universidade do Chile.
- Barrera, M. e Falabella G.
1990 *Sindicatos Bajo Regímenes Militares*. Santiago, UNRISD-CES.
- Braverman, H.
1975 *Trabajo y Capital Monopolista*. México, Editorial Nuestro Tiempo.
- Briones, G.
1963 *El Empresario Industrial en América Latina*. Buenos Aires, Cepal.
- Buroway, M.
1985 *The Politics of Production*. Nova Iorque, Verso.

- Campero, G. e Valenzuela, J.
1985 *El Movimiento Sindical Chileno en el Capitalismo Autoritario (1973-1981)*. Santiago, ILET.
- Campero, G. e Cuevas, A.
1991 *Sindicatos y Transición Democrática*. Santiago, Planeta-ISCOS/CISL-Clasco, Coleção El Sindicalismo Latinoamericano en los Noventa.
- Carrillo J. (ed.)
1993 *Condiciones de Empleo y Capacitación en las Maquiladoras de Exportación en México*. México, Secretaria do Trabalho /El Colegio de la Frontera Norte.
- Carvalho, R.Q.
1987 *Automação e Trabalho na Indústria Automobilística*. Brasília, Ed. da UnB/MIC/OIT/PNUD/Iplan.
- Casalet, M.
1989 *Tecnología y Organización del Trabajo. La Industria Metalmeccánica Argentina*. Mexico, UAM-Xochimilco.
- Castro, N. e Leite, M.
1993 "A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações". *BIB*, Rio de Janeiro, Relume Dumará/Anpocs, n. 37, 1.º semestre.
- Catalano, A.M. e Novick, M.
1992 "Relaciones Laborales y Sociología del Trabajo: A la Búsqueda de una Confluencia". *Sociedad*, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires, n. 1 (Las Ciencias Sociales en el Fin de Siglo), outubro.
- Coriat, Benjamin
1982 *El Taller y el Cronómetro*. Madri, Siglo XXI.
1990 *El Taller y el Robot. Ensayo sobre el Fordismo y la Producción Masiva en la Edad de la Electrónica*. México, Siglo XXI.
1992 *Pensar al Revés. Trabajo y Organización en la Empresa Japonesa*. México, Siglo XXI.
- Clasco
1985 *El Sindicalismo Latinoamericano en los Ochenta*. Santiago, Clasco.
- Colloque de Dourdan
1978 *La Division du Travail*. Paris, Groupe de Sociologie du Travail, Editions Galilée.
- De La Garza, E.
1993 "Reestructuración Productiva y Respuesta Sindical en América Latina 1982-1993". *Sociología del Trabajo*, Madri, n. 19.
- De La Garza, E.; Carrillo, J. e Zapata, F.
1994 "Los Estudios sobre el Trabajo en México". *Revista de Economía y Sociología del Trabajo*, Madri, Ministério del Trabajo y Seguridad Social, ns.23-24 (La Sociología del Trabajo en América Latina).
- Delich, F.
1970 *Crisis y Protesta Social: Córdoba, Mayo de 1969*. Buenos Aires, Signos.
- Díaz, A.
1993 *Industria y Especialización Flexible en América Latina (Apuntes para la Discusión)*. Paper apresentado no SSRIC Workshop Industrial Governance and Labor Flexibility in Comparative Perspective, Nova Iorque, setembro.
- Durand, V.M.
1987 *Crisis y Movimiento Obrero en Brasil*. Cidade do México, UNAM.

- Edwards, R.
1979 *Contested Terrain*. Nova Iorque, Basic Books.
- Faria, H.
1986 *A Experiência Operária nos Anos de Resistência: A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário*. Tese de Mestrado, São Paulo, PUC-SP.
- Frederico, C.
1978 *Consciência Operária no Brasil*. São Paulo, Ática.
1979 *A Vanguarda Operária*. São Paulo, Símbolo.
- Friedmann, G.
1966 "Prefácio". In Touraine, A. e Di Tella, T., *Huachipato y Lota*, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique.
- Gáldiz, A.
1988 *Cambio Tecnológico y Organización: División Técnica del Trabajo y Mobilización de Saberes en Argentina*. Buenos Aires, Eudeba.
- Galofré, F.
1970 *Entrepreneurial and Governmental Elites in Chilean Development*. University Microfilm International.
- Garretón, M.A.
1983 *La Faz Sumergida del Iceberg*. Santiago, Ediciones CESCO.
- Gorz, A.
1973 *Critique de la Division du Travail*. Paris, Seuil.
- Humphrey, J.
1979 "Operários da Indústria Automobilística no Brasil: Novas Tendências no Movimento Trabalhista". *Estudos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, n. 23.
1982 *Fazendo o Milagre (Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística)*. Rio de Janeiro, Vozes/Cebrap.
1994 "Nuevas Cuestiones en la Sociología del Trabajo". *Revista de Economía y Sociología del Trabajo*, Madri, Ministério del Trabajo y Seguridad Social, ns. 23-24 (La Sociología del Trabajo en América Latina).
- Iranzo, C.
1993 "La Sociología del Trabajo en Venezuela". *Revista de Economía y Sociología del Trabajo*, Madri, Ministério del Trabajo y Seguridad Social, ns. 23-24 (La Sociología del Trabajo en América Latina).
- Jelin, E.
1974 "Espontaneidad y Organización en el Movimiento Obrero". *Revista Latino-Americana de Sociología*, Buenos Aires, n. 2 (nueva época).
- Kahl, J.
1976 *Modernization, Exploitation and Dependency in Latin America*. New Brunswick, Transaction Books.
- Kay, C.
1991 "Teorías Latinoamericanas del Desarrollo". *Nueva Sociedad*, Caracas, ILDIS, n. 113.
- Kerr, C.; Dunlop, J.T.; Harbison, F. e Myers, C.A.
1960 *Industrialism and Industrial Man*. Harvard University Press.

- Leite Lopes, J.S.
1976 *O Vapor do Diabo (O Trabalho dos Operários do Açúcar)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Leite, M. e Silva, R.
1991 *Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Prática de Resistência*. São Paulo, Iglu-ILDES-Labor.
- Lopes, J.B.
1964 *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo, Difel.
- Mallet, S.
1963 *La Nouvelle Classe Ouvrière*. Paris, Seuil.
- Maroni, A.
1982 *A Estratégia da Recusa*. São Paulo, Brasiliense.
- Moisés, J. A.
1978 *Greve de Massa e Crise Política*. São Paulo, Editora Polis.
- Montero, C.
1993 "Los Problemas de la Integración Social: Empleos Masculinos y Femeninos de Fácil Acceso". *Proposiciones*, Santiago, SUR, n. 24.
- Montero-Casassus, C.
1980 "Le Marché du Travail comme Niveau d'Analyse de Structure de Class". *Sociologie du Travail*, Paris.
- Montero-Casassus, C. e Desmarez, P.
1985 "La Sociologie Industrielle Américaine: Origines, Éclatement et Retour à l'Atelier". In *Le Travail et sa Sociologie*, Paris, L'Harmattan.
- Montgomery, N.
1979 *Workers' Control in America*. Cambridge University Press.
- Moore, W. E.
1946 *Industrial Relations and the Social Order*. Nova Iorque, MacMillan.
- Murmis, M. e Portantiero, J.C.
1971 *Estudios sobre los Orígenes del Peronismo*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- Neffa, J.C.
1989 *Nuevas Tecnologías, Proceso de Trabajo y Condiciones de Trabajo*. Buenos Aires, Fundação Friedrich Ebert.
- Neffa, J.C. et al.
1986 *Las Condiciones de Trabajo en la Argentina*. Buenos Aires, CEIL-Humanitas, 3 tomos.
- Noble, D.
1977 *America by Design*. Oxford University Press.
- Novick, M.
1991 "Nuevas Tecnologías de Gestión y Acción Sindical. Los Metodos Japoneses de Producción en la Industria Argentina". *Estudios del Trabajo*, Ministerio del Trabajo y Seguridad Social, n. 1, 1.º semestre.
- Novick, M. e Lavigne, E.
1990 "Nuevas Tecnologías de Gestión: Una Alternativa Hacia un Nuevo Modelo de Empresa?". *Documento de Trabajo*, CEIL-CONICET, n. 20.

- Novick, M. *et al.*
1987 *Condiciones de Trabajo en América Latina*. Buenos Aires, Clasco-CONICET.
- Paoli, M.C.; Sader, E. e Telles, V.
1984 "Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico". *Revista Brasileira de História*, Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH), n. 6.
- Pereira, V.
1979 *O Coração da Fábrica*. Rio de Janeiro, Campus.
- Piore M. e Sabel C.
1984 *The Second Industrial Divide*. Nova Iorque, Basic Books.
- PREALC
1981 *Sector Informal: Funcionamiento y Políticas*. Santiago, PREALC.
- Rama, G. e Silveira, S.
1991 *Políticas de Recursos Humanos de la Industria Exportadora de Uruguay*. Cinterfor-Cepal.
- Rodrigues, A.
1967 *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel.
- Rodrigues, L.M.
1966 *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel.
1970 *Industrialização e Atitudes Operárias*. São Paulo, Brasiliense.
- Rose, M.
1979 *Servants of Post Industrial Power*. Londres, MacMillan.
- Sader, E. e Paoli, M.C.
1986 "Sobre Clases Populares no Pensamento Sociológico". In Cardoso, R. (org.), *A Aventura Antropológica*, São Paulo, Brasiliense.
- Simão, A.
1966 *Sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus Editora.
- Sulmont, D.
1993 "Sociología del Trabajo en el Perú, un Balance". *Revista de Economía y Sociología del Trabajo*, Madrid, Ministerio del Trabajo y Seguridad Social, ns.23-24 (Sociología del Trabajo en América Latina).
- Tanguy, L.
1986 *L'Introuvable Relation Formation/Emploi*. Paris, La Documentation Française.
- Torre, J.C.
1974 *El Proceso Político Interno de los Sindicatos en Argentina*. Buenos Aires, CIS.
- Touraine, A.
1992 *Critique de la Modernité*. Paris, Fayard.
- Touraine, A. e Di Tella, T.
1967 *Huachipato et Lota*. Paris, Centre National de la Recherche Scientifique.
- Touraine, A.; Durand, C. e Dofny, J.
1966 *Les Ouvriers et le Progrès Technique*. Paris, Armand Collin.
- Tripier, P.
1991 *Du Travail à l'Emploi. Paradigmes, Idéologies et Interactions*. Editions de l'Université de Bruxelles.

- Walter, J.
1985 *Taylorización en una Empresa Autopartista*. Tese de Doutorado.
- Walter, J.; Testa, J. e Ruffier, J.
1987 "Los Saberes de la Informatización en la Industria Argentina". *Documento de Trabajo*, Buenos Aires, CONICET-ORSTOM, n. 17.
- Warner, W.L. e Low J.
1947 *The Social System of the Modern Factory*. Yale University Press.
- Weffort, F.
1972a *Sindicatos y Política*. Tese de Livre-Docência, São Paulo, FFLCH-USP.
1972b "Participação e Conflito Industrial: As Greves de Osasco e Contagem". *Cadernos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, n. 6.
- Whyte, W.F.
1946 *Industry and Society*. Nova Iorque, MacGraw Hill.
- Zapata, F.
1985 "Vers une Sociologie du Travail Latinoaméricaine". In *Le Travail et sa Sociologie*, Paris, L'Harmattan.

Abreu, Lucimar Santiago de

Transformações Tecnológicas na Agricultura: Processo de Trabalho e Relações Sociais em Guaíra (SP). Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1994, 187 pp. Orientadora: Maria de Nazareth B. Wanderley.

Avalia o impacto causado pelo processo de transformação tecnológica no trabalho agrícola e nas relações sociais do meio rural de Guaíra (SP). A questão foi tratada a partir da reconstituição do processo de desenvolvimento econômico e social de Guaíra e a investigação foi orientada no sentido de acompanhar a evolução do setor rural. Para execução da pesquisa adota os seguintes procedimentos: informações mediante questionários e entrevistas orais com antigos produtores e que atualmente são produtores irrigantes. Aponta para a importância da produção familiar dentro do conjunto de explorações agrícolas de Guaíra. Com a técnica, a produção familiar passa a funcionar a partir de uma racionalidade econômica e o trabalho assalariado passa a ser fundamental; no entanto, não exclui a família do produtor irrigante da participação direta do processo produtivo. Procura demonstrar que ao ser adotada em larga escala no município, a irrigação ajudou a contornar o problema da sazonalidade do trabalho rural, devido principalmente às características da produção irrigada de Guaíra.

Almeida, Carla Cristina Lima de

Formação e Estratégia de Discursos sobre Sexualidade nas Escolas Públicas do Rio de Janeiro. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1994, 100 pp. Orientadora: Bila Sorj.

Analisa a formação do discurso sobre sexualidade no Rio de Janeiro por meio das propostas formuladas pelo poder público sobre educação sexual nas escolas. Considerando o fenômeno de publicização e especialização que vem marcando este debate, são enfocados os agentes discursivos e suas posições relativas na dinâmica do "campo". Destacam-se, entre esses agentes, os especialistas de saúde (sanitaristas), a educação, as feministas e os "moralistas" sociais. Os especialistas da área da educação expressavam, notadamente na década de 60, uma maior preocupação com o tema da educação sexual nas escolas. Contudo, nesta pesquisa demonstra-se que esta posição foi gradativamente suplantada pela perspectiva sanitária. Esta, articulada à ideologia do desenvolvimento, tem sido referência de negociação para as propostas de educação sexual nas escolas envolvendo temas como, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. A realização de um estudo de caso de uma proposta governamental no Rio de Janeiro (projeto AIDS e a escola) permitiu abordar o campo discursivo sobre sexualidade de uma maneira mais dinâmica. Isto se faz necessário porque o

“campo” é uma estrutura instável, pois está submetido a diferentes contextos sociais e representações especialistas.

Andrade, Edinara Terezinha de

A Experiência de Participação Popular no Município de Lages (Gestão 1977-82): Transição a um Clientelismo de Massas. Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 1994, 219 pp. Orientador: Paulo José Krischke.

Estudo dos microfundamentos que possibilitaram a institucionalização do clientelismo de massas enquanto mecanismo principal de intermediação entre a população e o poder local no município de Lages (SC) — a partir da experiência de participação popular realizada durante a gestão do prefeito Dirceu Carneiro (1977/82) — destacando a influência desse novo tipo de interação na produção de valores democráticos entre o público de massas. O estudo foi dividido em três partes, sendo a primeira uma análise dos antecedentes que propiciaram a emergência do discurso de participação popular, entre alguns setores da oposição democrática, na década de 70; a segunda parte constitui-se de um estudo das relações historicamente produzidas no município, em que são percebidos três tipos predominantes de intermediação entre a população e o poder local: clientelismo diádico, clientelismo de quadros e clientelismo de massas; a terceira parte apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no bairro Habitação de Lages. O estudo evidencia a necessidade de aprofundamento teórico do conceito de clientelismo.

Buenos Ayres, Carlos Antônio Mendes de Carvalho

Breus, Serra onde Deus Habita, Berço de uma Nova Civilização: Um Movimento Messiânico-Milenarista em Gestação no Nordeste, Buique (PE). Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1994, 187 pp. Orientador: Roberto Mauro Cortez Motta.

O problema em estudo refere-se à longa gestação de um movimento messiânico de cunho milenarista, em pleno sertão pernambucano, cujo líder carismático, Cícero José de Faria, mais conhecido como “Israel”, de presumidos 112 anos de idade, congrega um total de 33 famílias em torno de um projeto de construção de um “paraíso” terrestre — segundo ele, sob inspiração divina — que sobreviverá a um hipotético apocalipse. Procurando compreender, interpretar e explicar o caráter essencial dessa manifestação coletiva de natureza mística, por meio de sua estrutura, funcionamento e evolução, nos moldes de um estudo de caso, este estudo preocupa-se também em situar o fenômeno em apreço no quadro dos eventos essencialmente religiosos, captado em toda a sua extensão fenomenológica, sem perder de vista o seu vínculo dialético com as condições sociais objetivas que por sua vez fornecem os elementos explicativos que dão conta de seu aparecimento. Desse modo, não se procura apenas descrever de forma compreensiva e/ou interpretativa o fenômeno considerado, procura-se também explicá-lo a partir tanto das condições sócio-histórico-estruturais quanto do conjunto de significados engendrados pelos próprios sujeitos da pesquisa.

Barreto, Paulo Sérgio

O Caracol e o Caramujo: Artistas & Cia. na Cidade. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1994, 157 pp. Orientador: Renato Ortiz.

Da virada do século até os anos 70, foi engendrado na produção artística um discurso sobre a arte e a cultura como referência de e para Campinas. Tal discurso impossibilita a atuação na formação e na consolidação do mercado cultural, de sua profissionalização de diversas fontes, possibilitou-se estabelecer duas bases de interpretação sobre a produção artística da cidade. A primeira, faz referência à atuação e apropriação da atividade por determinados gru-

pos sociais como processo de exclusão e distinção social. A segunda marca a atuação, nos anos 80, de uma prática artística em busca da democratização cultural. Constatou-se que a autonomia no campo artístico decorre da profissionalização e da feitura de uma política cultural estimuladora da reflexão, da universalização e do acesso da arte e da cultura a distintos grupos sociais.

Castro, Marco Luiz Valdetaro de

Entre o Japão e o Brasil: A Construção da Nacionalidade na Trajetória de Vida de Hiroshi Saito. Mestrado em Antropologia Social, IFCH/Unicamp, 1994, 240 pp. Orientador: Guillermo Raul Ruben.

O objetivo da dissertação é reconstituir a trajetória de vida de Hiroshi Saito por ter ele vivido, entre o Japão e o Brasil, o drama do imigrante, tornando-se, por suas ações e obras, um “modelo de aproximação” para se compreender o dilema da própria imigração japonesa e das identidades resultantes. A conclusão do trabalho aponta que a configuração da identidade de Saito, e, mais amplamente, dos *nikkei*, é fruto de uma articulação entre elementos culturais e prático-formais (jurídicos) do Brasil e do Japão. Assim, o caráter nacional dos *nikkei* é visto como portador de conteúdos semânticos superpostos que incluem uma nacionalidade em sentido estrito e uma transnacionalidade, elementos que variam no tempo de acordo com o contexto social, político e econômico brasileiro e japonês.

Coelho, Maria Beatriz Ramos de Vasconcellos

Escola Sindical 7 de Outubro: Construção de uma Identidade — Reconstrução Simbólica do Mundo. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 1994, 244 pp. Orientadora: Maria Lígia de Oliveira Barbosa.

Busca, mediante análise de depoimentos e textos produzidos pelos membros da Escola Sindical 7 de Outubro (uma das cinco escolas sindicais vinculadas à Central Única dos Trabalhadores — CUT), observar o que ela tem de original em relação à formação de dirigentes e lideranças sindicais e em que medida participa da construção da difusão de representações e práticas coletivas que buscam a edificação de uma nova ordem política, econômica, social e cultural para o País. Essas representações e práticas são inovadoras não só em relação às hegemônias, mas também à da própria esquerda, ainda que dentro do campo da esquerda.

Cruz, Dulce Márcia

A RBS em Santa Catarina: Estratégias Políticas, Econômicas e Culturais na Conquista do Mercado Televisivo Regional. Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 1994, 166 pp. Orientadora: Tamara Benakouche.

Analisa as estratégias políticas, econômicas e culturais que levaram a Rede Brasil Sul de Comunicações — RBS, da família gaúcha Sirotsky, a conquistar a liderança entre as emissoras de televisão catarinenses, entre 1979 e 1992. Como estratégia de implantação, a RBS articulou-se politicamente com as elites dominantes do estado e de Brasília para conquistar a concessão da TV Catarinense de Florianópolis. Na fase de consolidação do grupo, as estratégias políticas tomaram a forma da atuação organizativa, enquanto as estratégias econômico-tecnológicas consistiram na implantação de uma rede própria de microondas acompanhada de um sistema local de captação de anúncios publicitários. Dentre as estratégias culturais, destacou-se a prioridade à produção local (principalmente jornalística) como espaço de difusão de cultura regional, apoiada ao mesmo tempo na programação da Rede Globo. A pesquisa foi feita mediante entrevistas e levantamento documental e hemerográfico em arquivos e órgãos públicos, associações patronais de classe, e dentro da própria RBS.

Cunha, José Marcos Pinto da

Mobilidade Populacional e Expansão Urbana: O Caso da Região Metropolitana de São Paulo. Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 1994, 311 pp. Orientador: Juarez Brandão Lopes.

A partir dos dados censitários de 1980, elabora um estudo dos movimentos migratórios internos na Região Metropolitana de São Paulo na década de 70, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo. No primeiro caso é feito um diagnóstico detalhado do fenômeno, sendo abordados aspectos relativos aos fluxos migratórios estabelecidos, seus volumes e direções, e as principais áreas de origem e destino dos movimentos. A análise qualitativa visa não apenas caracterizar os migrantes intrametropolitanos segundo o fluxo a que pertencem, em termos de seus atributos demográficos (idade, sexo, estrutura familiar) e socioeconômicos (ocupação, renda e situação habitacional), mas também procura demonstrar a estreita relação existente entre tais características e os condicionantes mais próximos dos movimentos, ou seja, aqueles ligados ao mercado de terra e de trabalho. Considera-se que tais condicionantes criam uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos que, por sua vez, influenciam na decisão de migrar das famílias ou indivíduos. Portanto, as características dos migrantes dependeriam da forma e intensidade como cada um destes fatores se expressaria nas diversas áreas de destino dos fluxos migratórios. Em concordância com este pressuposto, demonstra-se a existência de nítidas diferenças entre os migrantes cujos municípios de destino apresentavam distintos níveis de desenvolvimento urbano-industrial.

Figueiredo, Adriana Maria de

A Constituição Profissional da Medicina Homeopática na Interação com a Medicina Alopática. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 1994, 200 pp. Orientadora: Maria das Mercês Gomes.

A medicina homeopática surge como saber concorrente ao da medicina ocidental moderna e, portanto, em luta pela conquista do monopólio de exercer as funções médicas na sociedade. O tema central da dissertação é a interação que se estabelece entre as duas medicinas em seu processo de consolidação profissional, sob a perspectiva da sociologia das profissões. A análise enfatiza a organização do saber e da prática médica homeopática em Belo Horizonte e procura compreender as estratégias dos médicos homeopatas para se estabelecerem como profissionais em face do modelo instituído pela medicina alopática e as conseqüências desse processo para a prática homeopática.

Follmann, José Ivo

Religion, Politique et Identité. Christianisme de la Libération au sein du Parti des Travailleurs au Brésil (1979-89). Recherche Sociologique sur l'Identité des Catholiques Engagés dans ce Parti et sa Signification au Niveau du Parti et de l'Eclipse. Doutorado em Sociologia, Departamento de Ciências Políticas e Sociais, Université Catholique de Louvain, Bélgica, 1994, 441 pp. Orientador: Jean Remy.

Tomando como ponto de partida uma ampla observação — empírica e cuidadosa delimitação da problemática, antecedentes históricos, estrutura e conjuntura da sociedade brasileira, o “acontecimento” PT, o debate concreto sobre a relação “religião e política” —, a questão “qual é a identidade dos católicos no PT (1979-1989)?” foi referida também a um pressuposto fundamental marcando todo o processo da pesquisa: “o ser humano é um ser de projeto”. Este pressuposto está presente sobretudo na conceituação de identidade. O conceito foi elaborado a partir de um diálogo fecundo entre a constatação empírica (observações iniciais, 54 entrevistas, 143 questionários respondidos: análises qualitativas e quantitativas) e a discussão teórica

(lançando mão de paradigmas teóricos diferentes: movimentos sociais, campos de atividade, sujeito individual). A questão da identidade foi colocada como sendo sempre o resultado de uma construção ao mesmo tempo social e pessoal (em uma complexa interação manifesta por meio dos projetos, das estratégias e das trajetórias vividas). Ao lado de outros resultados e de boas perspectivas para a continuação da pesquisa, a constatação fundamental feita é a existência de um cerne de identidade comum que se subdivide em diferentes tipos (tendências), dos quais destacamos: um tipo “popular”, um tipo “político”, um tipo “religioso” e um tipo “independente”.

Grynszpan, Mario

As Elites da Teoria: Mosca, Pareto e a Teoria das Elites. Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 1994, 376 pp. Orientador: Afrânio Raul Garcia Jr.

História social da teoria das elites, centrando-se em suas origens. De modo mais preciso, procura relacionar as formulações daqueles que são considerados os dois pais fundadores daquela teoria, Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, às suas trajetórias sociais e às diferentes posições por eles ocupadas no espaço italiano da virada do século XIX para o XX. Atenção especial é dirigida à disputa entre Mosca e Pareto pela primazia na formulação da tese elitista. Busca demonstrar, ainda, como se constituiu uma genealogia consagrada da teoria das elites por meio não apenas dos autores, mas também do trabalho de inúmeros comentadores, resultando na imposição de determinados textos como leitura obrigatória e, mais do que isto, de uma maneira específica de lê-los. Dessa forma, vai-se além das origens mesmo da teoria, indicando e problematizando, mesmo que não se desenvolva de forma sistemática, seus desdobramentos e apropriações, em particular nos Estados Unidos.

Knox, Winifred

Representação, Participação e Poder Local. Um Estudo das Relações de Poder de uma Favela através de suas Lideranças. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1994, 137 pp. Orientador: Luiz Antonio Machado da Silva.

Pretende analisar as relações de poder em uma favela por meio de suas lideranças. Para tanto, foi escolhido como universo de análise os depoimentos e as histórias de vida de dez lideranças selecionadas por terem exercido ou estarem exercendo cargos em órgãos associativos locais há alguns anos e terem conquistado o reconhecimento de seus representados. Com base na reconstrução de trajetórias de vida dos entrevistados e da reconstrução do campo político por elas representados, vividos e construídos, tenta examinar certas avaliações em trono de relações de poder com características de um sistema de patronagem como o clientelismo político na prática política da comunidade estudada. Conclui que, com base na literatura clássica da patronagem, a realidade observada — as relações de poder no âmbito de uma favela urbana — não pode ser considerada como um sistema de patronagem devido a um processo de modificação das relações sociais e de poder na sociedade brasileira nos últimos anos, principalmente nas áreas urbanas. Alguns traços da patronagem podem ser percebidos, como o clientelismo político.

Kuhnen, Ariane

Reciclando o Cotidiano: O Lixo como Política Pública e como Representação Social. Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 1994, 144 pp. Orientadora: Ilse Scherer-Warren.

Visa avaliar, no âmbito da população, os resultados de uma política pública de valorização e tratamento de resíduos sólidos-lixo em Florianópolis. Analisa, assim, a situação dos resíduos no município e o surgimento, em 1986, de uma proposta de envolvimento da

população a partir de uma política pública de recuperação dos mesmos. Verificando como os valores ecológicos dessa proposta foram incorporados nos bairros onde foi implantada essa nova política, a análise teve por referência as representações sociais de atores, considerando a forma como novos valores são incorporados no cotidiano, em face dos valores já existentes. As conclusões demonstram aspectos positivos da metodologia de educação ambiental empregada.

Lahtermaher, Marcia

Arte e Educação: Um Estudo de Antropologia Social na Escola de Artes Visuais do Parque Lage. Mestrado em Antropologia, Museu Nacional/UFRJ, 1994, 225 pp. Orientador: Gilberto Velho.

Busca empreender, a partir do mundo das artes plásticas no Rio de Janeiro, um estudo de caso na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, acreditando que uma interação com os seus participantes, por meio do trabalho de campo e da observação participante, permitissem contextualizar o perfil e os propósitos dessa instituição cultural, situando a sua forma particular de atuação como elemento que integra o mundo artístico do Rio de Janeiro. A partir de uma pequena história das artes plásticas no Brasil, pretende alcançar o momento de criação dessa Escola, focalizando seus aspectos organizativos e a marca simbólica que passou a lhe ser conferida. Por meio da metodologia utilizada, procura mapear os aspectos mais marcantes do *ethos* vigente, neste espaço cultural e artístico, caracterizando o seu dinamismo. Mediante suas interações cotidianas, procura situar os diferentes projetos existentes que se modificam em meio a uma sociabilidade particular que confere especificidades à Escola.

Leite, Izildo Corrêa

O Imposto da Ilusão: Um Estudo Sociológico dos Jogos no Brasil, com Destaque para o (O)Caso da Loteria Esportiva. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1994, 290 pp. Orientador: André Maria Pompeu Villalobos.

Estudo sociológico dos jogos que pagam prêmios em dinheiro e são promovidos pelo Estado, no Brasil, no período 1970-90. Objetiva explicar a grande aceitação popular apresentada por tais jogos, conhecer as principais aspirações presentes no ato de aposta e mostrar os vínculos das mesmas com as posições sociais dos jogadores. Foram utilizados dados primários (obtidos em entrevistas com apostadores) e várias ordens de dados secundários. As conclusões mais importantes foram: as causas principais da apontada popularidade são a valorização da posse de grandes fortunas monetárias no capitalismo, a ampla gama de aspirações que podem ser concretizadas por intermédio do dinheiro em uma sociedade essencialmente mercantil e as precárias condições de vida da maioria da população.

Leite, Kátia Kamark

Políticas Urbanas e Interesses Sociais. A Trajetória da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 1994, 119 pp. Orientadora: Maria Celina Pinto Albano.

Estudo da trajetória da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte desde a fase de sua concepção, passando pelo período de tramitação na Câmara Municipal, até seus impactos mais significativos. O foco de análise é o significado da intervenção do poder público na produção do espaço urbano e a dinâmica estabelecida entre os diversos agentes envolvidos com a questão.

Lins, Cynthia de Carvalho

Compreensão e Explicação no Individualismo Metodológico de Raymund Boudon. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1994, 121 pp. Orientador: Heraldo Pessoa Souto Maior.

Investiga a relação compreensão-explicação no individualismo metodológico de Raymund Boudon. Utilizando a relação estabelecida por Max Weber entre compreender e explicar, Boudon fornece o contorno específico de sua abordagem através da noção de *homo sociologicus*. Este ator social apresenta como características principais: ser estabelecido *a priori*, isto é, de ser um recurso heurístico, e não um tipo concreto; ser composto a partir de efeitos de socialização, de possuir uma racionalidade limitada e de agir em função da adaptação a uma determinada situação. O *homo sociologicus* permitiria, assim, estabelecer um elo de ligação entre os níveis micro e macro da realidade social através do qual os fenômenos sociais seriam explicados a partir da agregação das ações individuais que estão em sua origem. Neste sentido, apenas uma abordagem compreensiva permitiria a análise das ações individuais, dado que as noções de racionalidade limitada e de situação implicam uma apreensão da subjetividade do ator.

Machado, Maria Fátima Roberto

Índios de Rondon. Rondon e as Linhas Telegráficas na Visão dos Sobreviventes Wáimare e Kaxíiti, Grupos Paresí. Doutorado em Antropologia, Museu Nacional/UFRJ, 1994, 426 pp. Orientador: João Pacheco de Oliveira Filho.

Estudo das representações dos sobreviventes Wáimare e Kaxíiti, índios Paresí, sobre a figura mítica de Rondon e as linhas telegráficas em Mato Grosso, no início do século. As representações são tomadas no sentido que é dado por Goffman, apontando como um dos eixos teóricos a relação entre memória e identidade, na medida em que ao construírem, hoje, a sua memória do tempo das linhas quando trabalharam como tropeiros, balseiros, guarda-fios e telegrafistas operam com sua identidade coletiva de *Índios de Rondon*. Outro eixo principal do trabalho é a relação entre cultura e história, com o objetivo de indagar sobre as circunstâncias específicas que envolveram aquelas relações entendidas em um contexto de instituição total, e as conseqüências para a vida dos índios e dos seus descendentes.

Menezes, Claudino Luiz G. de

A Política Ambiental em Curitiba: Um Estudo sobre suas Condições de Emergência e Evolução. Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 1994, 206 pp. Orientador: Eduardo José Viola.

Examina as condições culturais, políticas e socioeconômicas que permitiram a emergência e evolução da política ambiental em Curitiba. Nele são identificados os vários estágios que marcaram o desenvolvimento urbano da cidade, desde sua origem no século XVII até o início da década de 1990, desvendando as principais ações governamentais que contribuíram para o equacionamento entre a promoção do desenvolvimento urbano e o seu controle ambiental. Elementos conclusivos indicam a presença de três aspectos fundamentais nesse processo: (a) a existência de uma tradição histórica no controle do meio ambiente — marcada por um equilíbrio entre o rigor punitivo das leis e o incentivo às atitudes conservacionistas espontâneas da população; (b) a existência, já consolidada, de uma cultura administrativa local voltada à conservação de uma consciência de cidadania entre os habitantes — traduzida no sentimento de orgulho e apego aos valores e tradições culturais da cidade.

Nobre, Renarde Freire

Organizações Sindicais: Máquina e Militância (O Estudo da Experiência da Militância Cutista junto ao Sindicato dos Bancários). Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 1994, 160 pp. Orientador: Edgar Pontes de Magalhães.

Reflexão crítica a respeito da relação entre idéias políticas e imperativos organizacionais no interior de organizações sindicais institucionalizadas. A análise baseou-se em um estudo de caso a respeito da experiência da militância cutista junto ao sindicato dos bancários de Belo Horizonte. Nesse âmbito, o atrativo maior do estudo está no fato de lidar com sujeitos que procuram efetivar princípios de uma ideologia do tipo socialista no contexto de uma organização marcada por rotinas político-administrativas pragmáticas.

Raitz, Tânia Regina

Discursos Plurais Assessorando um Movimento Popular em Florianópolis: Estudo de Caso de uma Organização Não-Governamental. Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 1994, 137 pp. Orientadora: Ilse Scherer-Warren.

Esse estudo busca investigar a problemática das Organizações Não-Governamentais ou Centros de Educação e Promoção Popular, a partir da análise de suas assessorias, num caso particular — o do Centro de Apoio e Promoção ao Migrante (Caprom) —, situado em Florianópolis (SC), no período compreendido entre 1990 e 1992. Nesse sentido, considera a trajetória institucional e surgimento do Caprom, destacando os discursos ou orientações ideológicas e metodológicas elaboradas pelos assessores que compõem o Centro, vistos de uma perspectiva de mudança social. Essas “orientações valorativas” são analisadas através de “matrizes discursivas”, que direcionam seus valores e ações abordadas por meio da pluralidade e diversidade dos sujeitos sociais. Estes aparecem como plurais no interior de várias estruturas discursivas, definindo, deste modo, a identidade e atuação do Caprom.

Santos, Rosângela Verônica dos

A Fadiga Psíquica na Indústria. Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 1994, 662 pp. Orientadora: Luzinete Simões Minella.

Analisa a problemática da “fadiga psíquica” na indústria, com base na contribuição teórica de vários autores que trataram do tema. Com o intuito de estudar empiricamente essa questão foi realizado um estudo de caso, analisando a evidência do fenômeno “fadiga psíquica” no processo de trabalho industrial, selecionando a Empresa WEG Motores Elétricos S.A., situada em Jaraguá do Sul (SC). Constatou que na mencionada empresa esse fenômeno se desenvolve como consequência do processo organizacional do trabalho, sob forma bastante acentuada, corroborando as hipóteses levantadas no transcurso do estudo.

Schneider, Sergio

Os Colonos da Indústria Calçadista: Expansão Industrial e as Transformações da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1994, 363 pp. Orientadora: Maria de Nazareth B. Wanderley.

Analisa as novas relações de trabalho que emergem de dois processos sociais distintos que levaram à desarticulação do “modo de vida” e do tradicional sistema produtivo camponês dos colonos de origem teuto-brasileira das microrregiões do Vale dos Sinos, Encosta da Serra, Vale do Café e Vale do Taquari, no Estado do Rio Grande do Sul. A partir do final dos anos 70, ao mesmo tempo em que a agricultura familiar dos colonos sofre significativas alterações

no processo produtivo e na organização do trabalho, o processo de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista passa a atrair de forma crescente a força de trabalho ligada à agricultura. Surge daí uma articulação social e econômica entre a industrialização difusa e as transformações da agricultura familiar, da qual emergem novas formas de trabalho e novas formas de produção.

Rifiotis, Theophilos

Aldeias de Jovens: A Passagem do Mundo do Parentesco ao Universo da Política. Abordagem Sócio-Antropológica da Dinâmica dos Grupos Etários. Doutorado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1994, 348 pp. Orientador: Fernando A. A. Mourão.

Estudo sócio-antropológico da dinâmica dos grupos etários em sociedades banto-falantes, através da análise comparativa de narrativas “tipo 981” na classificação de “Aarne-Thompson”. A partir de um estudo etnolinguístico de uma narrativa Makonde (Moçambique), procede a um estudo comparativo em um *corpus* de seis “variantes” da área cultural “Banta”. Em uma outra etapa, este material é contrastado com um *corpus* não-negro-africano (grupo externo) permitindo uma definição mais precisa da especificidade “Banta”. A análise procura identificar no imaginário negro-africano as categorias fundamentais relativas aos grupos etários.

Scotto, Maria Gabriela

Representação e Apresentação. Uma Análise da Campanha de Benedita da Silva para a Prefeitura do Rio de Janeiro. Mestrado em Antropologia, Museu Nacional/UFRJ, 1994, 202 pp. Orientador: Moacir G. Palmeira.

Apresenta uma etnografia da campanha eleitoral à prefeitura de Benedita da Silva, candidata do PT, durante as eleições municipais na cidade do Rio de Janeiro em 1992. Analisa algumas das dimensões que atravessaram a campanha centrando a atenção, fundamentalmente, no trabalho político de representação realizado sobre sua figura. Durante a campanha eleitoral no Rio de Janeiro, a política se oferece como um campo cruzado por relações personalizadas e no qual os candidatos devem não apenas oferecer programas, mas também oferecer a si mesmos como “pessoas” com um passado reconhecido e com uma “biografia” que permita situá-los socialmente; a construção da imagem do candidato e de sua trajetória ocupam um lugar central dentro da estratégia geral de campanha. No caso de Benedita da Silva, ela chega como candidata à prefeitura com um passado de “mulher, negra e favelada”. Embora essas identidades não tenham sido usadas como *slogan* nem “oficialmente” acionadas para apresentá-la, elas continuaram definindo seu perfil. O forte conteúdo simbólico de sua candidatura construiu-se precisamente sobre a capacidade que sua figura teve de dar “corpo” e unificar uma grande diversidade de significados e idéias diferentes.

Veiga, Juracilda

Organização Social e Cosmovisão Kaingang: Uma Introdução ao Parentesco, Casamento e Nominção em uma Sociedade Jê Meridional. Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 1994, 221 pp. Orientadora: Vanessa R. Lea.

Busca realizar uma primeira apresentação sistemática da principal sociedade Jê do Brasil Meridional. Baseia-se em pesquisas de campo realizadas nos anos de 1991 e 1993, e na experiência acumulada da autora como indigenista junto aos Kaingang, entre 1979 e 1987. Tomando por base os Kaingang do P.I. Xapecó (SC) e tendo presente exaustiva pesquisa bibliográfica, o trabalho preocupa-se em dar, primeiramente, um quadro de referência geral,

situando os Kaingang entre as sociedades Jê (cap. II), localizando-os geograficamente, historicamente, arqueológica e lingüisticamente e apresentando os traços fundamentais de sua economia (caps. III e IV). Estabelecidos estes marcos, o tema central da pesquisa é a organização social Kaingang, buscando esclarecer o caráter das metades e seções (cap. V), o sistema de parentesco e de casamento (cap. VI) e o processo de nomeação (cap. VII). Finalmente, o trabalho dedica particular atenção a aspectos também pouco conhecidos, até o presente, da religião Kaingang (caps. VIII e IX). O trabalho conclui que a sociedade Kaingang, permeada pelo dualismo, possui metades exogâmicas, *Kamé* e *Kairu*, e quatro seções hierarquicamente dispostas: *Irrvies* e *Kairu*, que são principais; e *Wonhétky* e *Votor*, numericamente menores, e também ligadas à esfera ritual. O sistema de nomeação está relacionado e é dependente da descendência matrilinear, porque os nomes são propriedades das seções. A terminologia de parentesco enfatiza uma divisão binária entre consanguíneos e afins, tendo um perfil nitidamente *Kariera*, atualmente tendendo — no Xapecó — a uma *havaianização*. A análise coloca em evidência a importância das categorias de descendência e de aliança para a interpretação da organização social Kaingang.

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS PUBLICADAS PELO B I B

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

BIB 7

Roque de Barros Laraia, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

BIB 8

Amaury de Souza, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, "A Mulher na Força de Trabalho" e *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos".

BIB 10

Lia F. G. Fukui, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil."

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, "Educação e Sociedade no Brasil" e *Licia do Prado Vallada-*

res e Ademir Figueiredo, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

BIB 12

Maria Tereza Sadek de Souza, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro" e *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate".

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippólito e Valentina da Rocha Lima, "Histórias de Vida na América Latina" e *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 17

Julio Cesar Melatti, "A Antropologia no Brasil" e *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente" e *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, "A Instituição Militar no Brasil".

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, "Letras, Sociedades & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 23

Roque de Barros Laraia, "Os Estudos de Parentesco no Brasil".

BIB 24

Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

BIB 25

Giralda Seyferth, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia" e *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e Licia do Prado Valladares, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes" e *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Mi-

litares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

BIB 29

Emília Viotti da Costa, "Estruturas versus Experiência. Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O que se Perde e o que se Ganha", e *Berta G. Ribeiro*, "Perspetivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

BIB 30

José Sávio Leopoldi, "Elementos de etnoastronomia indígena do Brasil: "Um Balanço" e *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil, Hoje".

BIB 31

Helena Hirata, "Elisabeth Souza Lobo 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: o Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais" e *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

BIB 32

Angela M. C. Araújo e Jorge R. B. Tapia, "Corporativismo e Neocorporativismo: o Exame de Duas Trajetórias"; *José Ricardo Ramalho*, "Controle, Conflito e Consentimento na Teroia do Processo de Trabalho: um Balanço do Debate" e *Marcos Luiz Bretas*, "O Crime na Historiografia Brasileira: uma Revisão na Pesquisa Recente".

BIB 33

Paulo Freire Vieira, "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980 - 1990"; *Guia Grin Debert*, Família, Classe Social e Etnicidade: "Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento"; *Marco Antonio Gonçalves*, "Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul".

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau, "A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Políti-

co: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.

BIB 35

Sérgio Adorno, “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”; *Christian Azais e Paola Cappellin*, “Para uma Análise das Classes Sociais”; *Guillermo Palacios*, “Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis”; “Arquivo de Edgard Leuenroth.”

BIB 36

Maria Ligia de Oliveira Barbosa, “A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto”; *Maria da Glória Bonelli*, “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”; *Marieta de Moraes Ferreira*, “O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes — 1930-1975”.

BIB 37

Fernando Limongi, “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente”; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações”; *Maria Julia Ca-*

rozzi, “Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos”.

BIB 38

Theodore Lowi, “O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais)”; *Julia Silvia Guivant*, “Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia”.

BIB 39

Marta T. S. Arretche, “Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte — As Principais Interpretações Marxistas)”; *Ronald H. Chilcote*, “Teoria de Classe”; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, “As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia”.

BIB
BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DISTRIBUIÇÃO E VENDA

BELO HORIZONTE

Distribuidora KLS Ltda.w1
Rua Caetés, 1056/1º andar
CEP: 30120-080 – Belo Horizonte – MG
Tel.: (031) 201-9221 Fax: (031) 201-6659

Boa Viagem Distribuidora de Livros Ltda.
Rua Sergipe, 314
CEP: 30130-170 – Belo Horizonte, MG
Tel.: (031) 273-4000 Fax: (031) 273-3334

CURITIBA

Livraria do Chain Editora
Rua General Carneiro, 441
CEP: 80060-150 – Curitiba – PR
Tel.: (041)264-3484 Fax: (041)263-1693

FLORIANÓPOLIS

Livros Luis Lunardelli Ltda.
BR 101, Km 209 – São José
CEP: 88103-480 – Florianópolis – SC
Tel.: (048) 247-4770 Fax: (041)247-4770

FORTALEZA

Souza Braga Com. e Representações Ltda.
Av. Imperador, 1203
CEP: 60015-052 – Fortaleza – CE
Tel.: (085) 231-0409 Fax: (085) 231-8536

GOIÂNIA

Planalto Distribuidora de Livros Ltda.
Rua Eugênio Brugger, 620
CEP: 74055-120 – Goiânia – GO
Tel.: (062) 212-2988 Fax: (062) 225-6400

PORTO ALEGRE

Rogil Distribuidora de Livros Ltda.
Rua São Vicente, 67
CEP: 90630-180 – Porto Alegre – RS
Tel.: (051)335-1069/332-1965
Fax: (051)335-1069

RECIFE

J. Braga Comércio e Representações Ltda.
Av. Manoel Borba, 324 – lojas 07 e 08
CEP: 50070-000 – Recife – PE
Tel. / Fax: (081) 221-1463

RIO DE JANEIRO

Rua Barata Ribeiro, 17 – sala 202
CEP: 22011-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 242-0248 Fax: (021) 275-0294

SALVADOR

Gilson Barros Lima
Rua Miguel Calmon, 37 – sala 705
CEP: 40015-010 – Salvador – BA
Tel.: (071) 243-9662 Fax: (071) 243-9662

SÃO PAULO

Edibal Editora e Distrib. de Livros Ltda.
Rua N.S. do Livramento, 04
CEP: 02738-030 – São Paulo – SP
Tel.: (011) 265-6456/265-2507
Fax: (011) 265-6836

Livrosul Distribuidora de Livros Ltda.

Rua Conde de São Joaquim, 337 – casa 01
CEP: 01320-010 – São Paulo – SP
Tel.: (011) 606-6936 Fax: (011) 607-3160

Brasilivros Editora e Distribuidora Ltda.

Rua Conselheiro Ramalho, 701/Lj. 22
CEP: 01325-001 – São Paulo – SP
Tel.: (011) 284-8155 Fax: (011) 285-0305

Primeira Linha Distrib. e Livraria Ltda

Rua Sabará, 483
CEP: 01239-011 – São Paulo – SP
Tel.: (011) 255-3852 Fax: (011) 255-3862

VITÓRIA

Representação Paulista Ltda.
Av. Carlos Moreira Lima, 61
CEP: 29052-111 – Vitória – ES
Tel.: (027) 227-5199/227-5760/227-5501
Fax: (027) 235-1760

NATAL

Potylivros Distribuidora LTDA.
Rua Felipe Camarão, 609, Centro
Natal – RN
Tel.: (084) 221-2001 Fax: (084) 211-5068

O **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

O **BIB**, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade do Boletim.

A correspondência pode ser enviada a

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais – ANPOCS
Editoria do **BIB**

Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, n. 315, sala 116
05508-900
São Paulo, SP